



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**IGOR NOGUEIRA CALVET**

**Determinantes do Voto, Corrupção e Impacto Eleitoral nas  
Eleições Presidenciais Brasileiras de 2002 a 2010**

**BRASÍLIA-DF  
2013**

**IGOR NOGUEIRA CALVET**

**Determinantes do Voto, Corrupção e Impacto Eleitoral nas Eleições  
Presidenciais Brasileiras de 2002 a 2010**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em  
Ciência Política da Universidade de Brasília, como  
requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em  
Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Lucio Remuzat Rennó Junior

Brasília, 08 de agosto de 2013.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Acervo 1011220.

Calvet, Igor Nogueira.  
C167d Determinantes do voto, corrupção e impacto eleitoral nas eleições presidenciais brasileiras de 2002 a 2010 / Igor Nogueira Calvet. -- 2013.  
123 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2013.  
Inclui bibliografia.  
Orientação: Lucio Remuzat Rennó Junior.

1. Eleições. 2. Corrupção eleitoral. 3. Presidencialismo. 4. Participação política. 5. Ideologia. I. Rennó Junior, Lucio Remuzat. II. Título.

CDU 324(81)

**IGOR NOGUEIRA CALVET**

**Determinantes do Voto, Corrupção e Impacto Eleitoral nas Eleições  
Presidenciais Brasileiras de 2002 a 2010**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em  
Ciência Política da Universidade de Brasília, como  
requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em  
Ciência Política.

Aprovada em 08/08/2013.

---

Prof. Dr. Lucio Remuzat Rennó Junior / UnB  
Orientador

---

Prof. Dr. André Borges de Carvalho/ UnB  
Examinador

---

Prof. Dr. Wladimir Ganzelevitch Gramacho/ UnB  
Examinador Externo

---

Prof. Dr. Mathieu Turgeon/ UnB  
Examinador Suplente

## **AGRADECIMENTOS**

O término de qualquer ciclo permite lembrar aqueles que integraram, forçosa ou espontaneamente, os momentos da etapa que se finda. Com este trabalho, não poderia ser diferente. Um agradecimento especial ao meu orientador Lucio Rennó, que nos momentos corretos instruiu-me, creio que sem perceber, a manter o foco e a pensar metodicamente. Ao Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP), da Universidade de Campinas (Unicamp), por ter disponibilizado prontamente o banco de dados do “Estudo Eleitoral Brasileiro” (ESEB). À minha esposa, Ivelise, a quem agradeço a compreensão e a paciência pelos finais de semana e noites em que a leitura de artigos e livros tomava parte preciosa de nosso tempo. À Júlia, minha filha, pela motivação constante. Não poderia, obviamente, deixar de agradecer aos meus pais, que sempre me motivaram a estudar, estudar e estudar.

*“Necessitamos de um grande conhecimento só para nos apercebermos da enormidade da  
nossa ignorância.”*  
*Thomas Sowell*

## RESUMO

O fenômeno da corrupção tornou-se uma característica presente da vida política brasileira. Poucos estudos, entretanto, buscam compreender a relação entre a corrupção e os resultados eleitorais. Nesse estudo, busca-se entender os determinantes do voto nas eleições presidenciais brasileiras de 2002, 2006 e 2010, situando o impacto dos escândalos de corrupção na decisão do voto. Para tanto, especificou-se modelo explicativo para o comportamento do eleitor brasileiro e, por meio da análise de pesquisas de opinião pública pós-eleitoral, analisou-se o impacto da corrupção na decisão do voto. Variáveis moderadoras – como nível de conhecimento político e ideologia – foram utilizadas, a fim de perceber a atuação conjunta dessas variáveis com a percepção da corrupção na escolha eleitoral.

**PALAVRAS-CHAVE:** Eleições presidenciais brasileiras; Comportamento Político; Corrupção; Ideologia; Conhecimento Político.

## **ABSTRACT**

The phenomenon of corruption has become a feature of the Brazilian political life. Few studies, however, seek to understand the relationship between corruption and electoral results. In this study, we try to conceive the determinants of voting in Brazil's presidential elections in the years 2002, 2006 and 2010, reaching the impact of corruption scandals in the voter final decision. With this aim, it was specified an explanatory model for the behavior of Brazilian voters, and through the analysis of public opinion polls after the elections, we analyzed the impact of corruption on voting decision. It was also used moderating variables - such as the level of political knowledge and ideology - in order to realize the interaction of these variables along with the perception of corruption in the electoral choice.

**KEYWORDS:** Brazilian presidential elections; political behavior; corruption; ideology; political knowledge.



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Intenções de voto para presidente, 1º turno, 2002 .....	19
Tabela 2 - Intenções de voto para presidente, 2º turno, 2002.....	19
Tabela 3 - Intenções de voto para presidente, 1º turno, 2006.....	21
Tabela 4 - Votos válidos na eleição presidencial de 2006, 2º turno. ....	21
Tabela 5 - Votos válidos na eleição presidencial de 2010, 1º turno. ....	23
Tabela 6 - Votos válidos na eleição presidencial de 2010, 2º turno. ....	23
Tabela 7 - Frequências e Porcentagens de votos aos candidatos do 1º turno, segundo a identificação da corrupção como maior problema do Brasil. ....	59
Tabela 8 - Frequências e Porcentagens de votos aos candidatos do 2º turno, segundo a identificação da corrupção como maior problema do Brasil. ....	59
Tabela 9 - Frequências e Porcentagens de votos aos candidatos do 1º turno, segundo a identificação da economia como maior problema do Brasil.....	63
Tabela 10 - Frequências e Porcentagens de votos aos candidatos do 2º turno, segundo a identificação da economia como maior problema do Brasil.....	63
Tabela 11 - Frequências e Porcentagens dos votos aos candidatos do 1º turno, segundo a avaliação do governo atual do Brasil. ....	63
Tabela 12 - Frequências e porcentagens da identificação da corrupção como problema nacional, segundo o interesse em política dos entrevistados. ....	64
Tabela 13 - Frequências e Porcentagens de votos aos candidatos do 1º turno em 2006, segundo identificação da corrupção como maior problema do Brasil.....	66
Tabela 14 - Frequências e Porcentagens de votos aos candidatos do 2º turno em 2006, segundo identificação da corrupção como maior problema do Brasil.....	66
Tabela 15 - Frequências e Porcentagens de votos aos candidatos do 1º turno em 2006, segundo a identificação da economia como maior problema do Brasil.....	69
Tabela 16 - Frequências e Porcentagens de votos aos candidatos do 2º turno em 2006, segundo a identificação da economia como maior problema do Brasil.....	70
Tabela 17 - Frequências e Porcentagens dos votos aos candidatos do 1º turno em 2006, segundo a avaliação do então governo do Brasil. ....	70
Tabela 18 - Frequências e Porcentagens de votos aos candidatos do 1º turno em 2010, segundo identificação da corrupção como maior problema do Brasil.....	73
Tabela 19 - Frequências e Porcentagens de votos aos candidatos do 2º turno em 2006, segundo identificação da corrupção como maior problema do Brasil.....	73

Tabela 20 - Frequências e Porcentagens de votos aos candidatos do 1º turno em 2010, segundo identificação da economia como maior problema do Brasil. ....	76
Tabela 21 - Frequências e Porcentagens de votos aos candidatos do 2º turno em 2010, segundo identificação da economia como maior problema do Brasil. ....	76
Tabela 22 - Frequências e Porcentagens dos votos aos candidatos do 1º turno em 2010, segundo a avaliação do então governo do Brasil. ....	76
Tabela 23 - Regressão Logística Multinomial para escolha eleitoral no primeiro turno das eleições de 2002 (sem interação). ....	79
Tabela 24 - Regressão Logística Multinomial para escolha eleitoral no primeiro turno das eleições de 2002 (com interação). ....	80
Tabela 25 - Regressão Logística Multinomial para escolha eleitoral no segundo turno das eleições de 2002 (sem interação). ....	82
Tabela 26 - Regressão Logística Multinomial para escolha eleitoral no segundo turno das eleições de 2002 (com interação). ....	83
Tabela 27 - Regressão Logística Multinomial para escolha eleitoral no primeiro turno das eleições de 2006 (sem interação). ....	85
Tabela 28 - Regressão Logística Multinomial para escolha eleitoral no primeiro turno das eleições de 2006 (com interação). ....	85
Tabela 29 - Regressão Logística Multinomial para escolha eleitoral no segundo turno das eleições de 2006 (sem interação). ....	87
Tabela 30 - Regressão Logística Multinomial para escolha eleitoral no segundo turno das eleições de 2006 (com interação). ....	88
Tabela 31 - Regressão Logística Multinomial para escolha eleitoral no primeiro turno das eleições de 2010 (sem interação). ....	90
Tabela 32 - Regressão Logística Multinomial para escolha eleitoral no primeiro turno das eleições de 2010 (com interação). ....	91
Tabela 33 - Regressão Logística Multinomial para escolha eleitoral no segundo turno das eleições de 2010 (sem interação). ....	93
Tabela 34 - Regressão Logística Multinomial para escolha eleitoral no segundo turno das eleições de 2010 (com interação). ....	93

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição dos entrevistados que citaram a corrupção como maior problema do Brasil e como segundo maior problema, segundo o grau de instrução.....	60
Figura 2 - Distribuição dos entrevistados que citaram a corrupção como maior problema do Brasil e como segundo maior problema, segundo o sexo.....	61
Figura 3 - Distribuição dos entrevistados que citaram a corrupção como maior problema do Brasil e como segundo maior problema, segundo a idade.....	61
Figura 4 - Distribuição dos entrevistados que citaram a corrupção como maior problema do Brasil e como segundo maior problema, segundo a raça.....	62
Figura 5 - Densidade da ideologia dos entrevistados que citaram a corrupção como maior e segundo maior problema do Brasil. ....	62
Figura 6 - Porcentagens dos votos aos candidatos do 2º turno, segundo a avaliação do governo atual do Brasil. ....	64
Figura 7 - Distribuição dos votos dos entrevistados no 1º turno, segundo o interesse em política.....	65
Figura 8 - Distribuição dos votos dos entrevistados no 2º turno, segundo o interesse em política.....	65
Figura 9 - Distribuição dos entrevistados que citaram a corrupção como maior problema do Brasil e como segundo maior problema em 2006, segundo grau de instrução.....	67
Figura 10 - Distribuição dos entrevistados que citaram a corrupção como maior problema do Brasil e como segundo maior problema em 2006, segundo o sexo. ....	67
Figura 11 - Distribuição dos entrevistados que citaram a corrupção como maior problema do Brasil e como segundo maior problema em 2006, segundo faixa etária. ....	68
Figura 12 - Densidade da ideologia dos entrevistados que citaram a corrupção como maior e segundo maior problema do Brasil, em 2006. ....	68
Figura 13 - Porcentagens dos votos aos candidatos do 2º turno em 2006, segundo a avaliação do então governo do Brasil. ....	71
Figura 14 - Distribuição dos votos dos entrevistados no 1º turno em 2006, segundo nível de conhecimento político. ....	71
Figura 15 - Distribuição dos votos dos entrevistados no 2º turno em 2006, segundo nível de conhecimento político. ....	72
Figura 16 - Distribuição dos entrevistados que citaram a corrupção como maior problema do Brasil e como segundo maior problema, segundo o grau de instrução.....	73

Figura 17 - Distribuição dos entrevistados que citaram a corrupção como maior problema do Brasil e como segundo maior problema, segundo o sexo.....	74
Figura 18 - Distribuição dos entrevistados que citaram a corrupção como maior problema do Brasil e como segundo maior problema, segundo a idade.....	74
Figura 19 - Distribuição dos entrevistados que citaram a corrupção como maior problema do Brasil e como segundo maior problema, segundo a raça.....	75
Figura 20 - Densidade da ideologia dos entrevistados que citaram a corrupção como maior e segundo maior problema do Brasil, em 2010. ....	75
Figura 21 - Porcentagens dos votos aos candidatos do 2º turno em 2010, segundo a avaliação do então governo do Brasil. ....	77
Figura 22 - Distribuição dos votos dos entrevistados no 1º turno em 2010, segundo nível de conhecimento político.....	77
Figura 23 - Distribuição dos votos dos entrevistados no 2º turno em 2010, segundo nível de conhecimento político.....	78

## LISTA DE SIGLAS

CESOP – Centro de Estudos de Opinião Pública  
ESEB – Estudo Eleitoral Brasileiro  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PFL – Partido da Frente Liberal  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PL – Partido Liberal  
PMN – Partido da Mobilização Nacional  
PP – Partido Progressista  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
PPS – Partido Popular Socialista  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PCO – Partido da Causa Operária  
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado  
PRB – Partido Republicano Brasileiro  
PC do B – Partido Comunista do Brasil  
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PSL – Partido Social Liberal  
PRP – Partido Republicano Progressista  
PSDC – Partido Social Democrata Cristão  
PR – Partido Republicano  
PV – Partido Verde

## SUMÁRIO

<i>Capítulo 1: INTRODUÇÃO</i> .....	15
1.1 AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2002 .....	18
1.2 AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2006.....	20
1.3 AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2010.....	22
<i>Capítulo 2: REFERENCIAL TEÓRICO</i> .....	24
2.1 DEMOCRACIA, REPRESENTAÇÃO E <i>ACCOUNTABILITY</i> .....	25
2.2 CORRUPÇÃO: A MULTICAUSALIDADE DE UM FENÔMENO E SEUS IMPACTOS ELEITORAIS .....	32
2.3 COMPORTAMENTO ELEITORAL .....	37
2.3.1 EXPLICAÇÕES MACRO, FENÔMENO MICRO.....	38
2.3.2 EXPLICAÇÕES MICRO, FENÔMENO MICRO: HEURÍSTICAS DO ELEITOR. OU COMO AS PREFERÊNCIAS SÃO FORMADAS.	41
2.4 INFORMAÇÃO POLÍTICA.....	47
<i>Capítulo 3: METODOLOGIA</i> .....	53
3.1 HIPÓTESES.....	53
3.2 MODELO DE ANÁLISE .....	54
3.3 TRATAMENTO DOS DADOS .....	56
3.3.1 MODELO LOGÍSTICO MULTINOMIAL .....	58
<i>Capítulo 4: ANÁLISE DOS DADOS</i> .....	59
4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DAS ELEIÇÕES DE 2002.....	59
4.2 ANÁLISE DESCRITIVA DAS ELEIÇÕES EM 2006.....	65
4.3 ANÁLISE DESCRITIVA DAS ELEIÇÕES EM 2010.....	72
4.4 MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICO: ANALISANDO OS RESULTADOS .....	78
4.5 OS DADOS APRESENTADOS E AS HIPÓTESES .....	96
<i>Capítulo 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS</i> .....	107
<i>BIBLIOGRAFIA</i> .....	111
<i>ANEXO A</i> .....	115

## Capítulo 1: INTRODUÇÃO

O debate eleitoral, por ocasião das eleições presidenciais de 2010, acirrou discussões sobre um tema recorrente na trajetória democrática do país: a corrupção. A mídia relatou, exaustivamente, a existência de balcões de negócios em instituições públicas, tráfico de influência em órgãos do Executivo federal, venda de sentenças judiciais, dentre inúmeras outras notícias. Apesar das estratégias eleitorais, que se servem dos escândalos de corrupção para angariar votos, a candidata da situação, Dilma Rousseff (PT), conseguiu ser eleita com mais de 55 milhões de votos, apesar da repercussão negativa do Caso Erenice Guerra, Ministra da Casa Civil e sucessora da candidata nesse posto, que foi acusada de tráfico de influência. Essa dissertação tem como objetivo, em linhas gerais, entender a correlação entre voto e escândalos de corrupção.

Retrospectivamente, em 2006, Lula da Silva (PT) encampou campanha pela reeleição, ainda que estivesse diante de uma plethora de escândalos de corrupção, como são exemplos o caso do “Mensalão”, o caso dos “Correios” e o dos “Sanguessugas”. Lula foi reeleito no segundo turno. A análise dos dois processos eleitorais evidencia o acúmulo de denúncias de corrupção e seu uso eleitoral. Interessante observar que a deflagração dos escândalos de corrupção não foi capaz de alterar o resultado eleitoral previsto pelas pesquisas de opinião, ainda que estes recaíssem sobre os candidatos a reeleição ou apoiados pelo partido que tentava manter-se no poder.

Nas eleições de 2002, o único escândalo de corrupção largamente noticiado aconteceu antes da campanha, com a pré-candidatura de Roseana Sarney (PFL), que renunciou à candidatura quando a Polícia Federal apreendeu dinheiro em espécie em uma das empresas de sua família, o que ficou conhecido como o “Caso Lunus”. Em algumas pesquisas (Datafolha, 20 e 21 de fevereiro de 2002), Roseana liderava na simulação de segundo turno e venceria o então candidato Lula, por 51% a 39% (CARREIRÃO, 2004).

Assim, qual o efeito da corrupção nas intenções de voto? Podemos afirmar que os eleitores brasileiros não se importam com a corrupção, já que Lula e Dilma foram eleitos? Mais do que isso, podemos dizer que a corrupção é aceita como comportamento esperado dos políticos? É possível especular que a ideologia do eleitor condiciona o impacto da corrupção no voto? O uso da informação política teria o condão de influenciar interativamente outras variáveis explicativas do voto?

Essas são inquietações não só interessantes para entendermos a realidade política brasileira, como também são inquietações com implicações teóricas. Cabe perguntar qual a relação entre escândalos de corrupção e resultados eleitorais? Observa-se alguma relação de causalidade entre esses dois fenômenos políticos? Ou ainda, os escândalos de corrupção afetam as intenções de voto diretamente, ou seu efeito é condicionado por outras variáveis na intenção de voto? Visões sobre a economia e preferência partidária/ideológica condicionam ou mitigam o efeito da corrupção (Rennó, 2008; Rennó e Hoepers, 2010)? Se considerarmos o voto como um fenômeno multidimensional, no qual uma miríade de fatores se interpõe, seria simplista afirmar que a corrupção *per se* determina o voto. A pesquisa objetiva explicitar os determinantes do voto do eleitor brasileiro nas três últimas eleições presidenciais (2002, 2006 e 2010), dando ênfase aos efeitos da corrupção sobre os resultados eleitorais, mas controlando por outros fatores.

A corrupção é uma marca de nossa vida pública (AVRITZER; FILGUEIRAS, 2011) e a existência de pesquisas de opinião pública que, com o acumulado do tempo, trazem as percepções dos indivíduos sobre temas como a corrupção pode nos levar a compreender a natureza da relação dos eleitores/cidadãos com as questões públicas, bem como nos ajuda a entender que tipo de visão orienta as suas percepções da realidade em que vivem. Seriam percepções de acomodação, de repulsa, de ingenuidade? A corrupção é vista como um grande problema nacional a ponto de influenciar em um dos processos democráticos mais importantes, como as eleições?

Em entrevista com 2.421 pessoas com representatividade nacional, em 2008, o Centro de Referência do Interesse Público/Vox Populi, questionou os entrevistados acerca da gravidade da corrupção. Cerca de 77% informaram que, para o país, a corrupção é um problema muito grave, número semelhante aos que, em 2007, informaram o mesmo (73%). Algo em torno de 24% dos entrevistados consideravam a corrupção como algo grave. A população brasileira reconhece a problemática da corrupção na vida pública e o liga diretamente às práticas ligadas ao aparelho do Estado. A corrupção está presente na vida dos brasileiros e é percebida como um fenômeno que afeta as instituições e os poderes, e não as pessoas em geral ou as formas associativas mais próximas dos cidadãos comuns (BIGNOTTO, 2011). Essa constatação, entretanto, não ressoa com o mesmo ímpeto das eleições? O mecanismo de escolha de representantes, dentre os inúmeros fatores que lhe influenciam, não consegue vocalizar essa preocupação da sociedade brasileira?



A hipótese central desse estudo é a de que a percepção do eleitor sobre os escândalos de corrupção tem efeito residual no resultado eleitoral, que pode ser mediado pela quantidade de informação política do eleitor. Para tanto, far-se-á um recorte temporal, estudando-se as eleições presidenciais de 2002, 2006 e 2010. Em 2002, os escândalos de corrupção parecem não ter peso na campanha eleitoral, ao contrário do que ocorre nas eleições de 2006 e 2010. Em linhas gerais, a pesquisa visa a responder (i) quais os determinantes do voto nas últimas três eleições presidenciais, (ii) qual o papel e o peso dos escândalos de corrupção na definição do voto do eleitor, e (iii) se há um efeito condicional de outras variáveis, como a informação política, sobre o impacto da corrupção no voto. A seguir, far-se-á uma síntese contextual das eleições a que se fará referência nesse estudo.

## 1.1 AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2002

As eleições de 2002 foram marcadas pelo acirramento político em torno de projetos distintos para o país. O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso foi intensamente criticado no final de seu mandato. A crise energética (“apagão”) em 2001, aliada a baixa taxa de crescimento da economia, deixou o governo vulnerável nas eleições majoritárias que se seguiriam. Após dois mandatos presidenciais consecutivos, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) lançou o então Ministro da Saúde, José Serra, que participou do pleito com o apoio do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que arrematou a candidatura de Rita Camata como Vice-Presidente.

O Partido da Frente Liberal (PFL), então participante da base aliada do governo federal, planejava lançar a candidatura da então governadora do Maranhão, Roseana Sarney. As pesquisas de opinião apontavam, na pré-campanha, que Roseana seria uma candidata forte, chegando a liderar simulações de segundo turno. Houve, entretanto, percalços que impediram a oficialização da campanha. A deflagração da Operação “Lunus”, pela Polícia Federal, evidenciou supostos esquemas de corrupção envolvendo o governo do Estado e a empresa da família. Esse escândalo pré-eleitoral foi, naquelas eleições, o único envolvendo corrupção que se projetou por meio da imprensa.

O Partido dos Trabalhadores (PT) lançou Lula da Silva à presidência, posto para o qual concorria desde a primeira eleição pós-democratização. O PT se coligou a partidos considerados conservadores, como o Partido Liberal (PL), que indicou o candidato a Vice-Presidente, e o Partido da Mobilização Nacional (PMN). Obteve o apoio de grupos ligados a outros partidos, como o Partido Progressista (PP) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O Partido Popular Socialista (PPS), por seu turno, lançou à presidência Ciro Gomes, ex-governador do Ceará. Ciro liderou a chamada “Frente Trabalhista”, que contava ainda com os apoios de partidos defensores do trabalhismo, como o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) lançou à presidência o então governador do Rio de Janeiro, Antony Garotinho. O Partido da Causa Operária (PCO) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), lançaram Rui Costa Pimenta e José Maria de Almeida, respectivamente, para a disputa eleitoral.

No primeiro turno das eleições, como se observa na tabela abaixo, o candidato Lula angariou 46% dos votos válidos, enquanto seus opositores amealharam 54% dos votos. Já no primeiro turno delineava-se a vitória de Lula, que ficara 23 pontos percentuais à frente do mais forte opositor, o candidato da situação, José Serra. As alterações nos mercados financeiros, em virtude da provável vitória do candidato petista, fizeram que o PT lançasse a “Carta ao Povo Brasileiro”, em 22 de junho daquele ano. Esse documento defendia, em princípio, valores economicamente mais conservadores, como o equilíbrio fiscal, a valorização das instituições e o respeito aos contratos.

Tabela 1 - Intenções de voto para presidente, 1º turno, 2002

<b>Votos válidos para Presidente</b>			
Candidatos	Prognóstico IBOPE %	Boca de urna IBOPE %	TRE %
Lula	50	49	46
José Serra	22	20	23
Garotinho	17	17	18
Ciro Gomes	10	13	12
Outros	1	1	1

Fonte: IBOPE, 2002.

No segundo turno, o candidato Lula consagrou-se vencedor da disputa, com mais de 52 milhões de votos, contra 33 milhões de seu opositor. As estimativas apontavam a vitória do petista com mais de 60% dos votos, conforme tabela abaixo, o que acabou se confirmando.

Tabela 2 - Intenções de voto para presidente, 2º turno, 2002.

<b>Votos válidos para Presidente</b>			
Data de campo	26/out	27/out	TSE
Número de entrevistas	2.000	52.170	
Candidatos	%	%	%
Lula	62	63	61
José Serra	38	37	39
	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: IBOPE, 2002.

As eleições de 2002 não apresentaram escândalos de corrupção, tendo as pesquisas de opinião refletindo bem o resultado real das urnas.

## **1.2 AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2006**

Se, em 2002, os escândalos de corrupção não foram a força motriz da disputa eleitoral, o mesmo não ocorreu em 2006. Em 2005, em virtude da instalação da CPI do Correios, que supostamente o incriminaria, o então presidente do PTB, Roberto Jefferson, denuncia a existência de esquema de corrupção para compra de apoio parlamentar envolvendo o PT. Esse fato provocou um reordenamento das forças políticas do país e se constituiu em um dos principais temas das eleições que aconteceriam no ano seguinte.

Nas eleições de 2006, fragilizado institucionalmente, porém com políticas bem avaliadas pelos cidadãos, o PT lançou o nome do Presidente Lula para disputar a reeleição. Na coligação estavam formalmente o Partido Republicano Brasileiro (PRB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B). Alguns setores do PMDB, e também do PTB, apoiaram a coligação, mas não houve apoio formal destes partidos. O PSDB lançou a candidatura de Geraldo Alckmin, com o apoio do PFL. O clima acirrado entre as duas candidaturas pode ser evidenciado pelo nome dado à coligação de oposição ao governo, “Coligação por um Brasil Decente”, em uma clara alusão aos escândalos de corrupção que se abateram sobre o governo e sobre sua cúpula.

Após expulsão do PT, a então senadora Heloísa Helena fundou o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e candidatou-se à presidência, com uma coligação que contava com o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), chamada de “Frente de Esquerda”. O PDT, que na eleição anterior havia apoiado do candidato do PPS, Ciro Gomes, resolveu lançar o nome do senador Cristovam Buarque, que havia deixado o PT em 2005, após os escândalos de corrupção.

Os demais partidos apresentaram candidaturas de menor peso eleitoral, tais como a de Rui Pimenta (PCO), a de Ana Maria Rangel, do Partido Republicano Progressista (PRP) e a de Luciano Bivar, do Partido Social Liberal (PSL). Os resultados do primeiro turno podem ser vistos na tabela abaixo, que apontam que o presidente Lula, favorito à reeleição, chegou à véspera do primeiro turno com 50% dos votos válidos, segundo pesquisa realizada pelo Datafolha, dia 29 de setembro de 2010. O candidato do PSDB e segundo colocado, Geraldo Alckmin, na mesma pesquisa possuía 38% dos votos válidos.

A candidata do PSOL, Heloísa Helena, ocupava a terceira colocação, com 9% dos votos válidos. Cristovam Buarque, do PDT, com 2%. Os demais candidatos não chegaram a atingir 1% dos votos válidos nas pesquisas imediatamente anteriores ao primeiro turno da eleição.

Tabela 3 - Intenções de voto para presidente, 1º turno, 2006.

<b>INTENÇÃO DE VOTO PARA VOTOS VÁLIDOS (%)</b>	
Lula (PT)	50
Geraldo Alckmin (PSDB)	38
Heloisa Helena (PSOL)	9
Cristovam Buarque (PDT)	2
Ana Maria Rangel (PRP)	0
José Maria Eymael (PSDC)	0
Luciano Bivar (PSL)	0
Rui Costa Pimenta (PCO)	0

Fonte: Elaborada com base em Datafolha, 29 de setembro de 2006.

No segundo turno, o candidato Lula obteve consagrada vitória sobre o opositorista Geraldo Alckmin. O petista angariou mais de 58 milhões de votos contra 37 milhões do tucano. Em termos de votos válidos, que descontam os nulos e os brancos, o candidato do PT obteve mais de 60%, em relação ao opositor, com apenas 39%. Trata-se, apesar dos escândalos de corrupção, de uma diferença de mais de 20 milhões de votos.

Tabela 4 - Votos válidos na eleição presidencial de 2006, 2º turno.

<b>Candidato</b>	<b>Votos Nominais</b>	<b>VOTOS VÁLIDOS</b>	<b>Coligação</b>
GERALDO ALCKMIN (PSDB)	37.543.178	39,173	PSDB / PFL
LULA (PT)	58.295.042	60,827	PT / PRB / PC do B

Fonte: TSE, 2006.

O eleitor, portanto, concedeu, aparentemente, mais peso a outros fatores e não levou em conta as questões de moralidade pública na sua escolha. Esse período, após a vitória da reeleição, consolida o que parte da literatura chama de “lulismo”, caracterizado pela expectativa de um Estado suficientemente forte para diminuir a desigualdade, sem ameaça à ordem estabelecida. Um momento de realinhamento eleitoral, baseado na expectativa de crescimento econômico, distribuição de renda e incorporação social (SINGER, 2012).

### 1.3 AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2010

Assim como nas eleições de 2006, os escândalos de corrupção atingiram a disputa eleitoral daquele ano, como o de Erenice Guerra, Ministra da Casa Civil e sucessora da candidata do governo nesse posto, que foi acusada de tráfico de influência. Além disso, acusações de contratações de dossiê contra candidatos e de balcão de negócios em órgãos públicos afloraram. Os casos de corrupção se avolumaram e atingiram a candidata do governo.

O PT lançou Dilma Rousseff, com apoio do PMDB e de uma ampla coligação, formada ainda por PDT, PCdoB, PR e PSB, dentre outros. A coligação, chamada “*Para o Brasil seguir mudando*”, empenhou-se em manter vínculo de continuidade com o governo de Lula, aprovado pela grande maioria dos eleitores. A oposição lançou o nome de José Serra, mesmo candidato de 2002, como forma de tentar contrapor o peso da candidata do governo. A coligação “*O Brasil pode mais*”, além de utilizar como estratégia a apresentação exaustiva dos casos de corrupção envolvendo o governo, apontou a excelência administrativa de seu candidato e sua larga experiência pública, que contrastava com a da candidata governista. A essa coligação, juntaram-se o Democratas (antigo PFL), PPS, o PTB e o PT do B.

O Partido Verde (PV) lançou a candidatura de Marina Silva, egressa do petismo e ex-Ministra do Meio Ambiente. Partidos menores – como o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), o PSOL, o Partido Social Democrata Cristão (PSDC), o PCB e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) – também lançaram candidatos. Nesse processo eleitoral, além do tema corrupção, sobressaíram temas como drogas e temas de cunho moral e religioso, como o aborto.

No primeiro turno, três candidatos se sobressaíram, Dilma Rousseff (PT), com 46,9% dos votos, José Serra (PSDB), com 32,6%, e Marina Silva (PV), com 19,3%. A surpresa deu-se na candidatura de “terceira via” da candidata do ambientalismo. Propondo uma “nova política” e agendas que, segundo o PV, diferiam das grandes agendas apresentadas pelos dois maiores partidos nas eleições, o capital político (quase 20 milhões de votos) da candidata foi logo disputado pelos candidatos que disputariam o segundo turno, Dilma Rousseff e José Serra.

Tabela 5 - Votos válidos na eleição presidencial de 2010, 1º turno.

<b>Candidato</b>	<b>Votação Nominal</b>	<b>%</b>
IVAN PINHEIRO (PCB)	39.136	0,0%
RUI PIMENTA (PCO)	12.206	0,0%
JOSE LEVY FIDELIX (PRTB)	57.960	0,1%
JOSÉ SERRA (PSDB)	33.132.283	32,6%
JOSE MARIA EYMAEL (PSDC)	89.350	0,1%
PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO (PSOL)	886.816	0,9%
JOSÉ MARIA (PSTU)	84.609	0,1%
DILMA ROUSSEFF (PT)	47.651.434	46,9%
MARINA DA SILVA (PV)	19.636.359	19,3%
<b>Total</b>	<b>101.590.153</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: TSE, 2010.

No segundo turno, o PT e o PSDB partiram para um debate em torno das questões das drogas, das privatizações, das políticas sociais e de questões morais, de cunho religioso, como o aborto. Apesar da estratégia de campanha do candidato de oposição, José Serra (PSDB), privilegiar informar aos eleitores, constantemente, sobre as questões morais, ou de valores, que estavam em cena, como o aborto e a moralidade pública, a candidata do governo consagrou-se vitoriosa na disputa, conforme tabela abaixo demonstra.

Tabela 6 - Votos válidos na eleição presidencial de 2010, 2º turno.

<b>Candidato</b>	<b>Votação Nominal</b>	<b>%</b>
JOSÉ SERRA (PSDB)	43.711.388	43,9%
DILMA ROUSSEFF (PT)	55.752.529	56,1%
<b>Total</b>	<b>99.463.917</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: TSE, 2010.

A questão, portanto, permanece: a corrupção, como um fenômeno político moral, apesar de informado ao eleitor, teve impacto no resultado das eleições de 2006 e de 2010? Os eleitores entendem o comportamento corrupto como inerente do jogo político, sendo lenientes e não “punem” o candidato? É possível mensurar esse impacto?

## Capítulo 2: REFERENCIAL TEÓRICO

Esse capítulo visa a apresentar o arcabouço teórico que baseou os questionamentos e as análises presentes na pesquisa. Para tanto, serão apresentados conceitos fundamentais para a compreensão da decisão do eleitor nas eleições presidenciais. A direção do voto do eleitor é resultado de uma longa construção social, que inicia com as concepções e a prática da democracia, passando pelas noções de representação e de *accountability*. As eleições inserem-se, portanto, dentro de um constructo teórico mais amplo, que organiza e impõe limites à vida em sociedade.

Além das noções acima elencadas, faz-se indispensável recorrer ao conceito de corrupção e compreender a maneira como a literatura vem tratando o tema. Essa pesquisa, embora não seja especificamente sobre este tema, assenta suas preocupações nos efeitos desse fenômeno político para o sistema político. Se esse fenômeno tem, como se observará, efeitos sobre a economia e sobre o sistema político, por exemplo, também poderá estender seus efeitos para uma instituição política das sociedades democráticas: as eleições.

As eleições são, em sentido estrito, os mecanismos que concretizam a representação nas democracias. O exercício do voto, portanto, tem seu valor na consolidação dos regimes democráticos, sendo de especial interesse desvelar o que leva os cidadãos a votar em um candidato em detrimento de outro. O estudo do comportamento eleitoral, nesse sentido, é teoricamente essencial para o êxito desta pesquisa. Pode-se computar, de acordo com as mais recentes pesquisas, que o comportamento eleitoral é condicionado pela ausência ou abundância de informação política.

Nesse sentido, essa seção está dividida em quatro subtópicos, que trataremos de forma dedutiva, do geral para o particular. O primeiro tratará das questões de fundo mais importante para se compreender o sistema político e as razões das problematizações que se postulam nesse trabalho. O segundo trará explicações e possibilidades analíticas acerca do fenômeno da corrupção. O terceiro subtópico trará uma revisão da literatura acerca dos modelos explicativos para o comportamento eleitoral, dividindo a apresentação em dois grandes blocos: o primeiro que observa o comportamento eleitoral como resultado dos contextos histórico-culturais, e o segundo que assenta sobre o indivíduo – em sua personalidade, nas suas motivações e nas informações de que dispõe – a base para o estudo do comportamento eleitoral. O quarto subtópico versará acerca do uso da informação política, importante variável para este estudo. Dessa forma, o arcabouço teórico, que permitirá avaliar as



contribuições desse trabalho para a literatura, estará razoavelmente coberto, de forma a não apenas fazer com que essa pesquisa dialogue com a literatura especializada, mas também a ela faça contribuições.

## **2.1 DEMOCRACIA, REPRESENTAÇÃO E *ACCOUNTABILITY***

O debate acerca da democracia apresenta variações significativas, no que tange à própria definição do fenômeno e quanto às principais características e princípios que o regem, a depender dos autores analisados e da época em que o debate acontece. Há definições estipulativas e lexicográficas, todas com certo grau de arbitrariedade (Sartori, 1994), uma vez que cada autor expõe o que deseja expressar com o termo democracia, sem se preocupar com a singularidade do termo. Neste trabalho, procurar-se-á desenvolver uma classificação das correntes de pensamento sobre a democracia, a partir das obras de Robert Dahl, Joseph Schumpeter e Arend Lijphart.

Desde meados do século XIX até meados do século XX, a democracia representou um número limitado de sociedades políticas, havendo um amplo consenso sobre o que o termo significava (SARTORI, 1994). Depois da II Guerra Mundial, entretanto, parece amplamente difundida a concepção de democracia liberal, a despeito da emergência das “democracias populares” no Leste Europeu. Os autores escolhidos, contudo, utilizam a democracia representativa como parâmetro de análise. No que tange à classificação das correntes de pensamento sobre a democracia, a partir destes três autores, pode-se observar (i) uma corrente minimalista, marcada pelo arraigado senso de procedimento (Schumpeter), (ii) outra corrente fundamentalmente principiológica (Dahl), e (iii) ainda outra que mescla o caráter procedimental e os fundamentos principiológicos, culminando em uma corrente que valoriza o resultado institucional derivado dos princípios e métodos democráticos (Lijphart).

Cumprе explicitar, assim, as características, as semelhanças e as diferenças de cada uma dessas correntes, sem deixar, contudo, de apontar críticas e limites de cada uma delas. Schumpeter (2008) inaugura a corrente procedimental, que entende a democracia apenas como um método. A filosofia democrática do século XVIII entendia o método democrático como um arranjo institucional destinado a gerar decisões políticas que atingissem o bem comum, fazendo que as pessoas esprimissem por elas mesmas, por meio da eleição de indivíduos, a vontade comum. O autor refuta a tese democrática do século XVIII, por entender a impossibilidade de haver um único e determinado bem comum. Além disso,

mesmo que fosse possível distinguir o bem comum, nada garantiria que suas manifestações pudessem responder adequadamente às vontades individuais.

A natureza humana na política, desde a segunda metade do século XIX, passou a ser entendida não apenas como portadora de uma individualidade capaz de ser agregada homogeneamente, mas sim como resultado de um comportamento definido coletivamente. O exercício de agregação das volições individuais, a fim de atingir o bem comum, não é possível, dado que a natureza humana na política decorre das interações sociais, originando “espíritos animais” (Schumpeter, 2008). Na política, os indivíduos têm seu senso de responsabilidade reduzido, dado que são capazes de discernir questões relativas ao curto prazo, enquanto as questões nacionais, afeitas à democracia, são, em geral, de longo prazo. Por essas razões, no âmbito da política, os pensamentos dos indivíduos tornam-se associativos e afetivos, sem capacidade de discernir criticamente a experiência e a responsabilidade individual. Nesse sentido, o bem comum não pode ser agregado, gerando um conceito de democracia pouco efetivo, já que o arranjo institucional destinado a satisfazer o bem comum era inviável.

Ao contrário do que previa a doutrina democrática do século XVIII, Schumpeter (2008) propõe outra definição para o método democrático, entendido, agora, como um arranjo institucional para se chegar a decisões políticas, no qual indivíduos adquirem poder de decisão, por meio da competição pelos votos dos eleitores. Elimina-se, assim, a consubstanciação do bem comum. O autor expressa que, dessa forma, cria-se um critério objetivo para distinguir e comparar governos democráticos. Além disso, a definição abre espaço para a liderança e a competição, elementos indispensáveis para a democracia. Para o autor, trata-se de um método, um processo, de escolha de líderes que detenham poder de decisão, por meio da livre competição por votos. O indivíduo, tratado como simples eleitor, tem a função primária de produzir governo. A democracia, portanto, arregimentará a vontade da maioria, por intermédio dos escolhidos para deterem o poder de decisão, e não a vontade geral e o bem comum.

A democracia, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial, fundamenta-se em um pacto *societatis*, isto é, em uma coexistência entre cidadãos, os quais são tratados como iguais (SARTORI, 1994). O foco no indivíduo e nas suas inter-relações com outros indivíduos continua importante para Schumpeter, mas a expressão do indivíduo limita-se ao processo eleitoral, na produção do governo. A liderança política e a competição são valores expressos pelo autor, sem as quais a democracia estaria enfraquecida. Schumpeter (2008) advoga um

conceito restrito de democracia, no qual a sociedade deve limitar-se a escolher quais pessoas devem tomar decisões políticas em seu lugar e, periodicamente, punir ou não os excessos dos escolhidos no momento de novas eleições. O fato do papel da sociedade se limitar ao processo eleitoral é que caracteriza a classificação deste modelo de democracia como minimalista, procedimental, ou apenas eleitoral.

Dahl (2001), por sua vez, caracteriza uma corrente de pensamento sobre a democracia que privilegia os valores e os princípios que norteiam os regimes democráticos, sem se esquecer da construção histórica dos governos democráticos. Em essência, trata-se de um conjunto de regras e princípios, uma constituição, que determina como serão tomadas as decisões das associações políticas. Para tanto, o autor elenca critérios necessários para um processo democrático, no qual todos os indivíduos sejam capacitados a participar nas decisões sobre as políticas escolhidas para o grupo. A participação efetiva, a igualdade de voto, a aquisição de entendimento esclarecido, a capacidade de exercer o controle definitivo do planejamento e a inclusão de adultos. Esses, resumidamente, são os critérios para a conformação do processo democrático. O autor expressa, contudo, que nenhum estado jamais possuiu um governo que estivesse plenamente de acordo com estes critérios, havendo, portanto, de se falar em gradação e padrões no transcorrer do processo democrático.

Em sua tentativa de definir e caracterizar a democracia, Dahl (2001) expõe os resultados desejáveis dos regimes democráticos em contraposição a outras formas de governo. Tratou-se, na obra, de definir superficialmente o fenômeno, por um método de negação do que a democracia não é, daquilo que não gera como consequência de sua adoção. Nesse sentido, o autor afirma que regimes democráticos evitam tiranias e garantem direitos fundamentais que outros regimes não concedem. Em virtude do respeito aos limites impostos a qualquer forma de extrapolação de competências, os regimes democráticos não permitem qualquer forma, em tese, de regimes autocráticos, seja da maioria ou de minorias. A democracia é, ainda, inerentemente um sistema de direitos, sobretudo de direitos políticos (Dahl, 2001).

As democracias garantem a seus cidadãos uma liberdade pessoal mais ampla e ainda auxiliam as pessoas a proteger seus próprios interesses, segundo o autor. Além disso, as democracias promovem maior desenvolvimento humano e igualdade política. Por fim, Dahl explicita que regimes democráticos não guerreiam entre si, conformando uma cultura de paz, e que, em geral, são regimes em que se observa maior prosperidade econômica. Nesse sentido, a construção de Dahl permeia uma concepção de democracia que privilegia critérios

e princípios fundamentais dos regimes democráticos, evidenciando, de forma comparativa, o motivo pelo qual regimes democráticos são preferíveis a quaisquer outras formas de governo da sociedade.

Há, contudo, um desenvolvimento da tese democrática, por parte de Dahl (2005), que privilegia aspectos não observados em sua outra obra intitulada *Sobre a Democracia*. Segunda essa perspectiva, a democracia continua sendo um conjunto de regras e princípios que determina como serão tomadas as decisões políticas das associações políticas; contudo, adiciona-se a essa definição a contínua responsividade do governo às preferências dos cidadãos. Aprimora-se, assim, a capacidade de avaliar regimes, visto que é possível criar mecanismos e parâmetros de gradação, além dos já expostos em sua outra obra. Sendo o governo democrático responsivo às preferências de seus cidadãos, todos os cidadãos devem ter oportunidades plenas:

[...] de formular suas preferências, de expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e coletiva, e de ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte da preferência. (DAHL, 2001, p.26)

As oportunidades plenas descritas acima são as condições necessárias à democracia. Se, por um lado, o autor expressa os critérios democráticos para o processo democrático (Dahl, 2001); por outro, fundamenta a democracia a partir de condições mensuráveis (Dahl, 2001). A partir das condições necessárias, Dahl entende que, a cada oportunidade, serão oferecidas, pelos regimes democráticos, garantias institucionais. Nesse sentido, expressa que para a oportunidade de formular preferências são necessárias as seguintes garantias institucionais: liberdade de formar e aderir a organizações; liberdade de expressão; direito de voto; direito de líderes políticos disputarem apoio; e fontes alternativas de informação. Para a condição de expressar preferências, o autor elenca, além das já descritas acima, as garantias da elegibilidade para cargos políticos e das eleições livres e idôneas. A fim de assegurar oportunidades plenas de ter as preferências igualmente consideradas, Dahl adiciona às demais garantias apenas a existência de instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência.

Cumprir observar que os regimes variam na amplitude com que disponibilizam as garantias a seus cidadãos. Tal como os critérios para o processo democrático, aludidos acima,

também no que tange ao fornecimento das garantias, observa-se que há a necessidade de trabalhar com gradações, dado que um regime pode ser considerado democrático sem oferecer integralmente todas as garantias. A concepção de democracia, derivada das condições necessárias ao regime e de suas garantias, evidencia a importância de dois critérios independentes na formulação de Dahl: a inclusividade e a capacidade de contestação pública.

A democratização de países, nesse sentido, seria definida em função das variáveis inclusão e contestação, as quais se manifestariam na consubstanciação das garantias elencadas pelo autor. Assim, Dahl (1997) cria quatro categorias conceituais para caracterizar níveis, gradações, de democratização. O autor cita as hegemonias fechadas, as hegemonias inclusivas, as oligarquias competitivas e as poliarquias. Os regimes com pouca inclusão e pouca contestação são as hegemonias fechadas. Aqueles com maior contestação, porém com baixa inclusão, são as oligarquias competitivas. Os regimes com muita inclusão e pouca contestação são as hegemonias inclusivas. Por fim, aqueles regimes em que há ampla inclusão e ampla contestação são chamados poliarquias, regimes em que o processo de democratização atingiu maior liberalização (contestação) e maior popularização (inclusividade).

A corrente de pensamento preconizada por Dahl caracteriza-se, assim, pela abordagem normativa, amplamente motivada pela enumeração dos princípios e dos valores que regem, ou devem reger, os regimes democráticos. Trata-se de uma abordagem importante, nesse sentido, visto tratar o fenômeno desde uma perspectiva que privilegia a construção de parâmetros de mensuração, baseados em critérios verificáveis e históricos, e em garantias derivadas de pressupostos valorativos.

Cumprindo observar, por fim, a corrente de pensamento notabilizada por Lijphart (2008). Como evidenciado no início deste ensaio, trata-se de uma perspectiva que mescla o procedimentalismo de Schumpeter e o caráter principiológico de Dahl, enfatizando a construção institucional derivada dessas perspectivas. De maneira semelhante a Dahl (2001), Lijphart entende que “o governo democrático ideal seria aquele cujos atos estivessem sempre em perfeita correspondência com as preferências de todos os cidadãos” (LIJPHART, 2008, p.13)

O foco das observações de Lijphart não está no método ou nos princípios, e sim nas instituições e práticas a que os cidadãos estão sujeitos, a fim de manifestar suas preferências e as terem igualmente levadas em conta, demonstrando claramente suas referências em Dahl.

Por essa razão, Lijphart expressa dois modelos de democracia: consensual e majoritária (modelo de Westminster). O autor toma como pressuposto que (i) os modelos apresentados partiram da vontade popular, formando o governo, tal como evidenciado Schumpeter (2008) e (ii) que as liberdades individuais, os direitos políticos e as garantias institucionais são amplamente respeitados nos países democráticos, tal como manifestado em Dahl (2001).

O modelo de democracia majoritária, ou de Westminster, é caracterizado fundamentalmente pelo predomínio da maioria, expresso por alguns componentes ideais. Há concentração, por exemplo, do poder executivo, geralmente com a formação de gabinetes de partido único, e uma fusão entre os poderes executivo e legislativo. Em geral, as democracias majoritárias apresentam um bicameralismo assimétrico, em que uma das casas do parlamento possui mais poder do que a outra. Trata-se de democracias em que não há constituição escrita, em que a sociedade é mais homogênea, e em que o sistema partidário tende ao bipartidarismo.

O modelo democrático consensual, por sua vez, reflete uma sociedade mais heterogênea, na qual a arquitetura institucional precisa responder a mais pluralidade social. Nesse sentido, Lijphart evidencia que as democracias consensuais são caracterizadas pela partilha do poder executivo, pela separação formal e informal dos poderes constituídos, pelo bicameralismo simétrico, por um sistema multipartidário e por uma constituição escrita.

Segundo Lijphart

[...] a democracia consensual tem como objetivo moderar a regra majoritária através da exigência...dos seguintes pontos: partilha do poder entre a maioria e a minoria; dispersão do poder (pelo executivo e o legislativo, duas câmaras legislativas e diversos partidos minoritários; justa distribuição do poder; delegação do poder e limite formal do poder). (LIJPHART, 2008, p. 51)

Tem-se, assim, uma variedade grande de correntes de pensamento acerca de democracia, cada qual com características específicas, como se evidenciou. Há, entretanto, semelhanças entre estas correntes. A primeira semelhança é a de que os modelos analisados partem da democracia representativa para desenvolver seus modelos. Ademais, todos os modelos analisados levam em consideração o indivíduo, a despeito de o fazer de forma marginal, o caracterizando apenas como eleitor (SCHUMPETER, 2008), portador de direitos (DAHL, 2001) ou expositor de preferências por meio de instituições (LIJPHART, 2008).

Nenhuma das abordagens apresenta preocupação com a democracia participativa, na qual os cidadãos participam de forma mais integral das decisões e do acompanhamento das políticas. De outro modo, as três abordagens privilegiam o papel das instituições no processo democrático, seja no momento eleitoral, e, portanto, na consolidação dos processos formais (SCHUMPETER, 2008) na concretização das garantias (DAHL; LIMONGI; PACIORNIK, 1997) ou na expressão das preferências individuais (LIJPHART, 2008).

Bobbio (2007) adverte que, se inicialmente os teóricos preocupavam-se com a tirania da maioria, atualmente há a preocupação acerca da incapacidade de os governos democráticos dominarem convenientemente os conflitos das sociedades complexas (BOBBIO, 2007). Em nenhuma das abordagens explicitadas neste trabalho, percebeu-se a preocupação com a governabilidade dos regimes democráticos, o que pode se caracterizar como um limite às abordagens.

A discussão sobre corrupção e eleições reside na discussão mais ampla sobre representação política e *accountability*, podendo contribuir para a deficiência levantada às abordagens acima. A possibilidade de sanções dos eleitores é fundamental para o controle do comportamento oportunista dos representantes, o que pode minorar alguns efeitos perversos da governabilidade. Esse elemento de julgamento e sanção *a posteriori* caracteriza a *accountability* (PRZEWORSKI; STOKES; MANIN, 1999), mais precisamente a *accountability* vertical manifestada na relação entre o eleitor e o representante eleito (Power & Taylor, 2011; L. Rennó & Spanakos, 2006). A competição política dá aos eleitores, nesse sentido, recursos para controlar institucionalmente os políticos corruptos. Esse trabalho lida com a competição política e a *accountability*, uma vez que busca determinar se o eleitor sanciona ou não o representante, ou em que medida o faz.

Não havendo o elemento de sanção nas eleições, pode-se questionar por que os eleitores apoiam políticos corruptos. Um grande dilema é que a corrupção não é popular, mas há políticos corruptos que são bastante populares. Há uma profusão de teorias sobre esse fato. Há explicações que apontam para os incentivos materiais originados pela corrupção (clientelismo) como uma das razões de por que os eleitores apoiam políticos corruptos. Outra explicação se serve de uma explicação cultural, em que os indivíduos preferem a patronagem, em virtude dos benefícios extra-burocráticos trazidos por elas (KURER, 2001).

Outra explicação plausível de porque os eleitores votam em políticos corruptos encontra eco no argumento de que não há oferta de políticos não corruptos, o que é reforçado

pela existência de sistemas partidários fracos. Partidos fracos levam a que políticos sejam eleitos em função de características pessoais. As barreiras para a entrada, lembrando um argumento da teoria econômica, são mais uma explicação dada pela literatura. A ignorância do eleitor pode ser uma das causas do comportamento eleitoral predatório. Por essa explicação, os eleitores não conseguem mensurar o nível de corrupção ou possuem preferências inconsistentes (KURER, 2001).

Fato bastante lembrado na literatura é o que, a despeito das razões porque os eleitores votam em políticos corruptos, o fenômeno corrupção é ruim não apenas para a economia, mas também para a política. Quais seriam, então, os efeitos para a política? Utilizando-se de dados de *survey* em quatro países latino-americanos, Seligson (2002) argumenta que a literatura que acredita que a corrupção tem efeitos positivos sobre o regime político, uma vez que a corrupção daria estabilidade ao desenvolvimento político e funcionaria como “*grease in the gears*” (Huntington *apud* Seligson, 2002), está equivocada. Na verdade, os efeitos negativos da corrupção na política sobressaem-se, sendo evidenciados pelos dados coletados, que comprovam clientelismo e corrupção consequente. O argumento é de que há perda de legitimidade e, conseqüentemente, de confiança dos cidadãos em relação ao governo.

Para responder ao questionamento deste projeto, além da compreensão conceitual acerca da representação e da *accountability*, que são questões de fundo, será necessário entender o fenômeno da corrupção, as restrições institucionais para seu surgimento e reforço, e as conseqüências do fenômeno para as escolhas individuais de voto.

## **2.2 CORRUPÇÃO: A MULTICAUSALIDADE DE UM FENÔMENO E SEUS IMPACTOS ELEITORAIS**

A literatura acerca da corrupção delinea, pelo menos, três perspectivas distintas sobre o tema. A primeira retrata a historicidade e a subjetividade quanto às definições de corrupção. A segunda estuda os determinantes (causas) do fenômeno, com forte preocupação descritiva. A terceira perspectiva preocupa-se com os efeitos do fenômeno sobre a economia dos países.

A primeira perspectiva busca identificar as raízes históricas e culturais da corrupção, além de apontar os custos sociais advindos de sua recorrência. Uma primeira onda de pesquisas acerca da corrupção possuía forte viés culturalista, entendendo a corrupção como um desvio dos deveres formais associados a um cargo público, em função de benefícios privados (SPECK, 2000). Esta definição carrega o estigma de que a corrupção seria definida



localmente. Nesse sentido, as pesquisas sobre corrupção ficaram restritas a análises de percepção, uma vez que seria improvável uma definição precisa do fenômeno. Essa, entretanto, é uma visão que pode servir aos estudos que tendem a analisar o nível individual, sobre o qual atua o fenômeno na definição das preferências eleitorais.

A segunda perspectiva define corrupção como o abuso do poder público para a obtenção de ganhos privados. Shen e Williamson (2005) investigaram os determinantes da corrupção. Para tanto, compilaram, sucintamente, as categorias que levam à corrupção. Em síntese, são seis categorias: fatores políticos, fatores econômicos, a força do Estado, fatores jurídicos, fatores culturais e sociais. Para esta revisão da literatura, três fatores serão descritos: político, econômico e a força do estado. No que diz respeito aos fatores políticos, os autores apontam que a corrupção nega o bem comum e o interesse público. As evidências, segundo os autores, sugerem que Estados com instituições democráticas tendem a ter menor nível de corrupção; portanto, o fator político determinante é a democracia. Estados com vastas liberdades civis e direitos políticos garantidos tendem, também, a ter menores níveis de corrupção. Liberdade política, fluxo de informação e transparência têm efeitos positivos no controle da corrupção. Regimes democráticos, nessa perspectiva, não levariam à corrupção, ou pelo menos restringiriam a sua disseminação. A corrupção poderia ser determinada pela ausência ou fragilidade da democracia.

Quanto aos fatores econômicos, Shen e Williamson (2005) expressam que um grande número de analistas compreende a pobreza como sendo a maior causa contextual da corrupção, especialmente porque cria incentivos econômicos para funcionários públicos se envolverem em atos de corrupção. Há evidências de que estados com instituições transparentes tendem a experimentar maiores níveis de riqueza. Da mesma forma, atestam que a intervenção do governo, por meio de regulações e de licenças, cria burocracias e aumenta a incidência de corrupção. No que respeita a força do governo, afirmam haver evidência de que o tamanho do governo e a corrupção relacionam-se positivamente. Assim, essa linha entende que pobreza, fragilidade democrática e tamanho do governo proporcionam maiores probabilidades de regimes corruptos.

A terceira perspectiva compreende que a corrupção tem efeitos nefastos sobre o crescimento econômico, a qualidade da infraestrutura e dos serviços públicos (ADES e DI TELLA, 1999). Em pesquisa de 1998, que contou com a participação de mais de 150 altos funcionários públicos e membros da sociedade civil de diversos países, atestou-se a percepção de que a corrupção no setor público é impedimento ao crescimento e ao

desenvolvimento dos países (Kaufman & Cheryl, 1998). A definição de corrupção reside, para os autores, no uso de função pública para angariar benefícios e ganhos privados. Os autores apontaram que, em geral, os “ganhos” aparentes advindos da corrupção podem ser expressos por meio da conquista de contratos governamentais, benefícios governamentais, receitas públicas e, também, com influências no processo regulatório e legal.

De maneira concisa, Kaufman e Cheryl (1998) elencam os custos econômicos da corrupção. A elevação dos custos de transação e, em consequência, o incremento das incertezas e da ineficiência na economia são resultados preocupantes do fenômeno da corrupção. Alia-se a estes custos, a progressiva perda de legitimidade do Estado. Apesar de algumas teses afirmarem que, por vezes, a corrupção pode aumentar a eficiência por meio da passagem direta por estágios “burocráticos” do governo, há de se notar que a própria corrupção pode ser a causa dos processos burocráticos. Há, ademais, evidência empírica, segundo os autores, de que quanto maior a extensão da corrupção e do suborno no país, mais tempo as empresas gastam com o governo, o que demonstra a relação direta entre corrupção e tempo gasto com governo.

As observações de Kaufman e Cheryl (1998) tornam-se importantes, uma vez que apontam que a corrupção é apenas sintoma de causas fundamentalmente econômicas, institucionais e políticas. No que tange, portanto, às causalidades do fenômeno, os autores o entendem como multicausal, mas apontam, no artigo, apenas os efeitos sobre o crescimento econômico. Ainda no mesmo diapasão, embora com ressalvas importantes, há um autor que defende a importância de se notar que a relação entre crescimento econômico e percepção de corrupção nem sempre é direta. Países corruptos, como a Indonésia, apresentaram altos níveis de crescimento. Na verdade, mesmo em uma avaliação no decorrer do tempo e no mesmo país, o índice de corrupção pode variar (EASTERLY, 2002).

Pesquisas sobre corrupção política, em geral, atribuem a um conjunto de fatores econômicos e políticos os determinantes do fenômeno – incluindo falta de *accountability* política, instituições políticas débeis, competição econômica e globalização (ADES; DI TELLA, 1999; KAUFMANN; CHERYL, 1998; SHEN; WILLIAMSON, 2005). Pesquisas empíricas que sirvam, entretanto, para examinar os determinantes no nível individual são mais recentes (CARREIRÃO, 2007; COSTAS-PÉREZ; SOLÉ-OLLÉ; SORRIBAS-NAVARRO, 2012; RENNÓ, 2007). Os políticos sofrem restrições estruturais e fazem escolhas (CHANG, 2005), mas os eleitores possuem o condão de sancionar políticos com comportamento corrupto.

As instituições políticas, como os sistemas eleitorais, são intermediárias, que se interpõe entre o nível individual de escolha e os determinantes mais agregados das causas e consequências do fenômeno. Os sistemas eleitorais são mecanismos de decisão política, aptos a reger a representação política, isto é, são instrumentos que determinam as regras do jogo eleitoral. Essas regras são capazes de exprimir interesses e moldar os atores políticos e os eleitores. A conformação dos sistemas eleitorais, nas democracias representativas, significa a combinação de diferentes elementos técnicos.

Essas instituições podem ter reflexos no nível de corrupção que encontramos em diversos países. Podemos definir, de antemão, que as regras eleitorais (i) impactam as oportunidades para o comportamento corrupto e, também, os (ii) incentivos para que os partidos monitorem uns aos outros. O modelo agente-principal é uma das maneiras pela qual se pode entender essa relação institucional. Os atores políticos (agentes) precisam se relacionar com os eleitores (principais). Esses atores políticos se dividem entre os partidos que estão no poder (*incumbents*) e aqueles que almejam o poder político (oposição). Os sistemas eleitorais, nesse caso, fazem a intermediação, nos sistemas eleitorais de países democráticos, entre os eleitores e os partidos políticos, de forma a delinear como os votos serão transformados em assentos nas câmaras legislativas, ou mesmo como os chefes do Poder Executivo serão escolhidos.

Cumpra observar, entretanto, que são duas as principais vertentes de estudos empíricos que tratam do tema. A primeira, mais robusta e com mais pesquisadores (KUNICOVA; ROSE-ACKERMAN, 2005; PERSSON; TABELLINI; TREBBI, 2003), aponta a relevância do elemento técnico de conversão dos votos em mandatos (majoritário ou proporcional) e da distribuição dos círculos eleitorais (distritos uninominais ou plurinominais). A segunda vertente também privilegiará os mesmos elementos técnicos, entretanto adicionará a quantidade de partidos como elemento definidor do efeito que o sistema terá sobre a corrupção política.

Pode-se resumir da seguinte forma o argumento: quando há múltiplos partidos, o que, em geral, ocorre sob os sistemas proporcionais, o incentivo para monitorar o partido oposto é menor, dado que os partidos opositoras tenderão a considerar que os efeitos dos escândalos de corrupção nas eleições serão difusos e, além disso, desconhecem as possibilidades futuras de coalizão com os partidos denunciados. Os sistemas majoritários aproximam o eleitor dos eleitos criando uma relação de *accountability* mais promissora. As listas fechadas são um grande problema, dado que concentram muito poder nas mãos dos

líderes partidários e afastam os políticos eleitos dos eleitores, fazendo com as redes de *accountability* se enfraqueçam.

Por fim, pode-se dizer que estas duas correntes representam o maior embate quando se discute a relação entre sistemas eleitorais e corrupção. Por um lado, interpretações que favorecem a adoção de sistemas majoritários, os quais trariam as condições institucionais para minorar a corrupção. Por outro lado, análises que favorecem a adoção de sistemas proporcionais.

Essa discussão encontra eco no caso brasileiro em que há um sistema misto. Para as eleições presidenciais, o sistema é o majoritário, enquanto para as eleições legislativas o sistema é o representativo. Para os efeitos dessa pesquisa, o sistema eleitoral majoritário para a eleição presidencial os partidos terão incentivos fortes para monitorar os candidatos e os partidos opositores. As coalizões futuras poderão, por outro lado, constranger o comportamento corruptor. Em 2006, por exemplo, o candidato Lula não ganhou no primeiro turno, muito provavelmente por causa da estrutura majoritária em dois turnos (Power & Taylor, 2011; L. R. Rennó, 2007, Rennó e Hoepers, 2010). A questão institucional, portanto, fez com que os eleitores punissem eleitoralmente o candidato no primeiro turno (ALMEIDA, 2008). Possivelmente, os eleitores votaram em Heloísa Helena ou em Cristovam Buarque.

Nos Estados Unidos, surgiram pesquisas que relacionam as questões morais com o voto. Assim, questiona-se se, de fato, as questões morais (como a corrupção) têm mais peso na formação das preferências eleitorais de alguns grupos em detrimento de outros. Evangélicos e católicos, por exemplo, preocupam-se mais com questões econômicas ou com as questões morais na hora de votar? Eleitores de regiões urbanas e rurais conferem peso diferenciado a essas questões? Os mais ricos conferem maior importância às questões econômicas e os mais pobres às questões morais? (NIEMI; WIESBERG; KIMBALL, 2010)

As conclusões parciais desses estudos demonstram que, em geral, controlando-se por idade, nível educacional e renda, as questões econômicas são mais importantes no comportamento do eleitor americano do que as questões morais. E no Brasil, como será que os eleitores ponderam esses dois grandes temas? Conferem maior peso aos fatores econômicos, ou a corrupção, como fator moral, também é preponderante? A idade, o nível de escolaridade, o pertencimento a algum grupo social específico e o nível de informação diferenciam o peso que o eleitor brasileiro concede a esses temas?

## 2.3 COMPORTAMENTO ELEITORAL

*"Every opinion is a marriage of information and predisposition."*

Zaller, 1992

O voto é o mecanismo fundamental do consenso na sociedade democrática (LIPSET, 1967), com o qual os cidadãos manifestam suas preferências políticas e, conseqüentemente, concedem o poder de governar a determinados indivíduos e excluem outros, ainda que temporariamente, do exercício legítimo do poder. O estudo, portanto, de como os cidadãos decidem votar e em quem votar é o que entendemos por comportamento eleitoral. Trata-se, por assim dizer, de um processo de formação das preferências individuais, diante das alternativas políticas que se apresentam. O importante é desvendar por que o eleitor direciona seu voto a um candidato em detrimento de outro, ainda que o cenário econômico ou mesmo moral seja desfavorável.

Este comportamento, por vezes, pode parecer irracional, já que um único voto, em um país continental como o Brasil, tem um peso infinitamente pequeno no resultado final das eleições. A ausência do eleitor, pode-se afirmar, não alteraria o resultado das eleições. Para além do fato de que, no Brasil, as instituições eleitorais entendem o voto como um dever, mais do que como um direito, os eleitores são agentes de um processo amplo que forja, por vários meios, as suas preferências políticas. Esse processo de formação das preferências – derivado das questões social e culturalmente atuantes sobre o indivíduo ou das opções pouco informadas e cálculos mais racionais dos indivíduos – é que nos interessa nesse estudo.

A maneira como as pessoas formam suas preferências é tema recorrente na literatura (ZALLER, 1992). O indivíduo transforma informação política em opinião política, geralmente utilizando-se de todas as suas predisposições. As atitudes de massa possuem uma fonte social, que, embora se iniciem no indivíduo, são forjadas por uma elite, que confere certo padrão às escolhas e também as torna estáveis no tempo.

Toda opinião é um casamento entre informação e predisposição (ZALLER, 1992, p. 6). Esse fator é importante para o presente estudo, uma vez que as decisões dos eleitores em votar, mesmo em meio a denúncias de corrupção são resultado da junção entre a quantidade de informação de que dispõem e a predisposição que carregam em si mesmos. As predisposições são, portanto, variáveis intervenientes críticas. O estudo da informação política e das predisposições poderá ser mais bem avaliado nas seções abaixo.

Há tentativas de se sistematizar os estudos sobre comportamento eleitoral (BARTELS, 2008; FIGUEIREDO, 1991), sob os mais diferentes métodos. Desde a década de 1940, estudiosos vêm pesquisando sobre este aspecto do comportamento humano, em seus mais variados contextos sociais, políticos e econômicos. Várias fontes e metodologias, com suas fortalezas e deficiências, também foram utilizadas. Bartels (2008), por exemplo, analisa temporalmente os avanços nos estudos sobre comportamento eleitoral, relatando os limites de cada abordagem. Figueiredo (1991), por sua vez, divide os estudos com base em três fatores: sociológico, psicológico e escolha racional. Optou-se, nesse estudo, por sistematizar as pesquisas sobre comportamento eleitoral com base nas opções metodológicas dos estudiosos.

Assim, pelo menos duas categorias podem ser descritas e analisadas. A primeira diz respeito aos estudos que utilizam níveis agregados de explicação, baseados em grupos sociais, categorias demográficas e identidades culturais, que delineiam os fatores histórico-contextuais. A segunda categoria busca no indivíduo o processo de formação das preferências políticas. É importante frisar que esta divisão não é metodologicamente exaustiva e estritamente correta, tratando-se apenas de uma opção de sistematização.

### **2.3.1 EXPLICAÇÕES MACRO, FENÔMENO MICRO**

As explicações que se situam nesse campo de discussões informam que as condições sociais formam o contexto em que as instituições, as ideologias, as práticas e objetivos políticos se formam e atuam (BORBA, 2005). Assim, a participação política dos indivíduos pode ser explicada pelo ambiente sócio-econômico e cultural em que vivem e pela inserção em determinados grupos sociais ou categorias demográficas (DE CASTRO et al., 1992, p. 11). São, por assim dizer, modelos com explicações histórico-contextuais.

A compreensão, portanto, da decisão do eleitor reside em considerações macro, que assentam o indivíduo em sua coletividade, e não em sua individualidade. A agregação das preferências individuais, portanto, é o que interessa para esta corrente explicativa. Assim, grupos sociais, categorias demográficas, e quaisquer outras agregações cultural e socialmente constituídas são agentes de determinação do voto.

Destaca-se, na literatura, a contribuição de Lipset (1967), que advogou que grupos tendem a participar mais quando (i) seus interesses forem afetados, (ii) quando as informações forem disponibilizadas, de sorte que saibam os impactos para seus interesses, e (iii) quando estiverem expostos a pressões sociais. Nesse sentido, as variáveis mais

importantes para se definir o voto seriam condições, como raça, religião, idade, escolaridade, sexo, gênero, dentre outras.

Lipset (1967) chega a afirmar que os padrões de participação eleitoral são praticamente idênticos em diversos países, como Alemanha, Suécia, Estados Unidos e Noruega. Homens, por exemplo, votam mais do que as mulheres; aqueles com mais instrução, mais do que aqueles com pouca instrução; moradores das cidades, mais do que os habitantes rurais e assim por diante. Esses padrões, entretanto, referiam-se especificamente a comparecimento eleitoral. O argumento de Lipset (1967) foi além, evidenciando o padrão geral de votos para os partidos de esquerda e para os partidos de direita, com base em lealdade de classes, na religião, nas divisões étnicas ou nas nacionalidades. Esses padrões gerais de comportamento seriam refletidos no apoio a determinados partidos políticos, a depender dos países.

Parece natural que indivíduos em condições semelhantes se identifiquem como grupo e estabeleçam preferências também congruentes. A maneira como enxergam a realidade que os cerca, bem como a ação desses indivíduos na realidade será guiada por certo grau de similitude. Na área dos estudos eleitorais, há uma longa tradição de estudos que enfocam esses fatores sociológicos para explicar a decisão do voto. Estudos empíricos, mais recentes, baseados em pesquisas de opinião pública, avaliaram variações no comportamento eleitoral de populações e grupos distintos.

Teorias psicológicas – como a evidenciada por Campbell et al. em *The American Voter* (1980), consolidando a chamada Escola de Michigan, que, com base no desenvolvimento das técnicas de *survey* – afirmaram que o estágio de socialização, antes mesmo das decisões do voto, é o elemento essencial para a formação das preferências. Algumas categorias políticas normativas estariam, assim, consolidadas no indivíduo. Compreende-se que a formação de preferências políticas é, em certo sentido, um movimento estático, que dificilmente será alterado durante a vida do eleitor. Para este grupo, a identificação partidária acaba sendo o principal fator explicativo do comportamento dos eleitores. Por essa razão, embora aborde o indivíduo, alocamos essa perspectiva dentro da tradição que agrega as preferências dentro de categorias mais amplas.

Mencione-se, ainda, trabalho na área de psicologia social que enfatiza a inteligência coletiva (“*the wisdom of crowds*”), propondo que a agregação das preferências individuais, ainda que não informadas, pode servir bem à democracia. O eleitor mediano, por um sistema

de coordenação, independência e autonomia, age individualmente no voto, mas o resultado coletivo tende a ser mais inteligente do que se indivíduos com mais informações tomassem, monocraticamente, as decisões. Os mecanismos, contudo, que levam o indivíduo comum (por inferência, o eleitor comum) a agir de forma inteligente seria uma mistura de acaso com condições sociais ótimas. As decisões coletivas, portanto, não precisariam de muita explicação, já que, quase sempre, resultariam em efeitos sociais ótimos (SUROWIECKI, 2005).

Outros estudos no Brasil podem, de certa maneira, se acoplar a esta perspectiva, como os abaixo explicados. O posicionamento ideologicamente orientado dos eleitores, em um *continuum* esquerda-direita, por exemplo, varia entre eleitores com diferentes graus de escolaridade (DE SOUZA CARREIRÃO, 2002). Essa perspectiva, avaliada por metodologia baseada em *surveys*, demonstrou que a agregação de eleitores por nível de escolaridade pode influenciar em posicionamentos no espectro esquerda-direita, o que não significa que os eleitores saibam exatamente o que esses termos significam (SINGER, 1999). O que é importante, para nosso estudo, é que a agregação das preferências é tratada de forma macro, sem considerar o nível da individualidade.

A avaliação recente das afinidades ideológicas, do comportamento eleitoral e do perfil sócio-econômico dos eleitores evangélicos em eleições presidenciais suscitou a discussão sobre o comportamento deste grupo social, o qual se vincula naturalmente a posições conservadoras, moralmente orientadas (BOHN, 2004). O resultado da pesquisa aponta que, em geral, o pertencimento a este grupo religioso indica algum tipo de lealdade política a candidatos que comunguem da mesma fé. As posições políticas conservadoras, entretanto, podem afastar esses eleitores de partidos ou de candidatos que apoiem temas notoriamente progressistas, como o aborto e a casamento homossexual. Em questões econômicas, diferentemente, não se constatou uma grande disparidade deste grupo.

Nesse estudo, a despeito da importância que o contexto social e as explicações baseadas nos grupos e nos estratos demográficos representam, será dada maior ênfase às abordagens que consideram o indivíduo como lócus primeiro da formação de preferência. Não se exclui, entretanto, a importância desses fatores, apenas nos concentraremos na abordagem a seguir.



### **2.3.2 EXPLICAÇÕES MICRO, FENÔMENO MICRO: HEURÍSTICAS DO ELEITOR. OU COMO AS PREFERÊNCIAS SÃO FORMADAS.**

Deixando as teorias que lidam de forma agregada com o comportamento e seu efeito no voto, chega-se às teorias e aos estudos que, no nível individual, buscam compreender como se formam as preferências dos eleitores. Os determinantes do voto são, desde o estudo seminal de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1944), intitulado *The People's Choice: How the Voter Makes up his Mind in a Presidential Campaign*, a busca constante dos pesquisadores<sup>1</sup>, que a partir desta contribuição passaram a avaliar os fatores sociais, atuantes sobre os indivíduos, como determinantes do voto.

Cientistas políticos consideram diferentes heurísticas por meio das quais os indivíduos interpretam e fazem escolhas na política e, precisamente, nas eleições. A filiação partidária do candidato, a ideologia do candidato, o *endorsement* (uma simplificação cognitiva, na qual o eleitor guarda apenas uma característica do candidato que o interessa, sobretudo se o candidato endossar as ideias de algum grupo de interesse apoiado pelo eleitor), as informações sobre a viabilidade da candidatura (considerações se o candidato é viável eleitoralmente ou não) e a aparência do candidato são algumas dessas heurísticas (NIEMI; WIESBERG; KIMBALL, 2010). Trata-se, portanto, das abordagens cognitivas simplificadas utilizadas pelo eleitor para escolher seus candidatos. As heurísticas compensam, em certo sentido, a ausência ou a desigualdade na distribuição das informações políticas (ALTHAUS, 1998).

Algumas dessas heurísticas são bem conhecidas nos estudos de comportamento eleitoral no Brasil, sobretudo a filiação partidária e a ideologia do candidato (ANTUNES, 2008; BOHN, 2004; CARREIRÃO; KINZO, 2004; CARREIRÃO, 2007; RENNÓ, 2007). Há ainda outras maneiras de interpretar as escolhas dos eleitores, segundo modelos (i) prospectivos, na qual os eleitores fazem suas escolhas pensando no bem futuro trazido pelo candidato, (ii) retrospectivos, no qual o eleitor analisa o que o candidato e o partido fizeram enquanto governavam, e o (iii) modelo intertemporal, no qual o candidato assume risco de um presente ruim em nome de um provável futuro melhor (POWER; TAYLOR, 2011; RENNÓ; SPANAKOS, 2006).

As variáveis apontadas nesses estudos e suas hipóteses variam, como a tese de que a identificação ideológica do eleitor está associada à sua preferência partidária e, conseqüentemente, influencia seu voto (DE SOUZA CARREIRÃO, 2002), e também a tese

---

<sup>1</sup> Para uma revisão dos estudos de comportamento eleitoral ver (BARTELS, 2008).

de que a preferência partidária tem peso definitivo da composição do voto (CARREIRÃO; KINZO, 2004; RENNÓ, 2007). Mais recentemente, entretanto, postulou-se que a posição ideológica tendeu a diminuir após a eleição de 2002, não sabendo os eleitores se posicionar ideologicamente (CARREIRÃO, 2007). Esses estudos tratam das variáveis clássicas para a determinação do voto, a saber, identificação partidária e posicionamento ideológico. Quase todos os estudos no Brasil sistematizam essas duas variáveis como determinantes do voto.

Nesse particular, destaca-se os estudos de Singer acerca do postulado da identificação ideológica como componente do voto e, conseqüentemente, do comportamento eleitoral do brasileiro. Analisando as eleições de 1989 e 1994, o autor aponta que a compreensão dos determinantes do voto do eleitor brasileiro passa, necessariamente, pela avaliação de preditores de longo prazo, como a identificação ideológica. Tal identificação não seria a ideologia, pura e simples, mas sim um sentimento difuso, menos organizado na cabeça do eleitor (SINGER, 1999), que seria, conforme as pesquisas, capaz de situar-se em uma escala esquerda-direita.

Há, ainda, outras variáveis, que compõem os determinantes do voto no nível individual, que entram nos cálculos da decisão do voto presidencial no Brasil. O impacto da taxa de câmbio, de índices de risco-país e de indicadores da bolsa de valores nas intenções de voto para presidente da república foi analisado por Rennó (2006), concluindo que, no Brasil, há um padrão de voto retrospectivo, no qual as intenções de voto nos candidatos do governo são afetadas negativamente quando a economia vai mal e, conseqüentemente, são afetadas positivamente quando a economia vai bem (RENNÓ; SPANAKOS, 2006). Nesse sentido, parece que qualquer estudo sobre intenção de voto no Brasil precisa ratificar essa tese ou, pelo menos, retestá-la, dado que parece haver significância estatística no modelo.

Recentemente, dois autores brasileiros postularam a tese de que o voto econômico, derivado das ações do governo durante o período em que está no governo, não seria necessariamente fruto do conhecimento do eleitor e, portanto, não derivaria de uma avaliação de punir ou recompensar *ex post* o partido ou o candidato à reeleição em função das políticas econômicas adotadas e das condições da economia. Fatores exógenos, como a taxa de juros internacional e o preço das *commodities* (agrupados em um índice chamado de GET pelos autores), seriam variáveis importantes para definir, na América Latina, as probabilidades de reeleição dos candidatos. Os autores demonstram, com resultados estatisticamente significantes, que quando os preços internacionais das *commodities* estão altos e as taxas de juros internacionais baixas, há uma maior probabilidade de os candidatos se reelegerem. Os

dados são avaliados por uma série temporal que inicia desde a década de 1980 (CAMPELLO; ZUCCO, 2013).

Podem-se rememorar também os estudos que tratam de fatores morais, de cunho religioso. Os 26 milhões de evangélicos no Brasil parecem ter comportamento eleitoral mais conservador, influenciando as decisões de voto (BOHN, 2004; PEIXOTO; RENNÓ, 2011) e gerando até mesmo lealdades políticas automáticas. Bohn (2004) deixa claro, entretanto, que a postura evangélica em relação a temas como o aborto e o homossexualismo não implicam, automaticamente, em posições conservadoras na economia, por exemplo. É um grupo, entretanto, como tendências a voto conservador, como já visto acima.

Para esse estudo, que está preocupado com a formação das preferências do eleitor nas eleições presidenciais brasileiras, sobretudo no que diz respeito ao seu posicionamento frente a um fenômeno específico, pode-se afirmar que a corrupção não é computada comumente como um dos determinantes do voto no Brasil. Em verdade, são poucos os estudos que, de alguma forma, consideram a corrupção como um fator preponderante. No Brasil, Rennó (2007) foi o único autor a tratar do assunto, sob a perspectiva do modelo (heurística) retrospectivo. A preocupação do autor era responder como as percepções sobre corrupção afetam a intenção de voto, em contraste com outros aspectos de desempenho do governo, como a condução da economia, por exemplo. Para o autor, a avaliação retrospectiva do governo inclui, dentre outros aspectos, informações sobre escândalos de corrupção e, com certeza, também sobre economia e lealdades políticas e ideológicas. O autor chega à conclusão de que ideologia e lealdades partidárias servem como escudo (*shield*) contra as acusações de corrupção (POWER; TAYLOR, 2011).

Nesse estudo específico, postulou, com base em dados do ESEB, outras hipóteses relacionadas ao espectro ideológico dos partidos em disputa, o que poderia influenciar na punição ou não dos candidatos sobre os quais pesam denúncias de corrupção, e também o peso da identificação partidária do eleitor. As principais variáveis eram desempenho da economia, avaliação do governo, identificação partidária ou rejeição ao Partido dos Trabalhadores (PT) e informação política.

Na Espanha, por exemplo, realizou-se estudo baseado em cobertura de mídia, no qual se pontuaram os efeitos eleitorais da corrupção nos municípios. O resultado para as eleições de 2003 e 2007 sugerem que a média de perda de votos depois de um escândalo de corrupção é em torno de 4% e que este efeito é maior nos casos que receberam maior atenção da mídia

(COSTAS-PÉREZ; SOLÉ-OLLÉ; SORRIBAS-NAVARRO, 2012). É importante frisar que os autores analisaram dados relacionados a partidos, e não para candidatos, vinculando resultados atingidos nas urnas com o banco de dados com repositórios de notícias sobre escândalos de corrupção. Essa outra abordagem diferencia-se da abordagem de Rennó (2007), uma vez que, metodologicamente, utilizou casos expostos na mídia como fator determinante para punição eleitoral.

O estudo, entretanto, traz à tona uma importante variável para o estudo dos efeitos da corrupção no resultado eleitoral, a informação política. No estudo de Rennó (2007), a informação política é computada como variável controle. A retribuição eleitoral por comportamento corrupto depende da disseminação de informações relevantes nos meios de comunicação em massa (CHANG; GOLDEN; HILL, 2010). O ambiente informacional é, portanto, um fator crítico. Chang et. al (2010) realizaram uma pesquisa na Câmara dos Deputados italiana, com deputados investigados pelo judiciário por suspeita de corrupção, entre os anos de 1948 e 1994. Segundo o resultado dos autores, apenas na 11ª legislatura, que ocorreu entre 1992 e 1994, as acusações de corrupção se relacionaram negativamente com a probabilidade de reeleição, e isso ocorreu em virtude da maior quantidade de informação disponibilizada pela mídia, sendo o número de reportagens na imprensa um indicador importante para os autores. Depois da Segunda Guerra Mundial, ao contrário, 51% dos deputados com acusações sobre corrupção eram, em média, reeleitos, comparados com 58% daqueles sobre os quais não recaíam acusações formais.

Um caso na literatura nacional chama ainda atenção, trata-se do estudo de Rennó e Hoepers (2010), no qual avaliam o voto estratégico punitivo nas eleições presidenciais de 2006. No segundo turno das eleições presidenciais, o candidato Lula (PT) obteve mais de 60% dos votos válidos, enquanto seu principal concorrente, Geraldo Alckmin (PSDB), atingiu apenas 39%, porcentagem inferior ao que havia conseguido no primeiro turno. Esse fato chamou a atenção de analistas, redundando em análise de que o comportamento do eleitor brasileiro, naquela ocasião, não poderia ser explicado simplesmente como um voto sincero, e, tampouco, como apenas um voto sofisticado. Tratava-se de um voto estratégico punitivo, no qual o eleitor, diante dos escândalos de corrupção que assolaram o primeiro mandato de governo do então presidente Lula, punia o partido e seu candidato, fazendo que a eleição se encaminhasse para o segundo turno (RENNÓ; HOEPERS, [s.d.]).

O eleitor, assim, utilizou-se do sistema de *ballotage* para punir, no primeiro turno, o candidato mais próximo de suas preferências. Existe, nesse argumento, a ideia de que o

eleitor é capaz de ordenar suas preferências e calcular a probabilidade de vitória de seu candidato. O eleitor é, assim, um ator capaz de estrategicamente punir comportamentos corruptos. A transferência de votos de candidatos à esquerda do espectro ideológico, sobretudo da candidata Heloísa Helena (PSOL) e Cristovam Buarque (PDT), para o candidato Lula (PT) no segundo turno parece confirmar a hipótese de que o eleitor transfere votos para candidatos do mesmo espectro ideológico de sua principal preferência, ainda que sobre ele e sobre seu partido recaiam suspeitas de comportamento corrupto (RENNÓ, 2007).

Em todos os casos apontados acima, observa-se o foco no indivíduo e na tentativa de acoplá-lo, em certo sentido, a algumas características ou processos que o auxiliam na decisão do voto. O comportamento do eleitor, nesse sentido, pode ser forjado por uma miríade de determinantes, cada qual com seu peso específico, indo da avaliação retrospectiva da economia até a sua preferência partidária. Adicionam-se a seguir, duas concepções importantes que, para além dos fatores mencionados acima, podem, como ajuda analítica, auxiliar na compreensão do comportamento do eleitor: a escolha racional e a irracionalidade do eleitor.

### **2.3.2.1 A (IR)RACIONALIDADE DO ELEITOR**

Os pressupostos teóricos que explicam economicamente o comportamento do eleitor foram apresentados, originalmente, por Anthony Downs (1957). Nesse estudo, o autor fundou o que muitos afirmam ser a “teoria da escolha racional” aplicada ao comportamento eleitoral. O eleitor é, analogamente, tratado como consumidor, tentando maximizar a utilidade de seu voto. Os partidos políticos e os políticos, por sua vez, são considerados empresas, que buscam maximizar seus ganhos eleitorais por meio de suas propostas políticas.

As premissas desse modelo são pelo menos três: (i) as decisões dos eleitores e dos políticos são racionais, visando ao interesse próprio; (ii) a democracia tem certa estabilidade, pois os seus agentes são confiáveis e responsáveis, o que possibilita a enunciação de previsões derivadas das opções políticas que se apresentam; (iii) a democracia pressupõe, apesar do anunciado anteriormente, um nível de incerteza que permita a diferença entre as opções políticas. Para esta corrente, a racionalidade nas eleições servirá para escolher um governo. O comportamento racional, portanto, será aquele orientado para este objetivo, e tão somente este.

Os partidos e os políticos, agindo racionalmente, maximizam o fato de chegarem ao poder, por prestígio ou pelo poder em si. A maximização pelos políticos, entretanto, é

antecedida pela tentativa de maximização do eleitor, que avaliará as opções existentes, ordenando-as de acordo com suas preferências e ponderando conforme os potenciais benefícios e perdas derivadas das escolhas. Essa orientação teórica ensejou a criação do termo “voto útil”, firmado na crença (ir)racional de que a ação do voto tem eficácia. Assim, os cidadãos tendem a votar na medida em que, para formar o governo, entendem que seu voto será benéfico para os seus interesses.

Sabe-se, entretanto, as limitações dos modelos assentados na escolha racional. O processo decisório do eleitor pode se basear em, pelo menos, duas lógicas distintas: a lógica das consequências e a lógica da adequação (MARCH, 2009). A lógica das consequências se refere ao processo de decisão que estabelece a racionalidade dos atores, os quais manejam cálculos de custo e benefícios futuros ao tomarem suas decisões. O caráter consequencialista é, portanto, a caracterização desta lógica. Na lógica da adequação, entretanto, os indivíduos possuem uma racionalidade limitada (JONES, 2003), não conseguindo estabelecer cálculos certos, dado que possuem uma limitação cognitiva. Nesse sentido, tomam decisões com base em regras e identidades, possuindo, assim, uma capacidade de aprender com o passado e de formar identidades úteis (MARCH, 2009, p. 53).

Aprender com o passado e formar identidades úteis são processos que condicionam as decisões do voto. Para March, as identidades são, ao mesmo tempo, construídas pelos indivíduos e impostas a eles (MARCH, 2009, p. 53), e, nesse sentido, são uma interação entre ambiente, indivíduos e instituições. A caracterização desse processo se dá na inter-relação entre esses três elementos. March (2009) produziu um libelo sobre as limitações da abordagem da escolha racional, que, embora focada em teoria das organizações e em processo decisório, nos ajuda a combater a ideia de que o eleitor, tão somente com base em uma lógica consequencialista, formaria suas preferências. Além disso, essa visão pode ter o efeito de despolitizar o arcabouço institucional da democracia, vez que opera tão somente como prática instrumental e estratégica do eleitor.

Muitos têm apontado, por outro lado, um suposto paradoxo da democracia, decorrente da ideia de que, em tese, a democracia seria o melhor regime para resguardar o interesse público; entretanto, o regime democrático tem, com certa frequência, abrigado e desenvolvido políticas ruins para a maioria da população. Duas possíveis explicações para este paradoxo são: (i) os representantes, eleitos democraticamente, não se importam com a sociedade; e (ii) os eleitores são completamente ignorantes politicamente (CAPLAN, 2008).

Ao contrário da tese de que os eleitores fazem escolhas racionais, essa corrente afirma a irracionalidade dos eleitores.

De maneira mais drástica, há uma linha do debate que entende que, para além da ignorância, os eleitores são irracionais e, conseqüentemente, votam dessa maneira. A irracionalidade, entretanto, seria seletiva. Os eleitores "desligariam" os sensores da racionalidade quando os assuntos não lhes interessassem. Utilizando de uma abordagem profundamente economicista, Caplan (2008) argumenta que as dúvidas sobre a racionalidade dos eleitores são empiricamente justificáveis, e que a irracionalidade do eleitor é a chave para se explicar realisticamente a democracia.

O problema, portanto, da democracia é que esta é falha exatamente porque funciona baseada na irracionalidade dos eleitores, e isso produz conseqüências para todos, e não apenas para o indivíduo irracional. Uma vez que um único voto não fará diferença, o eleitor comporta-se como se fosse racionalmente ignorante (GELMAN; SILVER; EDLIN, 2009). A importância das crenças para essa perspectiva é muito forte. Para Caplan (2008), os eleitores têm crenças sobre a maneira como o mundo funciona (sejam eles corretas ou incorretas), e eles tenderão a votar nos políticos que compartilham dessas crenças.

A visão da irracionalidade para essa perspectiva reside em que os eleitores possuem um viés que influencia suas crenças e, conseqüentemente, suas preferências. A democracia, portanto, não é vista como se funcionasse bem, e tampouco é vista como se estivesse sequestrada por interesses privados, mas é vista como ruim pela concretização das escolhas irracionais dos eleitores. As preferências irracionais derivam do viés equivocado de suas crenças, que produzem democracias com políticas ruins. No presente estudo, teríamos a possibilidade de testar com base nessa teoria o fato de que o eleitor, viesado, votaria em algum político tão somente porque há a crença de que este "rouba, mas faz".

## **2.4 INFORMAÇÃO POLÍTICA**

Para Carpini e Keeter (1997), o conhecimento político é a gama de informações factuais armazenadas pelo indivíduo no longo prazo. A ênfase do conceito de conhecimento político reside na informação, diferenciando este tipo de conhecimento dos valores, das atitudes, das crenças e da participação políticas. Daremos ênfase, nesse estudo, a esse componente do conhecimento. A informação política é instrumento importante para a consolidação de um regime democrático (CARPINI; KEETER, 1997; RENNÓ, 2007; TURGEON; RENNÓ, 2010).

Os cidadãos, em geral, são dependentes de outros indivíduos ou mecanismos, como a mídia, para obter as informações de que necessitam para compreender e opinar acerca do mundo que os cerca. Tais informações advêm, não raro, do que alguns intitulam elites políticas (ZALLER, 1992, p. 6), que são formadas por indivíduos que doam seu tempo integralmente para os assuntos públicos. Pode-se axiomáticamente estabelecer que a democracia funciona melhor quando seus cidadãos são politicamente informados (CARPINI; KEETER, 1997, p. 1). Inferências, seguindo essa assertiva, são claramente possíveis, tal como a possibilidade de que uma distribuição mais equitativa da informação fará com que o governo reflita o interesse público, tornando-se responsivo (PRZEWORSKI; STOKES; MANIN, 1999). O conhecimento é, por assim dizer, um recurso político, disponível escassamente entre os cidadãos. O maior ou menor uso desse recurso pode influenciar a responsividade do governo, o resultado das políticas públicas e o resultado das eleições.

Há uma longa e duradoura controvérsia se a falta de informação política é importante para o comportamento eleitoral, especificamente, e para a democracia, em geral. Os eleitores tomam, por exemplo, atitudes razoáveis, ainda que lhes falte informação? A informação política modifica o impacto de outros determinantes do voto? Caso os eleitores fossem mais informados tomariam decisões diferentes?

A informação política, conforme estudo já clássico no debate, é um importante recurso político, intermediando outras formas de poder, como o econômico e o social (CARPINI; KEETER, 1997). Nesse trabalho, o autor analisa os Estados Unidos e testa pelo menos três hipóteses: (i) o conhecimento factual da política é um componente crítico da cidadania; (ii) o que, quanto, e como o conhecimento é distribuído entre os diferentes grupos e classes de indivíduos é produto tanto das características individuais quanto das forças sistêmicas; (iii) as oportunidades distintas de participação política, os constantes vieses nas habilidades e motivações para aprender acerca da política combinam-se para produzir um sistema político estratificado, que concede níveis diferenciados de acesso ao poder político. Para Carpini e Keeter (1997), a cidadania é mais bem exercida na presença de informação política, que pode levar a decisões públicas que, de fato, levem em conta o interesse público. De forma bastante interessante, o autor expõe que a informação política é para a democracia o que o dinheiro é para a economia (*ibidem*, p.8), apresentando-se como a moeda da cidadania.

Grande parte da literatura, seguindo o trabalho acima, enfatiza a falta de informação política e a maneira como isso condiciona as atitudes dos eleitores, o que pode ser



evidenciado pelo argumento de que um eleitorado mais bem informado, pensa e vota de maneira diferente de um eleitorado menos informado (TURGEON; RENNÓ, 2010). Essa perspectiva, entretanto, não é consensual, já que há autores que acreditam que os eleitores comportam-se da mesma maneira, na presença de pouca ou de muita informação, utilizando-se, na maioria das vezes de atalhos cognitivos, como já explicado, para formar suas preferências. Outros autores acreditam, ainda, que a falta de informação individual não afeta o nível agregado de informação na sociedade (TURGEON; RENNÓ, 2010). Analisemos, portanto, algumas dessas opções teóricas.

A mais antiga tradição nesse campo trata a ignorância política do eleitor, seguindo uma tradição *downsiana*. A agregação estatística das opiniões individuais superaria as deficiências informacionais dos indivíduos. A ignorância do eleitor mediano geraria, no cômputo geral, opiniões coletivas significativas (ALTHAUS, 1998). Goren (2011) afirma, por outro lado, que as decisões podem ser consideradas, ainda na ausência de muita informação, uma vez que "valores centrais" (*core values*) - como conservadorismo moral, militarismo e liberalismo econômico - são aplicados pelos eleitores nos debates e nas discussões sobre política, influenciando a decisão do voto. Apesar do nível de informação política, avalia o autor, esses valores têm impacto forte sobre a decisão do voto.

De acordo com a linha que entende que os valores centrais são importantes decisores na formação das preferências, adicionou-se a ideia de que as pessoas tendem a aceitar acriticamente as informações que apoiam as suas preferências e valores pré-existent, enquanto vêm com descrédito evidências que contradizem essas mesmas preferências (TABER; LODGE, 2006). Em geral, as pessoas com mais informação manifestam tal viés com mais frequência.

De outra sorte, as pessoas não sabem, em geral, fatos básicos sobre os políticos, sobre os partidos ou sobre as instituições políticas (ALTHAUS, 1998; CARPINI; KEETER, 1997; ZALLER, 1992), o que gera consequências graves. Como reação a este fato, desenvolveu-se outra tese: os eleitores, agindo racionalmente, utilizam atalhos cognitivos. Na ausência de informações, os eleitores ainda são capazes de tomar boas decisões, utilizando-se, para tanto, de atalhos cognitivos (*shortcuts*). As decisões coletivas, conseqüentemente, poderiam, quando agregadas, ser boas (LUPIA, 1994). Alguns autores chegam a afirmar que eleitores mais bem informados tem a tendência de votar corretamente (LAU; REDLAWSK, 2006). Os autores que seguem esta linha parecem redimir o eleitor, ao mesmo tempo em que reafirmam a importância de se ter informação política.

Alguns autores, nessa linha, apontam que os eleitores menos informados tem uma previsibilidade menor, em relação aos mais bem informados (BARTELS, [s.d.]; ZALLER, 2004)(BARTELS, 2008; ZALLER, 2004). Os mais informados possuem preditores mais confiáveis, como opções ideológicas e partidárias mais firmes, em detrimento dos menos informados. Efeito bastante importante das diferenças informacionais reside no fato de que os eleitores podem, eventualmente, não escolher de acordo com seus interesses (ALTHAUS, 1998; BARTELS, 1996; CARPINI; KEETER, 1997), gerando conseqüentemente, um problema para a qualidade da representação política. Ao contrário, eleitores com mais informações fazem uso do conhecimento político geral para avaliar informações sobre políticas específicas (BARTELS, [s.d.]; GILENS, 2001).

Nos casos avaliados acima, constata-se que a falta de informação política é fator decisivo para a escolha do eleitor, possuindo reflexos tanto na qualidade da representação política, como nas escolhas das políticas públicas. Bartels (2008), por exemplo, enfatiza, ao avaliar o impacto das decisões do governo Bush quanto ao corte de impostos, que, caso os eleitores fossem mais bem informados, o apoio à proposta do governo seria bem menor (BARTELS, [s.d.], p. 174). Nesse sentido, os eleitores foram capazes de apoiar ações do governo que, em última instância, promoveriam mais desigualdade.

A conclusão possível, a partir do estudo de Bartels (2008), é a de que cidadãos menos informados contribuem para uma sociedade menos igualitária, que refletirá as preferências dos mais bem informados. Ao contrário, quanto melhor distribuída a informação na sociedade, melhor refletido o interesse público estará nas ações do governo (CARPINI; KEETER, 1997). Não cabe, entretanto, a esse estudo recorrer a avaliação de possíveis formas de se reduzir as assimetrias informacionais na população. Pretende-se, tão somente, avaliar o resultado da falta de informação sobre as decisões de voto.

Rememorando os estudos produzidos no Brasil, e que utilizam a perspectiva da assimetria informacional, Rennó e Turgeon (2010), por meio de um experimento de pesquisa de opinião pública em 2004, com mais de 350 pessoas na amostra, concluíram que as preferências individuais dos eleitores são afetadas quando se adicionam informações. No caso do experimento, eleitores mais bem informados preferiam que o governo realizasse menos gastos e cortasse impostos. A contribuição desse estudo está na verificação empírica de que informações adicionais ao eleitor são capazes de afetar substancialmente as avaliações e as considerações dos mesmos, contribuindo para a atitude desses eleitores diante de candidatos, por exemplo, sobre os quais recaem suspeitas e escândalos de corrupção. A variável

“informação política”, portanto, pode atuar como variável que interage com a variável “escândalos de corrupção”, gerando resultados diferentes se tomadas apenas como variáveis independentes comuns.

Parece claro, com base nesses estudos, a importância da informação política como variável importante com efeitos nos resultados eleitorais, podendo, inclusive, mediar o impacto dos escândalos de corrupção. A democracia, afinal, funciona melhor quando seus cidadãos são politicamente informados (CARPINI; KEETER, 1997). A importância da informação política é de que os governos tornam-se mais responsivos e responsáveis quando os cidadãos são mais informados politicamente. Há estudos, por exemplo, sobre a desigualdade de informação política, dado as diferenças de raça, gênero e renda, mostrando a distribuição desigual sistemática dos recursos informacionais nas eleições presidenciais (RENNÓ, 2007). A questão da informação pode ainda afetar as escolhas eleitorais no que diz respeito a preferências partidárias e ideológicas (CARREIRÃO, 2007).

A informação é carregada de estereótipos, razão pela qual nunca é pura. Para este trabalho, o que importa é o nível de informação, e não a origem ou a pureza com que atingiu o eleitor. Parte-se de um pragmatismo, no sentido de que se considera o efeito que a informação, estereotipada ou não, produziu no eleitor. Parte da literatura aponta que os estereótipos produzem oscilações na opinião pública, vez que são formatados pelas elites e circulados intensamente (ZALLER, 1992, p. 14).

Diante desses estudos, resta claro que a compreensão dos determinantes do voto nas eleições presidenciais de 2002, 2006 e 2010 não prescindirá da análise de variáveis já consagradas na literatura, como a identificação partidária, o posicionamento ideológico do eleitor, o desempenho da economia, e a quantidade de informação política. A percepção dos escândalos de corrupção se soma, nesse sentido, a um rol já extenso de determinantes do voto, devendo compor com estes determinantes, aprimorando os modelos de explicação do voto nessas eleições. A avaliação é de que fatores institucionais (sistema majoritário em dois turnos, por exemplo) também contam para o efeito da corrupção sobre o eleitor, porém não serão avaliados nesse estudo.

O que nenhum desses estudos promove é a análise do efeito interativo entre essas variáveis, mediado pela informação política, no que esta pesquisa poderá avançar. A literatura analisada traz um apanhado de explicações sobre os preditores do voto. Os eleitores brasileiros situam-se, sem dúvida, em grande parte das explicações mais gerais sobre o

comportamento do eleitor. A identificação ideológica, a aproximação com determinado partido, além de percepções retrospectivas sobre o cenário econômico, certamente podem ser testadas novamente, o que esse estudo fará. As perguntas iniciais, entretanto, continuam a instigar. Qual o efeito da corrupção nas intenções de voto? Os eleitores brasileiros não se importam com a corrupção, já que Lula e Dilma foram eleitos? É possível especular que a ideologia do eleitor condiciona o impacto da corrupção no voto? O uso da informação política teria o condão de influenciar interativamente outras variáveis explicativas do voto?

## Capítulo 3: METODOLOGIA

### 3.1 HIPÓTESES

Nesta seção serão apresentadas as hipóteses ( $H_n$ ) constituintes desse trabalho, seguidas de uma breve exposição das razões porque as consideramos razoáveis para teste. Após a apresentação das hipóteses, será informado o modelo para analisá-las empiricamente.

**H1:** *A percepção sobre a corrupção, como determinante do voto, tem efeito residual na escolha do eleitor (voto) nas eleições presidenciais de 2002, embora ganhe peso maior nas eleições de 2006 e de 2010.*

A corrupção não foi tema marcante das eleições de 2002, momento em que o retorno de outros problemas internos, como inflação, desemprego e segurança energética ganharam maior peso relativo nos debates. Em 2006 e 2010, entretanto, os escândalos de corrupção voltam a ganhar relevo como definidor de voto, em virtude dos sucessivos casos evidenciados pela imprensa. Uma hipótese subjacente é de que *o quadro institucional brasileiro, marcado pela profusão de partidos em um sistema majoritário em dois turnos, faz que os escândalos de corrupção gerem instabilidade eleitoral, levando a disputas de segundo turno (runoff).*

**H2:** *Quanto maior a identificação ideológica do eleitor com o candidato acusado, maior a probabilidade de que o eleitor mantenha seu voto, ou o conceda a outro candidato mais próximo do seu espectro ideológico.*

Dado o multipartidarismo, o eleitor sofrerá ambivalência, por um lado reprovando o comportamento corrupto do candidato ou do partido, e por outro pretendendo manter suas posições ideológicas.

**H3:** *O desempenho da economia impacta as decisões de voto nos candidatos do governo, em situações de campanha eleitoral com escândalos de corrupção.*

Em caso de o desempenho da economia ser satisfatório diante do eleitor, o candidato ou partido a reeleição (*incumbent*) será positivamente influenciado.

**H4:** *Quanto melhor a avaliação do governo no momento das eleições, ainda que sob escândalos de corrupção, maiores as chances de o resultado eleitoral ser favorável ao governo.*

**H5:** *Quanto maior o nível de informação política, menor a probabilidade de que o eleitor vote no candidato acusado.*

Esta hipótese deriva do fato de que a corrupção só será um fator que gerará punição do eleitor caso o eleitor tenha informação política ampla. Ou seja, as hipóteses acima apontam para fatores moderadores do efeito da corrupção no voto, como ideologia, identificação partidária, avaliação retrospectiva da economia e avaliação do governo. Esses efeitos mitigadores serão mais sentidos no segundo turno do que no primeiro das eleições, onde ainda há espaço para um voto estratégico punitivo (Rennó e Hoepers, 2010). Já a informação política acentuará, *a priori*, o efeito da corrupção, algo que ainda não explorado pela literatura.

Os dados de que se serve esse trabalho foram coletados pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP), da Universidade de Campinas (Unicamp), por meio do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB). As pesquisas de opinião concedem um bom retrato das dimensões sociais analisadas em momentos anteriores ou posteriores das eleições. Os dados possuem uma representatividade nacional. Em 2002, mais de 2.500 entrevistas. Em 2006, foram realizadas 1.000 entrevistas, e, em 2010, mais de 1.700.

Como nos informa a literatura, as limitações dos índices internacionais na tentativa de caracterizar o fenômeno da corrupção e avaliar seu impacto podem ser suplantadas pelos estudos empíricos baseados em *surveys*, pois esse instrumento permite identificar a percepção e a experiência dos cidadãos em relação ao fenômeno (Seligson apud MENEGUELLO, 2011). O nível de informação política e a importância que os eleitores atribuem a este fenômeno são importantes para o êxito dos resultados.

### **3.2 MODELO DE ANÁLISE**

O estudo sobre comportamento eleitoral no Brasil utiliza-se largamente de *surveys*, fazendo análises do plano individual para entender o impacto de variáveis sócio-econômicas e atitudinais em escolhas eleitorais (Y. Carreirão, 2004; Y. S. Carreirão, 2007; Nicolau, 2007; Peixoto & Rennó, 2011; L. R. Rennó, 2007). Essa pesquisa, da mesma forma, utilizará dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), realizado pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) da Unicamp. Em 2002, a pesquisa contou com uma amostra de 2.513 observações, coletadas entre os dias 31 de outubro e 28 de dezembro de 2002. Em 2006, o estudo pós-eleitoral contou com uma amostra de 1.000 entrevistados. Em 2010, o *survey* contou com

uma amostra de 1.779 entrevistados. De cada *survey*, foram selecionadas perguntas que ajudam a operacionalizar as hipóteses elencadas acima.

A análise dos dados será feita com base na proposição de uma análise de regressão multivariada, que ajude a explicar a variável nominal dependente “resultado eleitoral”. Variáveis socioeconômicas serão utilizadas como controle, tais como: idade, gênero, etnicidade e escolaridade. As variáveis independentes atitudinais, como a avaliação do governo, o desempenho da economia, a identificação partidária e ideológica, e a percepção da corrupção, serão parte do modelo. O estudo avançará na compreensão do fenômeno uma vez que verificará o efeito de interação entre as variáveis independentes, o que pode ter um efeito multiplicativo na variável dependente. As necessidades de codificação (*dummy*) das variáveis são avaliadas caso a caso.

---

#### Variáveis Independentes

---

Avaliação do Governo ( $\times_1$ )  
 Desempenho da economia ( $\times_2$ )  
 Identificação partidária ( $\times_3$ )  
 Identificação ideológica ( $\times_4$ )  
 Percepção da corrupção como problema nacional ( $\times_5$ )  
 Nível de informação política ( $\times_6$ )  
 Idade ( $\times_7$ )  
 Gênero ( $\times_8$ )  
 Raça ( $\times_9$ )  
 Escolaridade ( $\times_{10}$ )

---

O modelo clássico das regressões lineares é exemplificado da seguinte maneira:  $\gamma = \beta_0 + \beta_1 X + \varepsilon$ , onde:  $\gamma$  é a variável dependente,  $\beta_0$  e  $\beta_1$  são os parâmetros (intercepto e coeficiente angular) desconhecidos,  $X$  é a variável independente e  $\varepsilon$  é o distúrbio ou erro, e se refere a outras prováveis causas ou variáveis não modeladas, ocasionando o efeito estocástico. Essa função pode, obviamente, se tornar mais complexa com a proposição de novas variáveis independentes ( $X_n$ ). Para testar o efeito interativo, as variáveis independentes encontrar-se-ão da seguinte maneira no modelo:

$$\gamma = \beta_0 + \beta_1 X + \beta_2 Z + \beta_3 X * Z + \varepsilon$$

O modelo interativo surge quando o efeito de  $X$  na variável dependente  $\gamma$  depender do valor de  $Z$ . Nesse sentido, a variável independente “percepção da corrupção como problema nacional” terá efeito na variável dependente “resultado eleitoral/intenção de voto”

dependendo do valor de algumas variáveis independentes, como identificação partidária, identificação ideológica, nível de informação política e escolaridade. Essas variáveis passam a ser variáveis moderadoras (JACCARD; TURRISI, 2003). A percepção da corrupção como problema nacional passa a ser a variável independente focal, pois o efeito na variável dependente dependerá da ação das variáveis moderadoras na variável focal.

Nesse sentido, o estudo avançará na interpretação não apenas de um modelo linear clássico, mas também poderá sugerir novos resultados para o impacto da percepção da corrupção sobre o resultado eleitoral, mediado por outras variáveis do modelo. Esses resultados poderão facilitar a construção de uma tipologia de eleitores brasileiros baseada nas visões sobre a corrupção.

### 3.3 TRATAMENTO DOS DADOS

Foram escolhidas e analisadas as variáveis, segundo questionário ESEB, que contribuiriam para a verificação das hipóteses apontadas no estudo. As variáveis utilizadas tanto nas análises descritivas quanto na modelagem foram:

**Voto no primeiro turno** → Variável qualitativa nominal cujas categorias são os próprios candidatos. Foram excluídos os candidatos com menor expressão; e os votos brancos e nulos foram agregados numa nova categoria: Não voto. Essa é a variável dependente do estudo.

**Voto no segundo turno** → Variável qualitativa nominal cujas categorias são os candidatos. Essa variável teve um tratamento semelhante à variável voto no primeiro turno. Essa também é a variável dependente do estudo.

**Percepções sobre corrupção como principal problema nacional** → Codificada através das perguntas abertas: “Qual o maior problema do Brasil hoje?” e “Qual o segundo maior problema?”. Os entrevistados que citaram a corrupção (e categorias afins) como sendo o maior problema do Brasil receberam o valor 2 (dois). Já os que a indicaram como segundo maior problema receberam o valor 1 (um). Os demais receberam o valor 0 (zero). Trata-se de uma variável qualitativa ordinal.

**Percepções sobre a economia** → Codificada através das perguntas abertas: “Qual o maior problema do Brasil hoje?” e “Qual o segundo maior problema?”. Os entrevistados que citaram a economia (e categorias afins) como sendo o maior problema do Brasil receberam o valor 2 (dois). Já os que a indicaram como segundo maior problema receberam o valor 1 (um). Os demais receberam o valor 0 (zero). Trata-se de uma variável qualitativa ordinal.



**Avaliação do desempenho do governo anterior** → Variável qualitativa nominal com as categorias: “Bom”, para os entrevistados que avaliaram o governo anterior como “de regular pra bom”, “bom” e “ótimo” e “Ruim”, para os que avaliaram como “péssimo”, “ruim” e “de regular pra ruim”.

**Identificação partidária com o PT** → Variável escalar que mensura quanto o entrevistado gosta do partido em questão.

**Identificação partidária com o PSDB** → Variável escalar que mensura quanto o entrevistado gosta do partido em questão.

**Rejeição ao PT** → Variável qualitativa nominal com duas categorias: “Votaria” e “Não votaria” no partido em questão.

**Rejeição ao PSDB** → Variável qualitativa nominal com duas categorias: “Votaria” e “Não votaria” no partido em questão.

**Preferência ideológica** → Variável inicialmente escalar que mensura o quão de esquerda ou direita o entrevistado se autocalifica. O tratamento dessa variável tornou-se complicado, já que, no ESEB 2006, 41% dos entrevistados não souberam se posicionar na escala direita-esquerda. Ao harmonizar a base de dados para todos os anos (ESEB 2002, 2006 e 2010), notou-se que a média dos posicionamentos é um pouco superior a 5, e que o desvio padrão é superior a 3. Mais de um terço da amostra se concentrou entre os valores 0 a 5. Dessa forma, tratou-se essa variável como uma série de *dummies*, recodificando-a de forma que aos eleitores de esquerda (0 a 5) imputou-se o valor 0, para os de direita imputou-se o valor 1 e, para os que não souberam se posicionar, atribuiu-se o valor 2. Essa operacionalização pode gerar erro de mensuração, resultado eventualmente em um falso negativo (Erro Tipo II). A dificuldade em operacionalizar essa variável, entretanto, não pode fazer com que excluamos variável que se configurou como importante para explicar os determinantes do voto no Brasil (Singer, 1999), sob pena de cometer erro de especificação do modelo. A categoria de referência utilizada para interpretação é sempre “direita”.

**Interesse por política** → Variável qualitativa ordinal com três categorias: “Não tem interesse”, “Têm um pouco de interesse” e “Têm muito interesse”, referentes à pergunta “O(A) Sr(a) se considera uma pessoa muito interessada por política, um pouco interessada, ou o(a) Sr(a) não tem interesse por política?”.

**Conhecimento político** → Variável escalar definida por quatro questões de conhecimentos políticos. Cada resposta certa soma 1 ponto para o entrevistado. Eleitores com mais conhecimento político pontuam 4, se acertarem as quatro perguntas do questionário.

**Nível Educacional** → Variável qualitativa ordinal com cinco categorias: “Sem instrução”, “Até a 4ª série”, “De 5ª a 8ª série”, “2º grau” e “Superior ou mais”.

**Sexo** → Variável qualitativa nominal com duas categorias: “Homem” e “Mulher”.

**Idade** → Variável contínua (anos de idade).

**Raça** → Variável qualitativa nominal com cinco categorias: “Preto”, “Pardo”, “Branco”, “Amarelo” e “Índio”.

### 3.3.1 MODELO LOGÍSTICO MULTINOMIAL

Os modelos logísticos são apropriados quando o objetivo é estudar a relação de algumas variáveis explicativas com uma variável que represente possíveis escolhas mutuamente exclusivas de um indivíduo. Em especial, os modelos multinomiais resolvem o problema quando há múltiplas escolhas possíveis. Nesse caso, os modelos são estimados sequencialmente de forma pareada, sempre a partir de uma categoria que servirá de referência (BUSSAB; MORETTIN, 2002; CROISSANT, 2012).

Esses modelos são do tipo lineares generalizados. Assim, ao se adotar esta estratégia de resolução de problemas deve ser assumido que uma combinação linear de variáveis explicativas estejam associadas a uma variável dependente (no caso as possíveis escolhas) a partir de uma função de ligação. No caso, assume-se que a probabilidade de escolha de um candidato específico seja uma combinação (soma) de fatores. Deve-se, portanto, estimar os coeficientes associados a cada variável e testar se os valores encontrados são estatisticamente significativos ou não.

Há dois tipos específicos de variáveis. Variáveis associadas aos indivíduos, ou às categorias de escolha. Por exemplo, idade, sexo, preferências políticas e percepções do meio são variáveis associadas aos indivíduos. Já o partido político, ser “ficha limpa”, ou experiência, são exemplos de possíveis variáveis associadas aos candidatos. Nesse estudo, há apenas variáveis do primeiro tipo. A presença de diversos tipos implica unicamente em uma maneira distinta de estimação (formulação matemática).

Os modelos de regressão podem conter, ou não, interações. Isso ocorre, quando é investigado o comportamento de duas variáveis conjuntamente (JACCARD; TURRISI, 2003). Um modelo completo com duas variáveis como sexo e escolaridade, por exemplo, avalia o impacto de ser homem ou mulher num estudo, bem como o impacto dos níveis de escolaridade, assim como a componente de interação que seria o impacto dos níveis de escolaridade por sexo dos indivíduos. Os modelos logísticos (multinomial, ou não) são

adequados quando é desejável estimar probabilidades de um evento dadas algumas características observáveis (ALTHAUS, 1998).

## Capítulo 4: ANÁLISE DOS DADOS

### 4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DAS ELEIÇÕES DE 2002

Nas eleições de 2002, a corrupção não foi um tema marcante. Dados de opinião pública, apontados pelo Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), mostram que apenas 2,3% dos entrevistados apontaram a corrupção como o maior problema do Brasil naquele momento, enquanto 2,8% a consideravam como o segundo maior problema. Mesmo assim, a grande maioria desses entrevistados optou por não votar no candidato José Serra, substituto de FHC, como é ilustrado nas Tabelas abaixo. Aproximadamente 77% dos entrevistados que apontaram a corrupção como “maior problema do Brasil” não votou em Serra no primeiro turno, e 60,8% votaram em Lula no segundo turno. A situação foi semelhante para os que citaram a corrupção como “2º maior problema”.

Tabela 7 - Frequências e Porcentagens de votos aos candidatos do 1º turno, segundo a identificação da corrupção como maior problema do Brasil.

Corrupção	Candidatos do 1º turno				
	Lula	Ciro Gomes	José Serra	Garotinho	Não voto
Maior problema	26 (51,0%)	6 (11,8%)	12 (23,5%)	7 (13,7%)	0 (0,0%)
2º Maior problema	33 (53,2%)	4 (6,5%)	15 (24,2%)	7 (11,3%)	3 (4,8%)
Não citado	993 (52,5%)	158 (8,4%)	432 (22,8%)	250 (13,2%)	59 (3,1%)

Fonte: ESEB, 2002.

No segundo turno, a identificação da corrupção como maior problema nacional favoreceu o candidato Lula em detrimento de José Serra. Note-se, entretanto, que tanto no primeiro turno quanto no segundo há uma grande maioria dos entrevistados que não citam a corrupção como problema nacional, provavelmente pela ausência de escândalos próximo às eleições.

Tabela 8 - Frequências e Porcentagens de votos aos candidatos do 2º turno, segundo a identificação da corrupção como maior problema do Brasil.

Corrupção	Candidatos do 2º turno		
	Lula	José Serra	Não voto
Maior problema	31 (60,8%)	17 (33,3%)	3 (5,9%)
2º Maior problema	46 (69,7%)	18 (27,3%)	2 (3,0%)
Não citado	1249 (66,4%)	570 (30,3%)	62 (3,3%)

Fonte: ESEB, 2002.

A distribuição dos entrevistados que citaram a corrupção (como maior problema e 2º maior problema do Brasil), segundo as quatro variáveis controle (Grau de Instrução, Sexo, Idade e Raça) estão representadas nas Figuras abaixo.

Para o Grau de Instrução, ambas as categorias tem uma concentração maior dos entrevistados com o 2º grau completo:

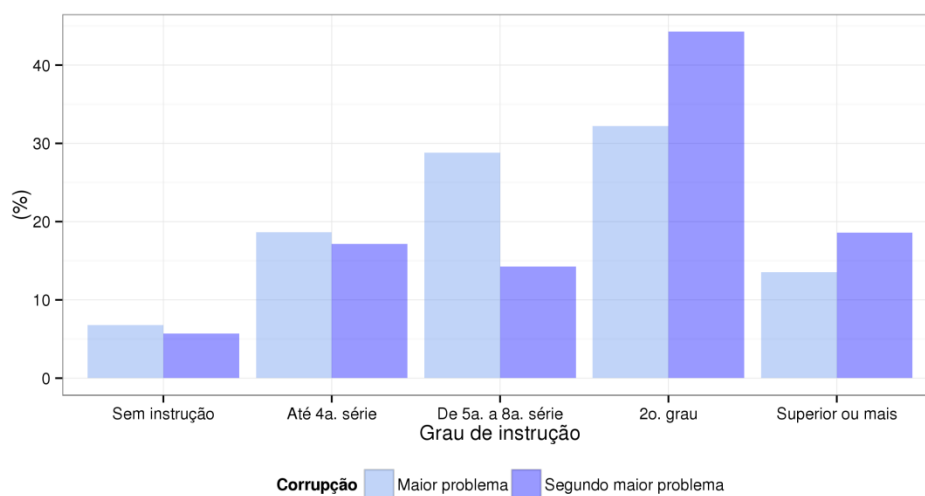


Figura 1 - Distribuição dos entrevistados que citaram a corrupção como maior problema do Brasil e como segundo maior problema, segundo o grau de instrução.

Os homens foram maioria na citação da corrupção como maior problema do Brasil e como segundo maior problema:

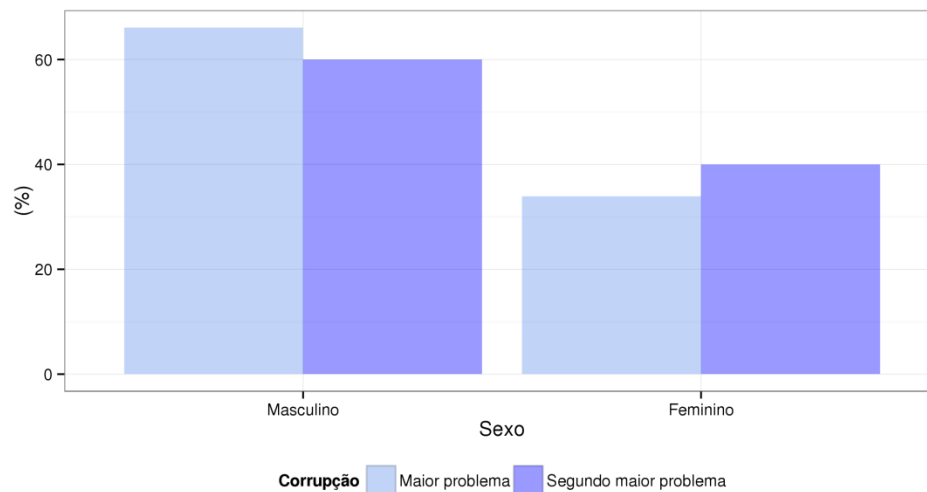


Figura 2 - Distribuição dos entrevistados que citaram a corrupção como maior problema do Brasil e como segundo maior problema, segundo o sexo.

A distribuição das duas categorias foi semelhante segundo a idade dos entrevistados. Em ambas houve uma maior concentração de pessoas com menos de 50 anos. Já quanto a raça, os brancos foram os maiores citadores da corrupção como maior e 2º maior problema:

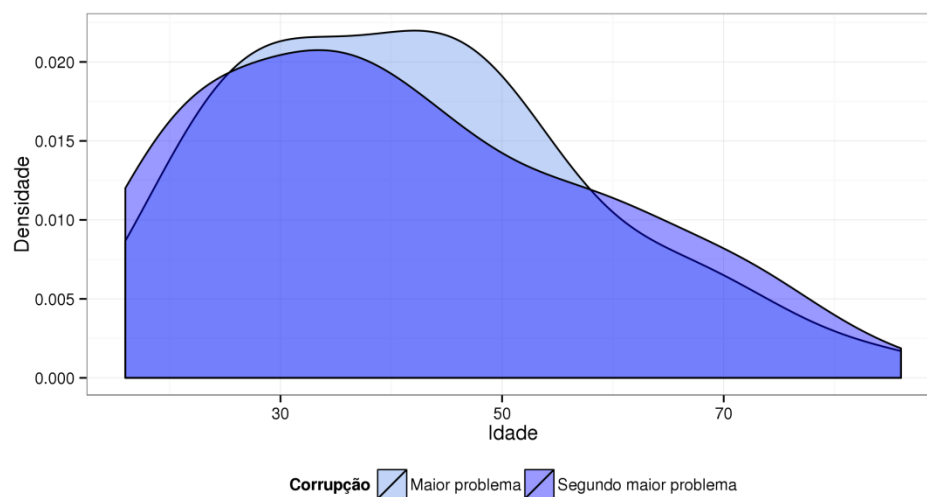


Figura 3 - Distribuição dos entrevistados que citaram a corrupção como maior problema do Brasil e como segundo maior problema, segundo a idade.

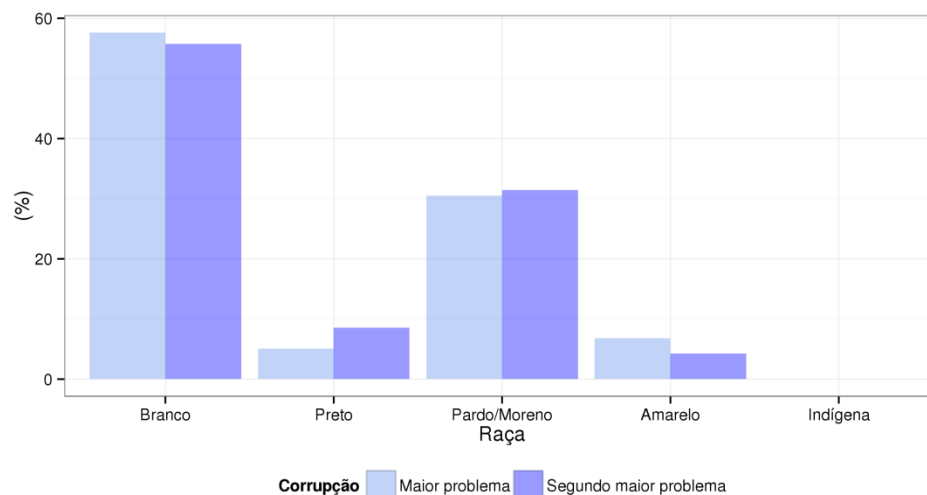


Figura 4 - Distribuição dos entrevistados que citaram a corrupção como maior problema do Brasil e como segundo maior problema, segundo a raça.

A ideologia daqueles que citaram a corrupção como maior e segundo maior problema do Brasil estão ilustradas no gráfico abaixo. Nota-se uma distribuição praticamente simétrica nas duas categorias.

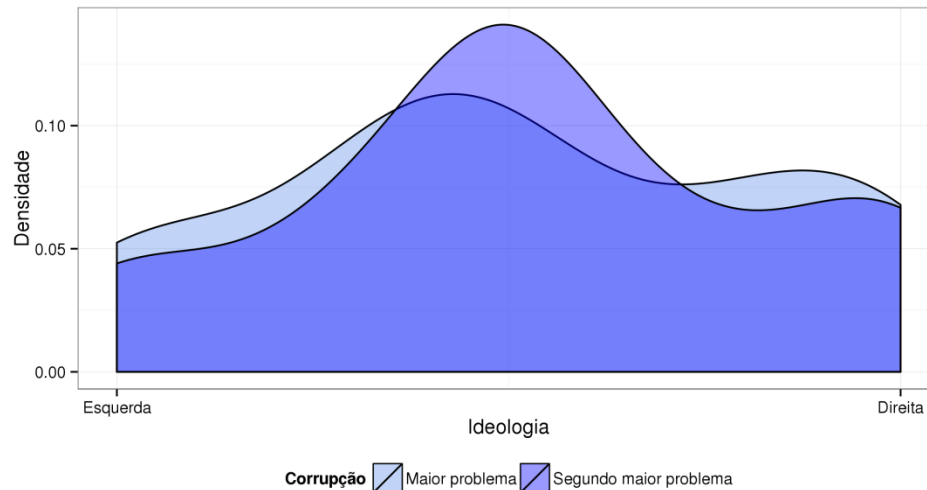


Figura 5 - Densidade da ideologia dos entrevistados que citaram a corrupção como maior e segundo maior problema do Brasil.

Ao contrário da corrupção, a economia foi bastante apontada como problema do Brasil em 2002. 53,2 % dos entrevistados a identificaram como maior problema do Brasil naquele momento, enquanto 20% apontaram como o 2º maior problema. A maioria desses entrevistados preferiu o candidato do PT, principalmente no 2º turno, como é ilustrado nas Tabelas abaixo:

Tabela 9 - Frequências e Porcentagens de votos aos candidatos do 1º turno, segundo a identificação da economia como maior problema do Brasil.

Economia	Candidatos do 1º turno				
	Lula	Ciro Gomes	José Serra	Garotinho	Não voto
Maior problema	589 (54,4%)	76 (7,0%)	238 (22,0%)	152 (14,0%)	28 (2,6%)
2º Maior problema	192 (49,4%)	39 (10,0%)	88 (22,6%)	56 (14,4%)	14 (3,6%)
Não citado	271 (50,8%)	53 (9,9%)	133 (25,0%)	56 (10,5%)	20 (3,8%)

Fonte: ESEB, 2002.

Interessante observar (Tabela 10) que 27% da amostra sequer citam a corrupção como problema nacional. Daqueles que citam, aproximadamente 67% preferiam votar no candidato do PT, Lula, contra 30% que preferiram votar no candidato do PSDB, José Serra.

Tabela 10 - Frequências e Porcentagens de votos aos candidatos do 2º turno, segundo a identificação da economia como maior problema do Brasil.

Economia	Candidatos do 2º turno		
	Lula	José Serra	Não voto
Maior problema	732 (67,7%)	317 (29,3%)	32 (3,0%)
2º Maior problema	243 (63,9%)	127 (33,4%)	10 (2,6%)
Não citado	351 (65,4%)	161 (30,0%)	25 (4,7%)

Fonte: ESEB, 2002.

A Tabela abaixo ilustra os votos dos entrevistados no primeiro turno segundo suas avaliações acerca do governo no momento das eleições. Quase 90% dos entrevistados que avaliaram o governo FHC como “ruim” não votou em José Serra. A maioria dos que avaliaram o atual governo positivamente se dividiu entre Lula e Serra, com uma ligeira vantagem para o candidato do PT.

Tabela 11 - Frequências e Porcentagens dos votos aos candidatos do 1º turno, segundo a avaliação do governo atual do Brasil.

Avaliação do Governo	Candidatos do 1º turno				
	Lula	Ciro Gomes	José Serra	Garotinho	Não voto
Ruim	615 (62,2%)	79 (8,0%)	122 (12,3%)	133 (13,5%)	39 (3,9%)
Bom	424 (42,9%)	87 (8,8%)	329 (33,3%)	125 (12,7%)	23 (2,3%)

Fonte: ESEB, 2002.

No segundo turno a situação foi semelhante:

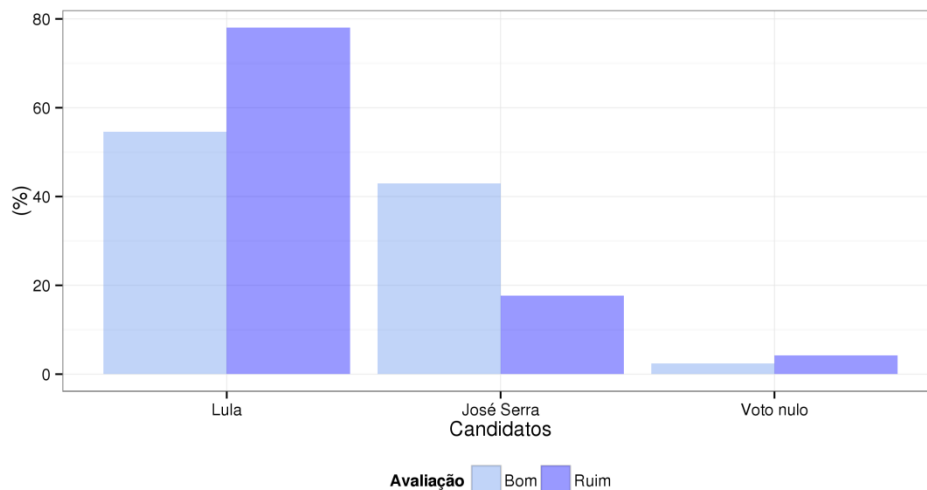


Figura 6 - Porcentagens dos votos aos candidatos do 2º turno, segundo a avaliação do governo atual do Brasil.

Os entrevistados com muito interesse em política não apontaram de forma significativa a corrupção como maior e nem 2º maior problema do Brasil, sendo as maiores frequências pertencentes aos que tem um pouco de interesse em política e aos que não têm interesse (Tabela 12).

Tabela 12 - Frequências e porcentagens da identificação da corrupção como problema nacional, segundo o interesse em política dos entrevistados.

Corrupção	Interesse em Política		
	Não tem interesse	Tem um pouco de interesse	Tem muito interesse
Maior problema	21 (35,6%)	26 (44,1%)	12 (20,3%)
2º Maior problema	27 (38,6%)	32 (45,7%)	11 (15,7%)
Não citado	1010 (42,7%)	1138 (48,2%)	215 (9,1%)

Fonte: ESEB, 2002.

Os gráficos abaixo ilustram como o candidato Lula foi predominante em todos os tipos de eleitores quanto o interesse em política, tanto no 1º quanto no 2º turno:



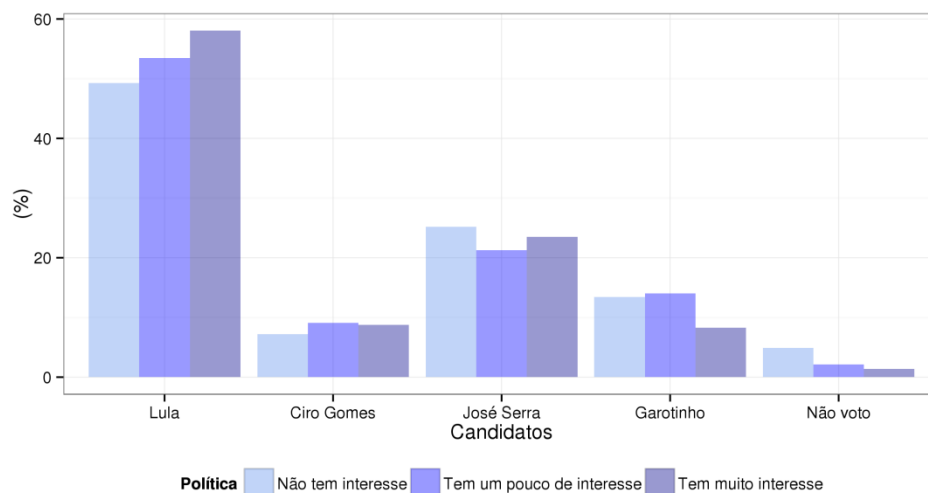


Figura 7 - Distribuição dos votos dos entrevistados no 1º turno, segundo o interesse em política.

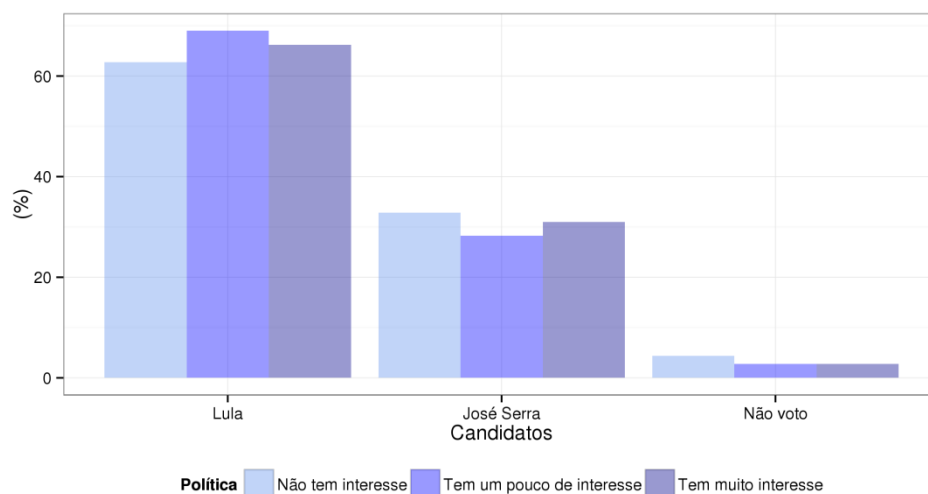


Figura 8 - Distribuição dos votos dos entrevistados no 2º turno, segundo o interesse em política.

## 4.2 ANÁLISE DESCRITIVA DAS ELEIÇÕES EM 2006

A corrupção foi um tema marcante nas eleições de 2006 devido a acontecimentos como o escândalo do mensalão, o caso dos “sanguessugas” e a compra de dossiês. Dessa forma, visa-se avaliar quão impactante foram esses escândalos de corrupção no voto dos eleitores. Para tanto, utilizou-se dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB).

Diferente das eleições de 2002, em 2006 a corrupção foi bastante citada como principal problema do país ou como segundo maior problema. As porcentagens foram de 39,4% e 5,4%, respectivamente. Apesar disso, a porcentagem de votos recebidos por Geraldo Alckmin (principal concorrente de Lula) foi de apenas 26,7% dentre os que apontaram a

corrupção como o maior problema nacional. O candidato à reeleição Lula foi votado por 63% dos entrevistados que apontaram a corrupção como maior problema do Brasil e por 60,9% dos que disseram ser o segundo maior problema.

Tabela 13 - Frequências e Porcentagens de votos aos candidatos do 1º turno em 2006, segundo identificação da corrupção como maior problema do Brasil.

Corrupção	Candidatos do 1º turno				
	Lula	Geraldo Alckmin	Heloísa Helena	Cristovam Buarque	Não voto
Maior problema	215 (63,0%)	91 (26,7%)	20 (5,9%)	7 (2,1%)	8 (2,3%)
2º Maior problema	28 (60,9%)	12 (26,1%)	2 (4,3%)	2 (4,3%)	2 (4,3%)
Não citado	319 (71,5%)	100 (22,4%)	17 (3,8%)	1 (0,2%)	9 (2,0%)

Fonte: ESEB, 2006.

No segundo turno a situação foi semelhante. Interessante notar que mais de 70% dos entrevistados que não citaram a corrupção entre os dois maiores problemas do Brasil votaram em Lula (em ambos os turnos).

Tabela 14 - Frequências e Porcentagens de votos aos candidatos do 2º turno em 2006, segundo identificação da corrupção como maior problema do Brasil.

Corrupção	Candidatos do 2º turno		
	Lula	Geraldo Alckmin	Não voto
Maior problema	219 (66,2%)	96 (29,0%)	16 (4,8%)
2º Maior problema	30 (66,7%)	14 (31,1%)	1 (2,2%)
Não citado	314 (71,7%)	112 (25,6%)	12 (2,7%)

Fonte: ESEB, 2006.

Avaliou-se, também, como foi citada a corrupção como problema nacional de acordo com o nível de instrução dos entrevistados. Novamente os entrevistados com 2º grau tiveram as maiores porcentagens.

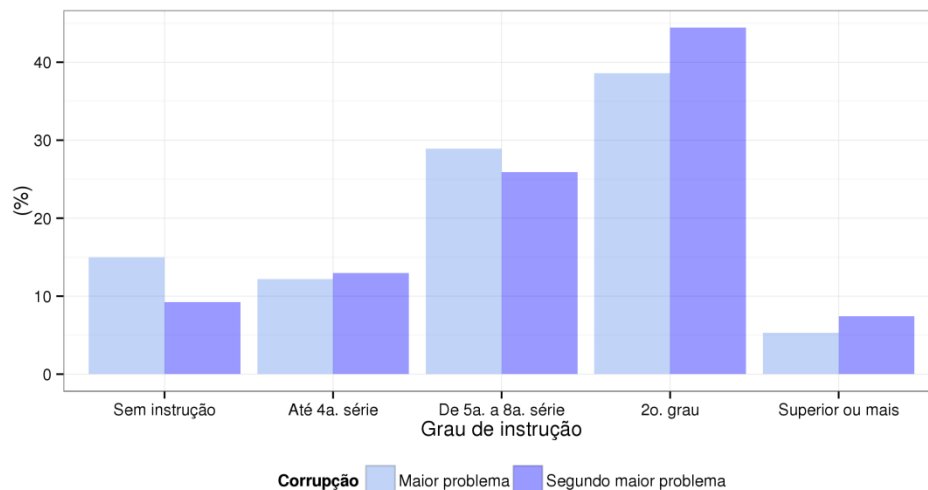


Figura 9 - Distribuição dos entrevistados que citaram a corrupção como maior problema do Brasil e como segundo maior problema em 2006, segundo grau de instrução.

Analisando a citação da corrupção de acordo com o gênero, observou-se uma distribuição mais próxima entre homens e mulheres, diferentemente do que aconteceu em 2002, ano em que a maioria era do sexo masculino.

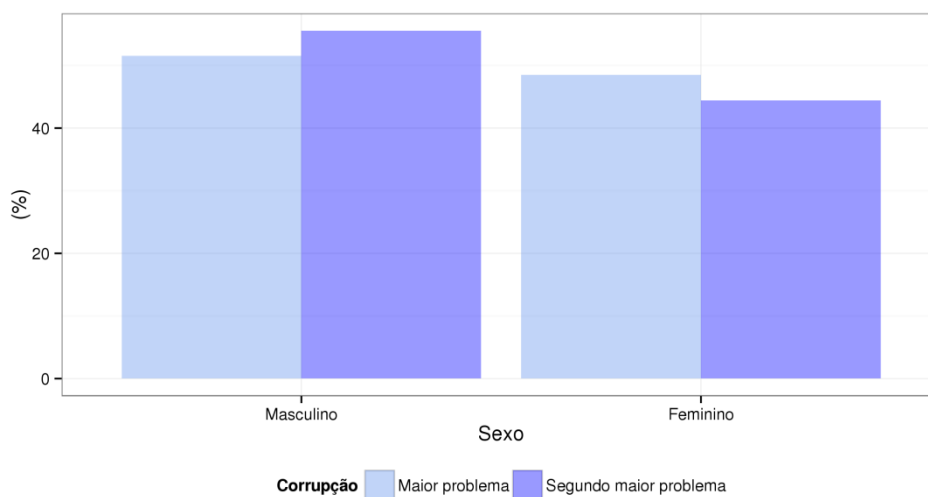


Figura 10 - Distribuição dos entrevistados que citaram a corrupção como maior problema do Brasil e como segundo maior problema em 2006, segundo o sexo.

Segunda a idade dos entrevistados, a Figura 11 ilustra que aqueles que citaram a corrupção como maior e segundo maior problema do Brasil estão concentrados ligeiramente em idades inferiores às do ano de 2002.

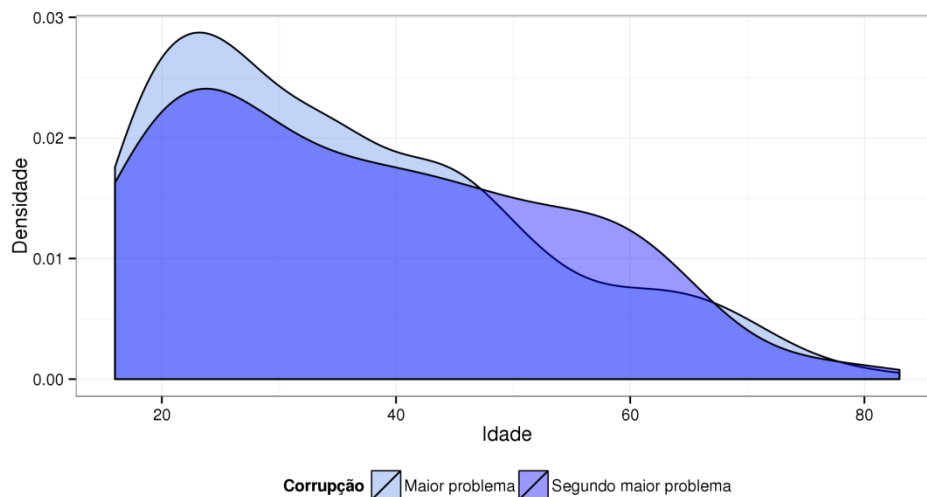


Figura 11 - Distribuição dos entrevistados que citaram a corrupção como maior problema do Brasil e como segundo maior problema em 2006, segundo faixa etária.

Ao contrário do que aconteceu em 2002, onde a distribuição dos que citaram a corrupção como maior e segundo maior problema era praticamente simétrica entre esquerda e direita, em 2006 há uma maior concentração de entrevistados de direita para os dois itens.

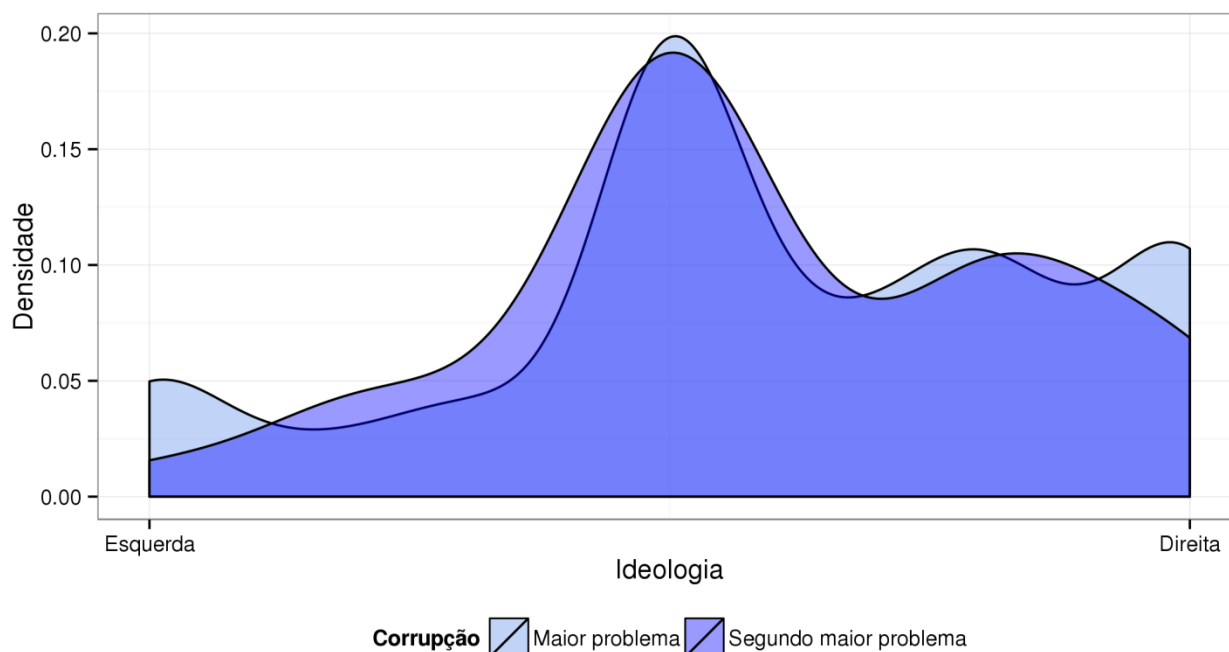


Figura 12 - Densidade da ideologia dos entrevistados que citaram a corrupção como maior e segundo maior problema do Brasil, em 2006.

A economia foi menos citada como sendo um dos principais problemas do Brasil durante as eleições de 2006, diferentemente do que ocorreu no período das eleições de 2002. Em 2002, 53,2% dos entrevistados apontaram a economia como maior problema do Brasil e

20% como o segundo maior problema, já em 2006 essas porcentagens diminuíram para 14,5% e 8,3% respectivamente. Mais da metade dos eleitores que citaram o desempenho da economia como sendo o maior ou segundo maior problema do Brasil votaram em Lula no primeiro turno (Tabela 15).

Tabela 15 - Frequências e Porcentagens de votos aos candidatos do 1º turno em 2006, segundo a identificação da economia como maior problema do Brasil.

Desempenho da economia	Candidatos do 1º turno					
	Lula	Geraldo Alckmin	Heloísa Helena	Cristovam Buarque	Luciano Bivar	Não voto
Maior problema	41 (57,7%)	15 (21,1%)	4 (5,6%)	1 (1,4%)	0 (0,0%)	10 (14,1%)
2º Maior problema	50 (54,3%)	26 (28,3%)	3 (3,3%)	1 (1,1%)	0 (0,0%)	12 (13,0%)
Não citado	471 (63,9%)	162 (22,0%)	32 (4,3%)	8 (1,1%)	2 (0,3%)	62 (8,4%)

Fonte: ESEB, 2006.

Situação semelhante e com ainda mais votos ao candidato do PT foi observada no segundo turno.

Tabela 16 - Frequências e Porcentagens de votos aos candidatos do 2º turno em 2006, segundo a identificação da economia como maior problema do Brasil.

Desempenho da economia	Candidatos do 2º turno		
	Lula	Geraldo Alckmin	Não voto
Maior problema	77 (66,4%)	36 (31,0%)	3 (2,6%)
2º Maior problema	39 (60,0%)	23 (35,4%)	3 (4,6%)
Não citado	447 (70,6%)	163 (25,8%)	23 (3,6%)

Fonte: ESEB, 2006.

Analisando a hipótese de que mesmo com escândalos de corrupção as chances de o resultado ser favorável ao governo são maiores quanto maior for a avaliação do governo, a tabela e figura abaixo confirmam essa análise.

Entre aqueles que avaliaram o governo de maneira positiva, as porcentagens de voto para Lula e Geraldo Alckmin foram de 82,9% e 11,8% respectivamente, enquanto para os que avaliaram de maneira negativa, esses valores mudam para 19,3% e 63,5% respectivamente. A quantidade de votos recebidos pouco se altera para os demais candidatos. No segundo turno, a situação se mantém semelhante.

Tabela 17 - Frequências e Porcentagens dos votos aos candidatos do 1º turno em 2006, segundo a avaliação do então governo do Brasil.

Avaliação do Governo	Candidatos do 1º turno				
	Lula	Geraldo Alckmin	Heloísa Helena	Cristovam Buarque	Não voto
Bom	520 (82,9%)	74 (11,8%)	21 (3,3%)	6 (1,0%)	6 (1,0%)
Ruim	38 (19,3%)	125 (63,5%)	17 (8,6%)	4 (2,0%)	13 (6,6%)

Fonte: ESEB, 2006.

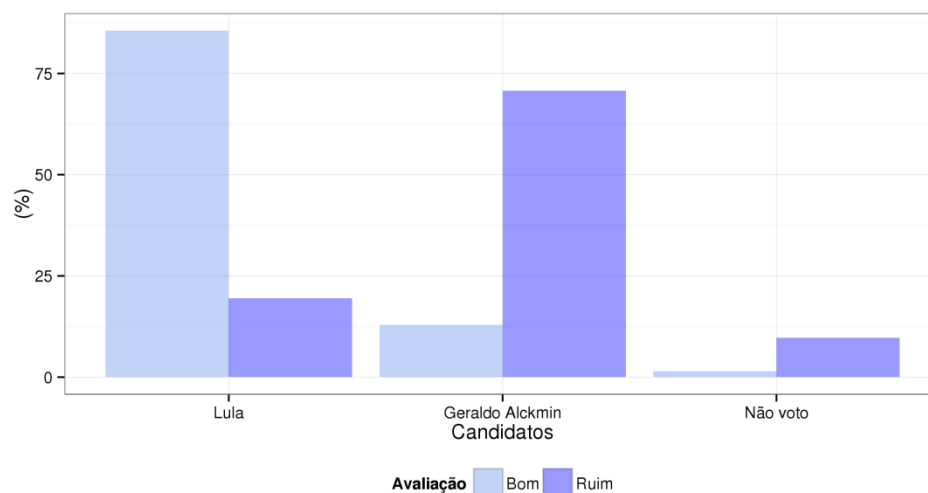


Figura 13 - Porcentagens dos votos aos candidatos do 2º turno em 2006, segundo a avaliação do então governo do Brasil.

Os dois gráficos abaixo ilustram como se comportam a densidade do conhecimento político segundo os votos no primeiro e segundo turnos. O conhecimento político era medido com quatro perguntas, de forma que a medida utilizada foi o número de acertos. Vê-se pela Figura 14 que a maioria dos votos dos eleitores com nota 4 em conhecimento político foram para Lula e Alckmin. Nenhum eleitor com conhecimento nota 4 votou em Heloisa Helena, ou votou branco e nulo. Interessante, também, que nenhum eleitor com conhecimento de nota zero votou em Cristovam Buarque. No segundo turno, as distribuições de Lula e Alckmin foram parecidas, com Lula tendo mais votos de todos os eleitores de acordo com o conhecimento político.

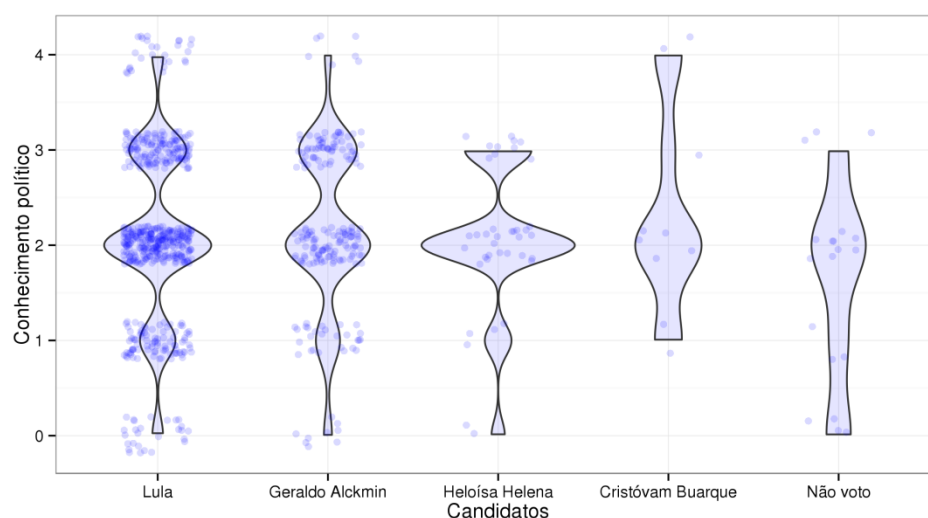


Figura 14 - Distribuição dos votos dos entrevistados no 1º turno em 2006, segundo nível de conhecimento político.

No segundo turno, não se notou uma discrepância de conhecimento político entre os eleitores de Lula e de Alckmin. Tanto o eleitor do PT quanto o do PSDB concentram-se majoritariamente no nível de informação política 2 e 3. A maior concentração dos eleitores com pouco conhecimento, entretanto, está entre aqueles que votaram no PT.

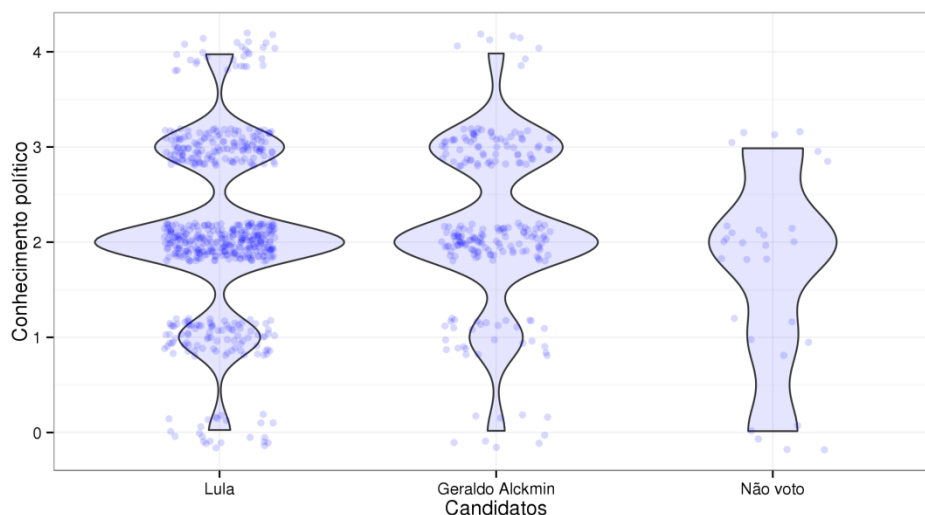


Figura 15 - Distribuição dos votos dos entrevistados no 2º turno em 2006, segundo nível de conhecimento político.

As distribuições de frequências, no que tange ao conhecimento político, trazem informações importantes para esse estudo. Nota-se, em uma primeira análise das figuras acima (14 e 15), que o eleitor brasileiro é medianamente informado. A maior concentração encontra-se na pontuação 2, o que significa que o eleitor acertou duas perguntas factuais sobre política o Brasil. O nível de informação factual, portanto, encontra-se em um nível intermediário.

#### 4.3 ANÁLISE DESCRITIVA DAS ELEIÇÕES EM 2010

A corrupção também foi bastante lembrada pelos eleitores brasileiros entrevistados pelo Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) em 2010. Aproximadamente 32% citaram a corrupção como maior problema do Brasil, enquanto 7,4% a citaram como 2º maior problema. A maioria desses eleitores se dividiu entre Dilma e José Serra nos votos do primeiro turno, com vantagem da candidata do PT (Tabela 18).



Tabela 18 - Frequências e Porcentagens de votos aos candidatos do 1º turno em 2010, segundo identificação da corrupção como maior problema do Brasil.

Corrupção	Candidatos do 1º turno				
	Dilma	José Serra	Marina Silva	Plínio	Não voto
Maior problema	270 (46,5%)	178 (30,6%)	105 (18,1%)	8 (1,4%)	20 (3,4%)
2º Maior problema	54 (40,0%)	42 (31,1%)	33 (24,4%)	1 (0,7%)	5 (3,7%)
Não citado	54 (40,0%)	42 (31,1%)	33 (24,4%)	1 (0,7%)	5 (3,7%)

Fonte: ESEB, 2010.

No 2º turno, mais da metade daqueles que citaram a corrupção como maior e segundo maior problema preferiram que o PT continuasse governando o Brasil.

Tabela 19 - Frequências e Porcentagens de votos aos candidatos do 2º turno em 2006, segundo identificação da corrupção como maior problema do Brasil.

Corrupção	Candidatos do 2º turno		
	Dilma	José Serra	Não voto
Maior problema	320 (54,7%)	239 (40,9%)	26 (4,4%)
2º Maior problema	71 (54,2%)	51 (38,9%)	9 (6,9%)
Não citado	671 (60,2%)	387 (34,7%)	57 (5,1%)

Fonte: ESEB, 2010.

Novamente, os entrevistados com 2º grau completo foram maioria ao citar a corrupção como maior e segundo maior problema do Brasil. Porém, diferentemente dos anos anteriores a corrupção foi bem lembrada também pelos eleitores com nível de instrução até a 4ª série. Quanto ao gênero, a distribuição de homens e mulheres, assim como ocorreu em 2006, foi semelhante (Figura 17).

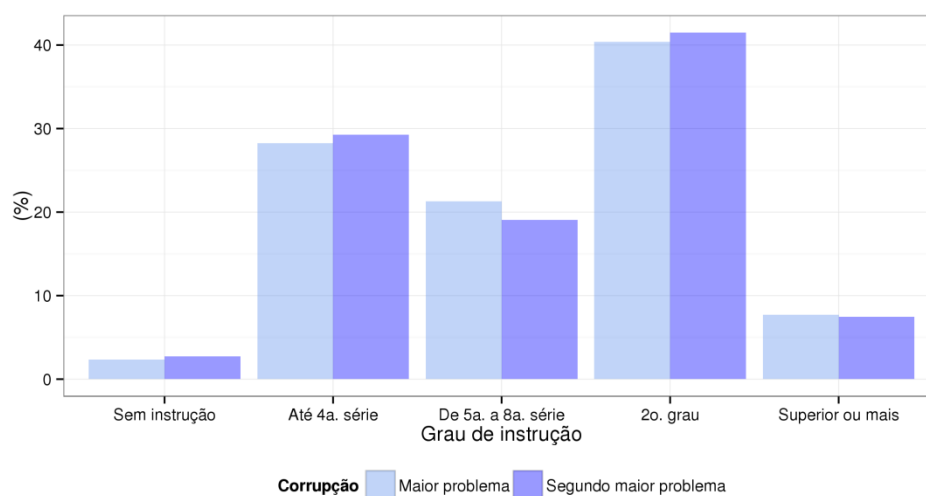


Figura 16 - Distribuição dos entrevistados que citaram a corrupção como maior problema do Brasil e como segundo maior problema, segundo o grau de instrução.

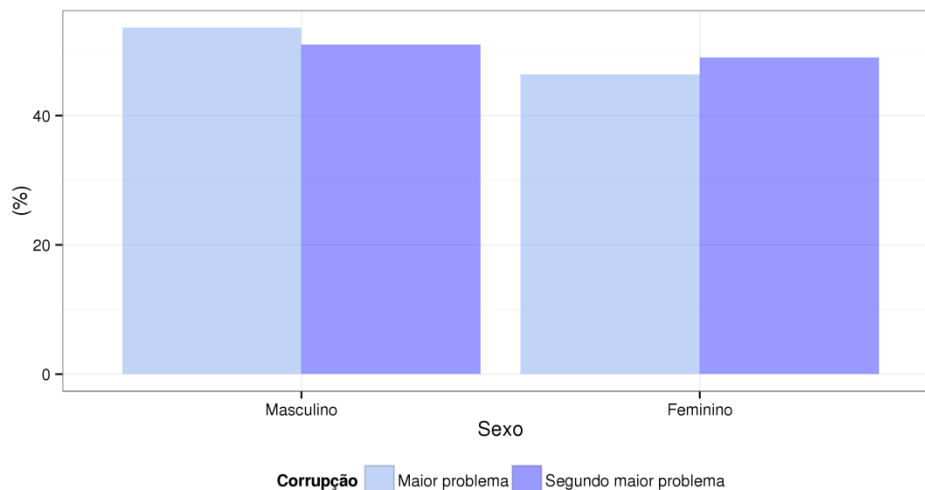


Figura 17 - Distribuição dos entrevistados que citaram a corrupção como maior problema do Brasil e como segundo maior problema, segundo o sexo.

A distribuição segundo a idade é ilustrada na Figura 18. Nela a maior concentração está nos eleitores com menos de 50 anos. A Figura 19 ilustra a distribuição segundo a raça dos eleitores. Diferentemente do que ocorreu em 2002, os eleitores pardos/morenos também citaram com expressividade, juntamente com os brancos, a corrupção como maior e segundo maior problema do Brasil.

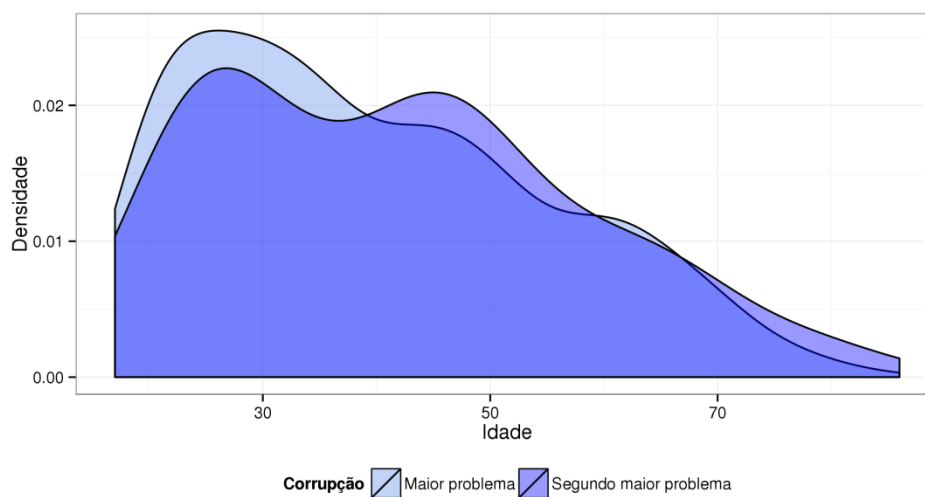


Figura 18 - Distribuição dos entrevistados que citaram a corrupção como maior problema do Brasil e como segundo maior problema, segundo a idade.

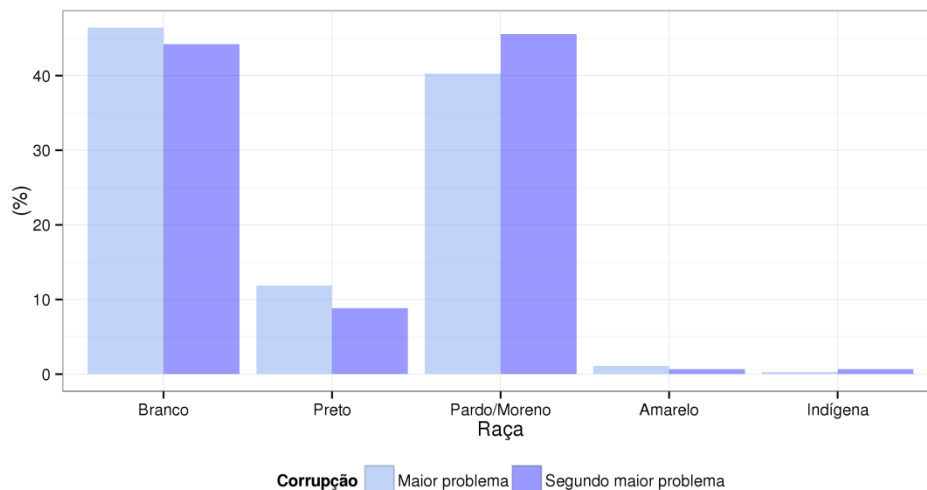


Figura 19 - Distribuição dos entrevistados que citaram a corrupção como maior problema do Brasil e como segundo maior problema, segundo a raça.

A exemplo de 2006 houve uma maior concentração de entrevistados de direita que citaram a corrupção como maior e segundo maior problema do Brasil em 2010. Essa concentração é ainda mais aparente.

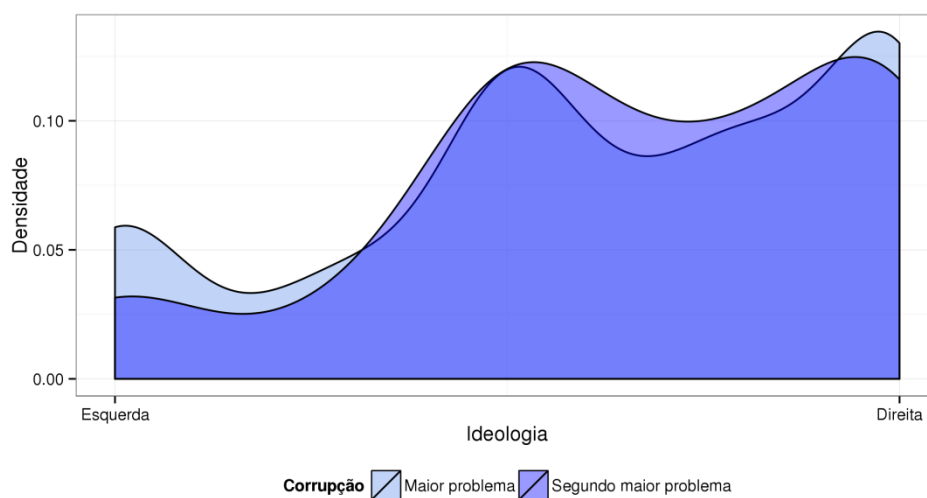


Figura 20 - Densidade da ideologia dos entrevistados que citaram a corrupção como maior e segundo maior problema do Brasil, em 2010.

A exemplo de 2006, a economia não foi muito citada como maior e nem como segundo maior problema do Brasil. As porcentagens foram de 10,1% e 7,1% respectivamente. Dentre os que a citaram, mais da metade votou na candidata do PT, tanto no 1º quanto no 2º turno (Tabelas 20 e 21).

Tabela 20 - Frequências e Porcentagens de votos aos candidatos do 1º turno em 2010, segundo identificação da economia como maior problema do Brasil.

Desempenho da Economia	Candidatos do 1º turno				
	Dilma	José Serra	Marina Silva	Plínio	Não voto
Maior problema	103 (56,0%)	48 (26,1%)	25 (13,6%)	0 (0,0%)	8 (4,3%)
2º Maior problema	66 (50,4%)	38 (29,0%)	21 (16,0)	3 (2,3%)	3 (2,3%)
Não citado	731 (47,8%)	449 (29,4%)	282 (18,5%)	12 (0,8%)	54 (3,5%)

Fonte: ESEB, 2010.

No segundo turno, 17% dos entrevistados consideraram a corrupção como problema nacional, enquanto 83% nem a citaram como problema. Essa informação, *per se*, não aponta para o fato de que a corrupção não é importante, sobretudo porque, desde 2002, a importância para o eleitor subiu. Outros fatores, entretanto, podem a ter ultrapassado na preocupação do eleitor.

Tabela 21 - Frequências e Porcentagens de votos aos candidatos do 2º turno em 2010, segundo identificação da economia como maior problema do Brasil.

Desempenho da Economia	Candidatos do 2º turno		
	Dilma	José Serra	Não voto
Maior problema	115 (64,6%)	57 (32,0%)	6 (3,4%)
2º Maior problema	77 (56,6%)	53 (39,0%)	6 (4,4%)
Não citado	870 (57,4%)	567 (37,4%)	80 (5,3%)

Fonte: ESEB, 2010.

Dentre os eleitores que avaliaram o governo Lula como bom, 52,2% votaram em Dilma. Apenas 6% dos que avaliaram o governo anterior de Lula como ruim votaram em Dilma. A maioria desses eleitores preferiu o candidato do PSDB.

Tabela 22 - Frequências e Porcentagens dos votos aos candidatos do 1º turno em 2010, segundo a avaliação do então governo do Brasil.

Avaliação do governo	Candidatos do 1º turno				
	Dilma	José Serra	Marina Silva	Plínio	Não voto
Bom	893 (52,2%)	458 (26,8%)	296 (17,3%)	13 (0,8%)	52 (3,0%)
Ruim	7 (6,1%)	69 (60,0%)	28 (24,3%)	2 (1,7%)	9 (7,8%)

Fonte: ESEB, 2010.

A situação foi semelhante no segundo turno, com mais de 80% dos que avaliaram como ruim o governo passado de Lula votando em José Serra.

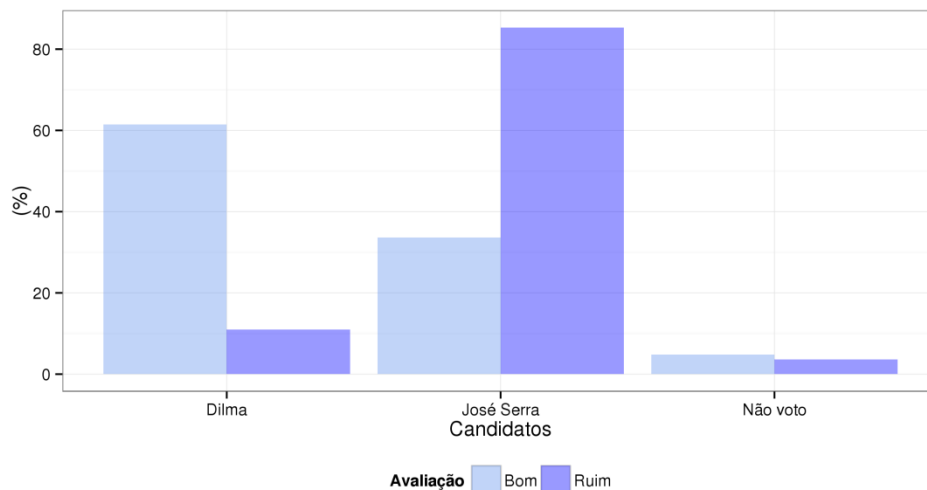


Figura 21 - Porcentagens dos votos aos candidatos do 2º turno em 2010, segundo a avaliação do então governo do Brasil.

A forma com que se distribuíram os votos de Dilma, José Serra e Marina Silva foram semelhantes segundo o conhecimento político dos entrevistados, como é ilustrado na Figura 22. Plínio não recebeu votos de entrevistados sem nenhum conhecimento político.

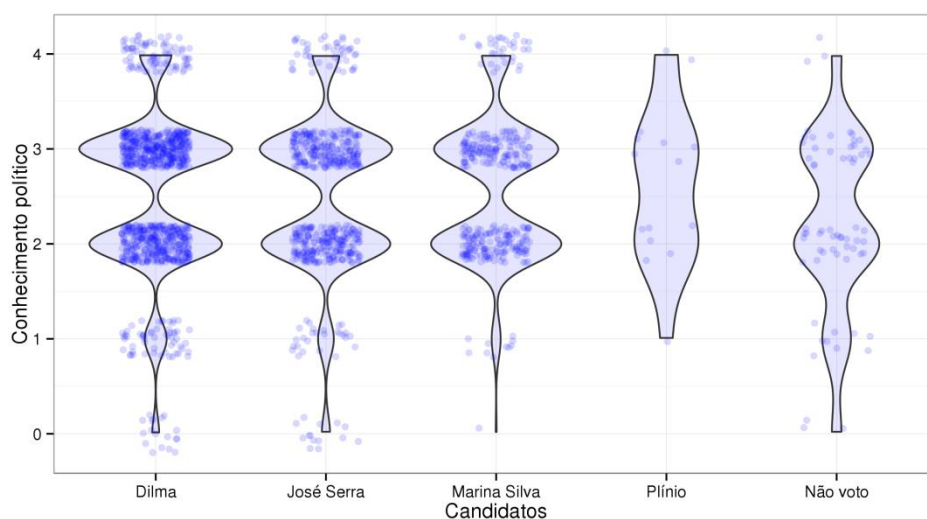


Figura 22 - Distribuição dos votos dos entrevistados no 1º turno em 2010, segundo nível de conhecimento político.

No segundo turno o padrão se manteve. Interessante notar que os votos nulos e brancos foram expressivos em entrevistados com conhecimento político de notas 2 e 3.

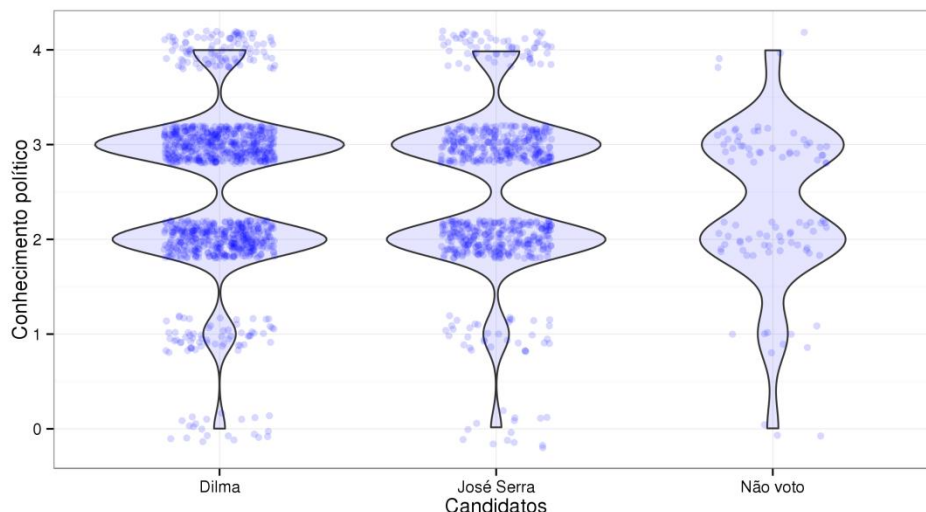


Figura 23 - Distribuição dos votos dos entrevistados no 2º turno em 2010, segundo nível de conhecimento político.

Novamente, há uma concentração de conhecimento político nos níveis intermediários (2 e 3). Por essa amostra, o eleitor brasileiro não pode ser configurado como ignorante, sem nenhum conhecimento político.

#### **4.4 MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICO: ANALISANDO OS RESULTADOS**

O modelo de regressão logística multinomial foi utilizado nas análises de escolha eleitoral no primeiro e no segundo turno das eleições de 2002, 2006 e 2010. O candidato vencedor de cada eleição serviu como referência para comparar o impacto das variáveis nas escolhas eleitorais, ou seja, Lula em 2002 e 2006 e Dilma em 2010. Os coeficientes devem ser interpretados da seguinte maneira: valores negativos nos coeficientes indicam aumento da probabilidade de voto na categoria de referência. Valores positivos indicam aumento da probabilidade de voto em cada um dos demais candidatos. As tabelas abaixo apresentam os resultados para cada um dos turnos de cada eleição, bem como comentários acerca das variáveis estatisticamente significativas pelo menos a 10%. Para cada ano e turno, foram elaborados dois modelos, com e sem as interações desejadas.

##### **Eleições 2002: Primeiro Turno**

A análise das tabelas de regressão logística multinomial para o primeiro turno das eleições de 2002 mostra que quanto maior o nível de escolaridade dos eleitores da amostra, menor a probabilidade de que estes votassem em Lula. Ciro Gomes, naquele momento, era o candidato favorito daqueles com maior escolaridade, sendo estatisticamente significativo seu

coeficiente. Parece haver uma propensão ao voto em outros candidatos, que não Lula, quando a escolaridade é mensurada. Quanto mais escolaridade, nas eleições de 2002, menor a probabilidade de voto em Lula. Esse dado, entretanto, não pode ser averiguado como maior nível de informação política, que se distingue de nível de escolaridade.

Como era de se esperar, a identificação partidária com o PSDB diminuía a probabilidade de voto no candidato que acabou vencendo as eleições, Lula, e incrementava muito a probabilidade de voto em Serra, candidato do PSDB. Para todos os oponentes do candidato do PT (à exceção de Garotinho), a identificação com o PSDB, possuiu significância estatística. Esse dado, entretanto, segue a normalidade do esperado, o que não pode ser dito em relação à ideologia, já que a probabilidade de votos em Lula diminuía quanto mais os eleitores da amostra se situavam à direita do espectro ideológico, possuindo relevância estatística nas relações com Ciro e com Serra.

Tabela 23 - Regressão Logística Multinomial para escolha eleitoral no primeiro turno das eleições de 2002 (sem interação).

Variáveis	Lula-Ciro	Lula-Garotinho	Lula-Serra	Lula-Não Voto
Intercepto	-4,05 (0,64)	-2,56 (0,53)***	-1,87 (0,44)***	-0,72 (0,99)
Escolaridade	0,46 (0,1)***	0,19 (0,09)*	0,16 (0,07)*	0,12 (0,17)
Nível de Interesse em Política	-0,21 (0,15)	-0,28 (0,13)*	-0,29 (0,11)**	-1,22 (0,29)***
Avaliação Retrospectiva Governo FHC	-0,47 (0,2)*	-0,19 (0,16)	-1,26 (0,14)***	0,32 (0,33)
Corrupção	-0,33 (0,28)	0,03 (0,22)	-0,14 (0,18)	-0,28 (0,48)
Economia	-0,16 (0,11)	0,11 (0,1)	-0,09 (0,08)	-0,43 (0,17)*
Identificação Partidária (PSDB)	0,07 (0,03)*	0,12 (0,03)	0,14 (0,02)***	-0,1 (0,06)†
Idade	0,03 (0,01)***	0 (0,01)	0,02 (0)***	0 (0,01)
Ideologia	0,52 (0,21)*	0,27 (0,18)	0,63 (0,15)***	0,25 (0,36)
Ideologia (Não Respondente)	-0,02 (0,33)	0,31 (0,23)	0,31 (0,2)	0,08 (0,42)
Raça (Amarelo)	1,3 (0,64)*	0,16 (0,8)	0,52 (0,61)	-15,82 (2844,1)
Raça (Indígena)	0,74 (0,84)	0,28 (0,84)	-0,12 (0,68)	-15,63 (3164,8)
Raça (Pardo/Moreno)	0,18 (0,21)	0,31 (0,17)†	-0,3 (0,15)*	-0,4 (0,34)
Raça (Preto)	-0,32 (0,37)	0,41 (0,24)†	0 (0,21)	-1,08 (0,64)†
Sexo (Feminino)	-0,11 (0,19)	0,17 (0,16)	0,2 (0,14)	0,13 (0,31)

n= 2.513, R<sup>2</sup>=0,083

Erro Padrão em parênteses

† significativo a 10%; \* significativo a 5%; \*\* significativo a 1% \*\*\* significativo a 0,1%

Fonte: ESEB 2002, elaboração própria.

Para esse estudo, restam ainda três variáveis importantes para serem analisadas: (i) avaliação retrospectiva do governo, (ii) nível de interesse político e (iii) corrupção. Em relação à avaliação do governo FHC, o que nos faz rememorar a discussão sobre comportamento eleitoral retrospectivo (FIORINA, 1981; RENNÓ; SPANAKOS, 2006), os dados demonstram que os eleitores tenderiam a punir o governo, votando no candidato da oposição. A probabilidade de voto em Lula (-1,26), sobretudo se comparado ao candidato do

partido governista, Serra, cresceu sobremaneira ao avaliar essa variável, sendo estatisticamente significativa.

No que diz respeito ao nível de interesse político – que apenas indica se o eleitor se considera muito, um pouco, ou sem interesse em política –, quanto maior o interesse em política maior a probabilidade de voto em Lula, em relação a todos os demais candidatos no primeiro turno, sendo mais acentuado em relação a José Serra e a Garotinho. Por fim, cabe analisar a variável corrupção, que diz respeito à avaliação dos eleitores sobre os maiores problemas nacionais. Nesse particular, os eleitores que apontavam a corrupção como problema nacional, apresentaram tendência maior de votar em Lula, sendo importante notar que a maior probabilidade de voto em Lula se dava em relação ao candidato Ciro Gomes, e não ao seu principal opositor, José Serra. Trata-se apenas de uma tendência dos dados, sem significância, o que pode ser resultado da pouca importância da corrupção naquele ano.

Tabela 24 - Regressão Logística Multinomial para escolha eleitoral no primeiro turno das eleições de 2002 (com interação).

Variáveis	Lula-Ciro	Lula-Garotinho	Lula-Serra	Lula-Não Voto
Intercepto	-4,02 (0,64)***	-2,58 (0,53)***	-1,88 (0,44)***	-0,67 (0,99)
Escolaridade	0,46 (0,1)***	0,2 (0,09)*	0,16 (0,07)*	0,1 (0,17)
Nível de Interesse em Política	-0,21 (0,16)	-0,29 (0,13)*	-0,29 (0,11)**	-1,21 (0,29)***
Avaliação Retrospectiva Governo FHC	-0,47 (0,2)*	-0,19 (0,16)	-1,26 (0,14)***	0,31 (0,33)
Corrupção	-0,66 (0,45)	0,07 (0,29)	-0,12 (0,25)	-0,15 (0,6)
Economia	-0,16 (0,11)	0,11 (0,1)	-0,09 (0,08)	-0,44 (0,17)*
Identificação Partidária (PSDB)	0,07 (0,03)*	0,12 (0,03)***	0,14 (0,02)***	-0,1 (0,06)†
Idade	0,03 (0,01)***	0 (0,01)	0,02 (0)***	0 (0,01)
Ideologia	0,5 (0,21)*	0,26 (0,18)	0,63 (0,15)***	0,3 (0,36)
Ideologia:Corrupção	0,31 (0,63)	0,13 (0,44)	-0,04 (0,37)	-14,83 (2725)
Ideologia (Não Respondente)	-0,16 (0,35)	0,36 (0,23)	0,31 (0,21)	0,05 (0,43)
Ideologia (Não Respondente): Corrupção	1,36 (0,74)†	-1,12 (5455,1)	0,02 (0,67)	0,49 (1,05)
Raça (Amarelo)	1,39 (0,64)*	0,13 (0,8)	0,52 (0,61)	-1,83 (4673,3)
Raça (Indígena)	0,73 (0,84)	0,29 (0,84)	-0,12 (0,68)	-1,66 (5212,2)
Raça (Pardo/Moreno)	0,17 (0,21)	0,32 (0,17)†	-0,3 (0,15)*	-0,41 (0,34)
Raça (Preto)	-0,32 (0,37)	0,42 (0,24)†	0 (0,21)	-1,08 (0,63)†
Sexo (Feminino)	-0,11 (0,19)	0,17 (0,16)	0,2 (0,14)	0,12 (0,31)

n= 2.513, R<sup>2</sup>=0,085

Erro Padrão em parênteses

† significativo a 10%; \* significativo a 5%; \*\* significativo a 1% \*\*\* significativo a 0,1%

Fonte: ESEB 2002, elaboração própria.

Para os dados de 2002, na ausência da variável informação política, e a fim de compreender se a interação entre percepção de corrupção e ideologia alterariam os resultados das intenções de voto, procedemos à utilização do método interativo. Observa-se não significância estatística na interação. É importante frisar, entretanto, que nas eleições de 2002, não houve escândalos de corrupção relatados na mídia, que pudessem interferir



potencialmente nesse resultado. As eleições de 2002, portanto, funcionam, em tese, apenas como controle em relação ao que de fato ocorreu nas eleições subsequentes. O posicionamento na escala esquerda-direita, interagindo com a resposta de que a corrupção é um dos principais problemas do país, parece não ter influenciado a decisão de voto do eleitor naquele ano, conforme pode-se depreender da tabela acima, na relação Lula e demais concorrentes, conforme esperado.

Em ambos os modelos (com e sem interação), observou-se praticamente as mesmas influências para as variáveis. Em todos os casos, as variáveis clássicas de comportamento eleitoral, tais como avaliação retrospectiva do governo, identificação partidária e escolaridade foram as que mais obtiveram resposta estatística. O Pseudo  $R^2$  dos modelos são 0,083 e 0,085, para os modelos sem e com interação, respectivamente.

## Eleições 2002: Segundo Turno

A análise das tabelas de regressão logística multinomial para o segundo turno das eleições de 2002 mostra a tendência de que quanto maior a escolaridade, assim como no primeiro turno, os eleitores tenderiam a votar em Serra em vez de em Lula. Levando-se em consideração a variável identificação partidária com o PSDB, resta naturalmente claro, em 2002, que a probabilidade de voto em Lula (PT) reduziria com o aumento da identificação com o partido do governo (PSDB).

Tabela 25 - Regressão Logística Multinomial para escolha eleitoral no segundo turno das eleições de 2002 (sem interação).

Variáveis	Lula-Serra	Lula-Não Voto
Intercepto	-1,82 (0,39)***	-2,32 (0,92)*
Escolaridade	0,1 (0,06)†	0,17 (0,15)
Nível de Interesse em Política	-0,19 (0,09)*	-0,49 (0,24)*
Avaliação Retrospectiva Governo FHC	-1,04 (0,12)***	0,26 (0,3)
Corrupção	-0,08 (0,17)	0,13 (0,33)
Economia	-0,05 (0,07)	-0,39 (0,16)*
Identificação Partidária (PSDB)	0,16 (0,02)***	-0,09 (0,05)†
Idade	0,01 (0)***	0,01 (0,01)
Ideologia	0,66 (0,13)***	0,2 (0,35)
Ideologia (Não Respondente)	0,37 (0,18)*	0,93 (0,36)**
Raça (Amarelo)	0,94 (0,5)†	-1,41 (1,4)
Raça (Indígena)	0,16 (0,6)	-1,86 (5,7)
Raça (Pardo/Moreno)	-0,26 (0,13)†	-0,16 (0,3)
Raça (Preto)	-0,16 (0,19)	-2,31 (1,03)*
Sexo (Feminino)	0,16 (0,12)	-0,16 (0,28)

n= 2.513, R<sup>2</sup>=0,120

Erro Padrão em parênteses

† significativo a 10%; \* significativo a 5%; \*\* significativo a 1% \*\*\* significativo a 0,1%

Fonte: ESEB 2002, elaboração própria.

No que diz respeito à variável economia, notou-se que os eleitores que declararam que a economia era um dos principais problemas nacionais naquele momento, favoreceram o voto em Lula, havendo relevância na relação Lula-Não Voto. Esse dado vai claramente ao encontro dos problemas econômicos iminentes por que passava o país naquele instante. Se considerarmos a variável avaliação retrospectiva do governo FHC, notaremos uma grande probabilidade de que os eleitores que avaliaram negativamente o governo FHC votassem em Lula no segundo turno (-1,04), o que pode ser explicado teoricamente pela avaliação retrospectiva (FIORINA, 1981; RENNÓ; SPANAKOS, 2006) e, mais recentemente, também pelos efeitos indiretos, ainda a serem testados, dos baixos preços das *commodities* e das baixas taxas de juros internacionais (CAMPELLO; ZUCCO, 2013), se também

considerarmos as previsões daqueles que consideravam a economia como grande problema nacional.

Quanto à ideologia, repetem-se os resultados do primeiro turno, quando os mais alinhados à direita favorecem o voto em Serra, com significância estatística (0,66). No segundo turno, também há significância estatística. De forma também semelhante ao primeiro turno, quanto maior o interesse em política, maior a probabilidade de voto em Lula, em relação ao seu opositor, o que apresentou relevância. Eleitores mais interessados manifestaram-se favoráveis a Lula, o que pode indicar eleitores mais engajados votando no candidato da oposição naquele instante. A percepção de corrupção como problema nacional não obteve significância estatística em nenhum dos modelos para o segundo turno das eleições de 2002.

Tabela 26 - Regressão Logística Multinomial para escolha eleitoral no segundo turno das eleições de 2002 (com interação).

Variáveis	Lula-Serra	Lula-Não Voto
Intercepto	-1,82 (0,4)***	-2,29 (0,92)*
Escolaridade	0,1 (0,06)	0,17 (0,16)
Nível de Interesse em Política	-0,19 (0,09)*	-0,48 (0,24)*
Avaliação Retrospectiva Governo FHC	-1,05 (0,12)***	0,26 (0,3)
Corrupção	0,15 (0,22)	0,06 (0,49)
Economia	-0,05 (0,07)	-0,39 (0,16)*
Identificação Partidária (PSDB)	0,16 (0,02)***	-0,09 (0,05)†
Idade	0,01 (0)***	0,01 (0,01)
Ideologia	0,71 (0,13)***	0,19 (0,36)
Ideologia:Corrupção	-0,5 (0,33)	0 (0,77)
Ideologia (Não Respondente)	0,4 (0,18)*	0,9 (0,37)*
Ideologia (Não Respondente): Corrupção	-0,45 (0,63)	0,22 (0,8)
Raça (Amarelo)	0,91 (0,5)†	-1,37 (2144)
Raça (Indígena)	0,15 (0,6)	-1,87 (2616,6)
Raça (Pardo/Moreno)	-0,25 (0,13)†	-0,17 (0,3)
Raça (Preto)	-0,16 (0,19)	-2,31 (1,03)*
Sexo (Feminino)	0,15 (0,12)	-0,16 (0,28)

n= 2.513, R<sup>2</sup>=0,121

Erro Padrão em parênteses

† significativo a 10%; \* significativo a 5%; \*\* significativo a 1% \*\*\* significativo a 0,1%

Fonte: ESEB 2002, elaboração própria.

Quando se realizou a interação entre corrupção e ideologia, não se encontrou significância estatística. Como alguns estudos já apontaram, há clara deficiência metodológica nas atribuições de identificação ideológica, já que as noções de direita e esquerda podem não ser claras para o eleitor (RENNÓ, 2007; SINGER, 1999). A não

significância pode significar a dificuldade de mensuração ou apenas que esse preditor não foi importante nas eleições. Torna-se, entretanto, improvável retirar do modelo tal variável, em decorrência de problemas metodológicos, já que demonstra ser de vital importância para compreender o comportamento eleitoral dos brasileiros (SINGER, 1999). Como não houve escândalos de corrupção marcantes nas eleições de 2002, não podemos ignorar a hipótese de que os eleitores ideologicamente orientados votariam em candidatos do seu espectro ideológico, ainda que de outro partido que não o de sua preferência, em função de fatores de mais longo prazo como a ideologia (POWER; TAYLOR, 2011). Espera-se que esses resultados sirvam de controle para as próximas análises.

### **Eleições 2006: Primeiro Turno**

A análise das tabelas de regressão logística multinomial para o primeiro turno das eleições de 2006 mostra que a escolaridade foi um preditor que não favoreceu o candidato à reeleição, Lula (PT), já que a probabilidade de voto nesse candidato decrescia à medida que os eleitores fossem mais instruídos. No primeiro turno, observa-se que o candidato mais beneficiado, em relação a Lula, seria Cristovam Buarque (PDT), no que diz respeito à escolaridade. A identificação partidária com o PT aparece estatisticamente significativa, favorecendo Lula em relação a todos os demais candidatos. A percepção sobre a economia, em 2006, não obteve significância.

Quando se observa os resultados da regressão, especificamente para a variável Avaliação Retrospectiva do Governo Lula, obtém-se que, para a amostra estudada, essa variável foi a que mais contribuiu para a escolha de outros candidatos, excetuando Lula. Em princípio, essa informação levaria à possibilidade de que o eleitor não recompensaria o governo dando-lhe um novo mandato. O candidato mais beneficiado foi Alckmin (+2,45). Com relação à ideologia, a classificação dos respondentes como de direita diminuiu a chance de voto em Lula, se comparado a Alckmin (0,73), sendo significativo. Para os demais, incluindo os candidatos Cristovam e Heloísa Helena, não se pode afirmar que a ideologia tenha sido um preditor confiável para decisão do voto.

No modelo sem interação, nota-se ainda a não relevância da variável nível de informação política, que é variável essencial para esse estudo. Apenas em 2006, o ESEB passa a questionar os entrevistados, por meio de perguntas factuais, sobre seu conhecimento político. A corrupção, entretanto, favoreceu o candidato Cristovam em detrimento de Lula (+1,04). Em relação a todos os demais, embora os sinais dos coeficientes indiquem favorecimento dos outros candidatos, não houve relevância estatística.

Tabela 27 - Regressão Logística Multinomial para escolha eleitoral no primeiro turno das eleições de 2006 (sem interação).

Variáveis	Lula-Cristóvam	Lula-Alckmin	Lula-Heloísa Helena	Lula-Não Voto
Intercepto	-9,98 (2,59)***	-3,52 (0,79)***	-4,95 (1,22)***	-4,52 (1,81)*
Nível de informação política	0,1 (0,45)	0,12 (0,13)	-0,02 (0,21)	-0,4 (0,3)
Escolaridade	1,03 (0,37)**	0,47 (0,12)***	0,52 (0,18)**	0,57 (0,27)*
Avaliação Retrospectiva Governo Lula	1,39 (0,77)†	2,45 (0,26)***	1,82 (0,41)***	2,35 (0,61)***
Corrupção	1,04 (0,51)*	0,13 (0,13)	0,19 (0,19)	0,11 (0,29)
Economia	0,41 (0,58)	0,15 (0,16)	-0,33 (0,32)	-0,14 (0,41)
Identificação Partidária (PT)	-0,3 (0,13)*	-0,31 (0,04)***	-0,22 (0,06)***	-0,48 (0,14)***
Idade	0,05 (0,03)*	0,02 (0,01)*	0,03 (0,01)*	0,02 (0,02)
Ideologia	0,59 (0,69)	0,73 (0,29)*	-0,58 (0,51)	-1,02 (1,13)
Ideologia (Não Respondente)	-16,72 (1,3)	-0,26 (0,29)	-0,43 (0,41)	0,27 (0,63)
Sexo (Feminino)	0,54 (0,69)	0,59 (0,23)*	0,67 (0,37)†	0,16 (0,57)

n= 1000, R<sup>2</sup>=0,311

Erro Padrão em parênteses

† significativo a 10%; \* significativo a 5%; \*\* significativo a 1% \*\*\* significativo a 0,1%

Fonte: ESEB 2006, elaboração própria.

Para o primeiro turno de 2006, foi possível observar algumas mudanças mais significativas ao se acrescentar as interações. Nessas eleições, e a fim de testar as hipóteses, optou-se por interagir a variável “corrupção” com outras duas variáveis, “ideologia” e “nível de informação política”.

Tabela 28 - Regressão Logística Multinomial para escolha eleitoral no primeiro turno das eleições de 2006 (com interação).

Variáveis	Lula-Cristóvam	Lula-Alckmin	Lula-Heloísa Helena	Lula-Não Voto
Intercepto	-15,71 (4,91)**	-3,37 (0,86)***	-5,7 (1,38)***	-4,55 (2,03)*
Nível de informação política	1,84 (1,15)	0,01 (0,17)	0,2 (0,29)	-0,45 (0,4)
Corrupção: Nível de Informação Política	-1,09 (0,66)†	0,13 (0,14)	-0,25 (0,22)	0,03 (0,32)
Escolaridade	1,11 (0,38)**	0,47 (0,12)***	0,54 (0,18)**	0,59 (0,28)*
Avaliação Retrospectiva Governo Lula	1,23 (0,78)	2,48 (0,27)***	1,76 (0,42)***	2,39 (0,62)***
Corrupção	4,13 (2,12)†	-0,01 (0,4)	0,93 (0,58)	0,2 (0,85)
Economia	0,44 (0,6)	0,13 (0,16)	-0,34 (0,32)	-0,16 (0,41)
Identificação Partidária (PT)	-0,32 (0,13)*	-0,31 (0,04)***	-0,23 (0,06)***	-0,49 (0,14)***
Idade	0,06 (0,03)*	0,02 (0,01)†	0,03 (0,01)*	0,02 (0,02)
Ideologia	1,24 (1,6)	1,09 (0,42)**	0,07 (0,73)	0,4 (1,3)
Corrupção:Ideologia	-0,48 (0,92)	-0,35 (0,3)	-0,65 (0,54)	-1,64 (1,7)
Ideologia (Não Respondente)	-16,07 (3,5)	-0,17 (0,4)	-0,17 (0,61)	0,34 (0,95)
Ideologia (Não Respondente): Corrupção	-1,42 (3,4)	-0,07 (0,3)	-0,24 (0,43)	-0,02 (0,65)
Sexo (Feminino)	0,69 (0,71)	0,54 (0,23)*	0,67 (0,37)†	0,07 (0,57)

n= 1000, R<sup>2</sup>=0,319

Erro Padrão em parênteses

† significativo a 10%; \* significativo a 5%; \*\* significativo a 1% \*\*\* significativo a 0,1%

Fonte: ESEB 2006, elaboração própria.

O valor -1,09, estatisticamente significativo, indica que o impacto da corrupção no voto em Lula, comparado a Cristóvam, muda em eleitores mais informados. Os termos interativos informam que cada um dos componentes da interação é alterado pelo outro, isto é,

as variáveis independentes interativas afetam-se mutuamente. O coeficiente condicional da variável corrupção, diante da alteração no nível de informação, seria +3,04 (-1,09 + 4,13). O nível de informação, portanto, atenua um pouco a probabilidade de votar em Lula, não sendo suficiente para reverter a tendência de voto. O efeito da percepção de corrupção na intenção de voto, nesse sentido, é diminuído pela quantidade de informação que o eleitor possui. Esse resultado vai ao encontro da tendência de o eleitor afastar-se do candidato acusado, como atesta coeficiente significativo da relação Lula-Cristovam para corrupção (+4,13), favorecendo Cristóvam. Os eleitores mais informados continuariam a votar em Lula, embora a probabilidade diminuísse. Pode-se pensar em um voto punitivo (RENNÓ; HOEPERS, 2010)]

O efeito interativo se dá quando o efeito de uma variável independente (“corrupção”, “ideologia”, “nível de informação política”) depende do valor de outra variável independente, que, no caso, interagem no modelo. Existe efeito interativo, assim, quando os efeitos das variáveis independentes na variável dependente diferem, a depender dos valores de uma terceira variável. Nesse caso, portanto, o voto em Lula é a variável dependente, cujo resultado dependerá da variável independente focal (JACCARD; TURRISI, 2003), “corrupção”, que, por sua vez, varia como uma função das variáveis moderadoras (“ideologia” e “nível de informação política”).

Nesse sentido, o efeito da corrupção na decisão do voto deve variar conforme o “nível” ideológico e a quantidade de conhecimento político do eleitor. No primeiro turno de 2006, embora não haja significância estatística em todos os casos, nota-se a existência de um efeito das interações, dada a alteração não apenas do intercepto dos modelos (com e sem interação), bem como dos estimadores das variáveis independentes em interação. A interpretação dos coeficientes das variáveis independentes em um modelo com interação torna-se difícil. Entretanto, pode-se argumentar que os coeficientes refletem uma relação condicional para valores específicos das variáveis “corrupção”, “nível de informação política” e “ideologia” (JACCARD; TURRISI, 2003).

## Eleições 2006: Segundo Turno

A análise das tabelas de regressão logística multinomial para o segundo turno das eleições de 2006 mostra que as mulheres tenderam a votar mais em Alckmin do que em Lula; no entanto, Lula foi favorecido sobre o não voto. A identificação partidária foi fundamental para a escolha de Lula, sendo estatisticamente significativo (-0,28) e representando um dos fatores mais importantes para a escolha de Lula sobre seu rival. Esse achado pode ser teoricamente vinculado ao que alguns autores vêm chamando de emergência do lulismo (SINGER, 2012), por meio da adoção de políticas conservadoras, gradualmente implementadas de forma a produzir crescimento econômico, distribuição de renda e incorporação social. Essa abordagem produziria, a despeito dos escândalos de corrupção, uma aproximação com o partido no poder, aumentando a identificação com esse partido e dando menor ênfase a questões de cunho moral, como a corrupção. O impacto de políticas de distribuição condicionada de renda já foi analisado preliminarmente no Brasil (PEIXOTO; RENNÓ, 2011), embora os autores o tenham feito para as eleições de 2010. Há, possivelmente, a partir das eleições de 2006, a formação de uma base social de apoio ao PT.

Interessante notar que a avaliação retrospectiva do governo Lula, o que eventualmente pode ser creditado aos escândalos de corrupção, foi o fator que mais favoreceu o candidato Geraldo Alckmin. Há dois movimentos, portanto, um que aponta para a importância da identificação com o PT e outro que aponta para uma avaliação negativa do governo. O primeiro favorecendo a reeleição, e o segundo o candidato da oposição. Os eleitores ideologicamente à direita aumentaram, com significância estatística, a probabilidade de voto em Alckmin.

Tabela 29 - Regressão Logística Multinomial para escolha eleitoral no segundo turno das eleições de 2006 (sem interação).

Variáveis	Lula-Alckmin	Lula-Não Voto
Intercepto	-2,73 (0,77)***	-2,18 (-1,44)
Nível de informação política	0,2 (0,13)	-0,22 (-0,26)
Escolaridade	0,33 (0,11)**	0,11 (0,22)
Avaliação Retrospectiva Governo Lula	2,6 (0,26)***	2,4 (0,5)***
Corrupção	0,05 (0,13)	0,25 (0,25)
Economia	0,21 (0,16)	0,03 (0,35)
Identificação Partidária (PT)	-0,28 (0,04)***	-0,4 (-0,1)***
Idade	0 (0,01)	-0,01 (-0,02)
Ideologia	0,93 (0,29)**	-0,43 (-0,72)
Ideologia (Não Respondente)	-0,12 (-0,29)	0,09 (0,52)
Sexo (Feminino)	0,41 (0,23)†	-0,21 (-0,47)

n= 1000, R<sup>2</sup>=0,364

Erro Padrão em parênteses

† significativo a 10%; \* significativo a 5%; \*\* significativo a 1% \*\*\* significativo a 0,1%

Fonte: ESEB 2006, elaboração própria.

No modelo com interação, observa-se a importância do nível de escolaridade, bem como o da avaliação retrospectiva do governo, para a escolha de Alckmin, ambas as relações sendo relevantes. O nível de informação política não obteve, novamente, significância estatística na maioria dos casos.

Tabela 30 - Regressão Logística Multinomial para escolha eleitoral no segundo turno das eleições de 2006 (com interação).

Variáveis	Lula-Alckmin	Lula-Não Voto
Intercepto	-2,25 (0,83)**	-1,46 (1,6)
Nível de informação política	0,04 (0,17)	-0,45 (0,36)
Corrupção: Nível de Informação Política	0,21 (0,14)	0,29 (0,26)
Escolaridade	0,33 (0,11)**	0,09 (0,22)
Avaliação Retrospectiva Governo Lula	2,67 (0,26)***	2,46 (0,5)***
Corrupção	-0,55 (0,4)	-0,59 (0,7)
Economia	0,21 (0,16)	0,04 (0,35)
Identificação Partidária (PT)	-0,28 (0,04)***	-0,4 (0,1)***
Idade	0 (0,01)	-0,01 (0,02)
Ideologia	0,81 (0,4)*	-2,45 (5,9)
Corrupção:Ideologia	0,15 (0,29)	1,87 (2,5)
Ideologia (Não Respondente)	-0,34 (0,39)	-0,21 (0,76)
Ideologia (Não Respondente): Corrupção	0,27 (0,3)	0,28 (0,53)
Sexo (Feminino)	0,39 (0,23)†	-0,21 (0,47)

n= 1000, R<sup>2</sup>=0,370

Erro Padrão em parênteses

† significativo a 10%; \* significativo a 5%; \*\* significativo a 1% \*\*\* significativo a 0,1%

Fonte: ESEB 2006, elaboração própria.

Da mesma forma que o modelo sem interação, a variável ideologia, na relação Lula-Alckmin (+0,81), obteve significância estatística no modelo com interação. Há, entretanto, uma maior probabilidade de voto em Lula, em relação ao Não Voto, quando os eleitores estão situados ideologicamente à direita, para o segundo turno. A manutenção do sinal do coeficiente da variável corrupção mostra a direção das interações no segundo modelo. Analisando teoricamente esses resultados, nota-se que, no segundo turno de 2006, identificação partidária com o PT, avaliação retrospectiva do governo Lula e “ideologia” foram preditores importantes para a escolha de voto do eleitor.

Em 2006, portanto, houve uma aproximação do eleitor com o PT, o que pode ser creditado à emergência do lulismo (SINGER, 2012), que nada mais é do que uma reação favorável do eleitorado ao sucesso do governo (PEIXOTO; RENNÓ, 2011). Embora de difícil comparação, já que se trata de duas amostras distintas, observa-se que o nível de identificação do eleitorado com o PT, em 2006, é superior ao nível de identificação do eleitorado com o PSDB, em 2002. Por outro lado, a amostra nos aponta uma importância da



má avaliação do governo Lula para a decisão de voto. Essa variável, entretanto, pode “esconder” uma miríade de informações, já que é uma variável qualitativa nominal, que apenas estabelece se o governo foi bom, ruim, ou péssimo, por exemplo. Nessas avaliações, podemos encontrar insatisfações em relação à economia, à corrupção, às políticas públicas, dentre muitas outras opções. Tal variável, portanto, expressa o *mood* da população em relação ao governo, mensurado de forma difusa.

### **Eleições 2010: Primeiro Turno**

A análise das tabelas de regressão logística multinomial para o primeiro turno das eleições de 2010 mostra que o aumento da escolaridade não favoreceu o candidato referência (Dilma), sendo estatisticamente significativa a probabilidade de voto em Marina Silva (+0,53) e Plínio (+0,82), em relação à Dilma. Os eleitores, portanto, com maior nível de escolaridade tenderam a votar contra o governo que pleiteava a continuação de seu projeto de poder.

A identificação partidária com o PT aumentou a probabilidade de voto em Dilma com relação todos os seus concorrentes. Assim como em 2006, a identificação do eleitor com o PT produziu um preditor estatisticamente significativo para a decisão de voto no partido de referência. Como em 2006, essa variável também aponta para uma avaliação ruim do governo que se encerrou. Esse fato, entretanto, diante dos resultados das eleições e de sua significância estatística, não foi capaz de reverter o resultado das urnas.

Quanto à ideologia, quanto mais os entrevistados se aproximavam da ideologia de direita maior era a chance de voto em Serra (+0,68), que obteve significância estatística. Em nenhuma outra relação houve relevância, no que diz respeito à ideologia, apenas na relação com Plínio, o que é bastante curioso, já que os eleitores mais à direita tendiam a votar no candidato de extrema esquerda, comparativamente a Dilma. Nesse caso, portanto, quanto mais à direita, maiores as chances de voto em Serra, o que parece razoável. A candidata Marina apresentou-se com uma agenda diferente dos candidatos Dilma e Serra, preconizando uma “nova política” e a agenda do ambientalismo. Essa pauta não é necessariamente de esquerda, mas pode indicar certa confusão do eleitorado. Interessante observar que não houve significância estatística para Marina no que se refere à ideologia.

Quanto ao nível de informação política, não houve significância estatística em nenhuma das relações. Há, apenas, uma pequena tendência de voto em Dilma em relação ao Não-Voto, porém uma relação contrária quando se analisa a relação com Marina. Em relação à corrupção, também não houve significância no modelo sem interação.

Tabela 31 - Regressão Logística Multinomial para escolha eleitoral no primeiro turno das eleições de 2010 (sem interação).

Variáveis	Dilma-Serra	Dilma-Marina	Dilma-Plínio	Dilma-Não Voto
Intercepto	1,72 (0,51)***	-0,91 (0,55)†	-5,6 (2,19)*	-1,42 (1,08)
Nível de Informação Política	-0,06 (0,09)	0 (0,09)	0,01 (0,36)	-0,27 (0,18)
Escolaridade	0,05 (0,08)	0,53 (0,08)***	0,82 (0,35)*	0,33 (0,17)*
Avaliação Retrospectiva Governo Lula	1,77 (0,5)***	1,7 (0,52)**	2,29 (0,97)*	2,19 (0,62)***
Corrupção	0 (0,08)	0 (0,08)	0,41 (0,29)	0,06 (0,16)
Economia	-0,08 (0,11)	-0,2 (0,13)	-0,14 (0,51)	-0,02 (0,24)
Identificação Partidária (PT)	-0,43 (0,02)***	-0,3 (0,03)***	-0,32 (0,09)***	-0,39 (0,05)***
Idade	0 (0)	0 (0,01)	-0,02 (0,02)	0 (0,01)
Ideologia	0,68 (0,19)***	0,25 (0,19)	1,64 (0,81)*	-0,37 (0,51)
Ideologia (Não Respondente)	0,18 (0,18)	-0,22 (0,19)	0,95 (0,87)	0,81 (0,38)*
Raça (Amarelo)	-0,07 (0,65)	-1,12 (1,12)	-1,96 (0,2)	-1,18 (1,6)
Raça (Indígena)	-0,15 (1,13)	-1,17 (0,4)	-1,77 (0,7)	1,18 (1,37)
Raça (Pardo/Moreno)	-0,38 (0,15)**	0,06 (0,16)	0,24 (0,64)	-0,44 (0,31)
Raça (Preto)	-0,46 (0,23)*	0,25 (0,22)	1,29 (0,72)†	-0,2 (0,48)
Sexo (Feminino)	0,24 (0,14)†	0,28 (0,15)†	-0,95 (0,61)	0,17 (0,3)

n= 1779, R<sup>2</sup>=0,189

Erro Padrão em parênteses

† significativo a 10%; \* significativo a 5%; \*\* significativo a 1% \*\*\* significativo a 0,1%

Fonte: ESEB 2010, elaboração própria.

No modelo com interação, a escolaridade favoreceu probabilisticamente Marina em detrimento de Dilma. Da mesma forma, Plínio em relação a Dilma. Novamente, a avaliação retrospectiva do governo do PT aumentou as chances de voto nos candidatos opositor, relevância para os eleitores de Plínio que, embora situados no extremo ideológico do PT, incrementavam as chances de não votar na candidata. A identificação partidária com o PT consolida-se em 2010 também se apresenta como um preditor confiável, estatisticamente relevante, em todas as regressões.

Tabela 32 - Regressão Logística Multinomial para escolha eleitoral no primeiro turno das eleições de 2010 (com interação).

Variáveis	Dilma-Serra	Dilma-Marina	Dilma-Plínio	Dilma-Não Voto
Intercepto	2,04 (0,55)***	-1,07 (0,6)†	-3,66 (2,6)	-1,32 (1,16)
Nível de Informação Política	-0,1 (0,1)	-0,01 (0,11)	0,38 (0,49)	-0,2 (0,21)
Corrupção: Nível de Informação Política	0,07 (0,1)	0,02 (0,11)	-0,4 (0,37)	-0,14 (0,21)
Escolaridade	0,04 (0,08)	0,54 (0,09)***	0,84 (0,35)*	0,33 (0,17)†
Avaliação Retrospectiva Governo Lula	1,76 (0,5)***	1,71 (0,52)**	2,37 (0,98)*	2,19 (0,62)***
Corrupção	-0,4 (0,31)	0,08 (0,32)	1,73 (1,3)	0,13 (0,65)
Economia	-0,07 (0,11)	-0,21 (0,13)†	-0,11 (0,51)	-0,02 (0,24)
Identificação Partidária (PT)	-0,43 (0,02)***	-0,3 (0,03)***	-0,31 (0,09)***	-0,39 (0,05)***
Idade	0 (0)	0 (0,01)	-0,02 (0,02)	0 (0,01)
Ideologia	0,46 (0,24)†	0,43 (0,24)†	2,5 (2,6)	-0,28 (0,6)
Corrupção:Ideologia	0,29 (0,2)	-0,21 (0,2)	-1,22 (1,3)	-0,21 (0,62)
Ideologia (Não Respondente)	-0,01 (0,23)	-0,05 (0,24)	2,26 (2,6)	0,51 (0,48)
Ideologia (Não Respondente):Corrupção	0,24 (0,19)	-0,21 (0,19)	-1,77 (1,3)	0,4 (0,41)
Raça (Amarelo)	-0,09 (0,64)	-1,11 (1,12)	-1,1 (0,2)	-1,27 (3,7)
Raça (Indígena)	-0,21 (1,15)	-1,16 (0,3)	-17,4 (0,62)	1,18 (1,38)
Raça (Pardo/Moreno)	-0,39 (0,15)**	0,07 (0,16)	0,24 (0,64)	-0,42 (0,32)
Raça (Preto)	-0,47 (0,23)*	0,27 (0,23)	1,27 (0,73)†	-0,23 (0,48)
Sexo (Feminino)	0,24 (0,14)†	0,28 (0,15)†	-0,95 (0,61)	0,15 (0,3)

n= 1779, R<sup>2</sup>=0,193

Erro Padrão em parênteses

† significativo a 10%; \* significativo a 5%; \*\* significativo a 1% \*\*\* significativo a 0,1%

Fonte: ESEB 2010, elaboração própria.

No modelo com interação, os fatores mais consagrados – como avaliação retrospectiva do governo e identificação partidária com o PT – foram os mais estatisticamente significativos, reafirmando sua importância como preditores do voto do eleitor brasileiro. Quanto maior o nível de escolaridade, maior a probabilidade de voto em Marina, em relação a Dilma. Em todas as simulações, a identificação partidária com o PT incrementou as chances de voto em Dilma. Com peso bastante acentuado, a avaliação retrospectiva do governo Lula foi o fator que, no modelo, mais aumentou as chances de voto em Serra e Marina, em detrimento de Dilma.

No que tange à variável corrupção, não houve significância estatística em nenhuma das relações. A insistência na exposição dos escândalos de corrupção do governo, portanto, parecem não ter resultado em probabilidade de voto contra a candidata do governo. Os resultados das interações indicam não haver, no primeiro turno de 2010, relevância estatística na interação “corrupção-nível de informação política”, para nenhuma das relações estudadas, assim como para a interação “corrupção-ideologia”. Semelhantemente ao modelo sem interação, os eleitores mais à direita preferiram Serra (+0,46) e Marina (+0,43) à Dilma. Chama mais a atenção a probabilidade de voto de eleitores à direita em Marina, que se constituiu em terceira via, não necessariamente de direita.

## **Eleições 2010: Segundo Turno**

A análise das tabelas de regressão logística multinomial, para o segundo turno das eleições de 2010, indica que não há uma tendência de que o aumento da idade acentua a chance de votos em Dilma, em relação aos brancos e nulos. Da mesma forma que no primeiro turno, quanto maior o nível de escolaridade, menor a probabilidade de voto em Dilma, sendo relevante a relação Dilma-Não Voto.

A identificação partidária com o PT aumentou, novamente, e de forma significativa, a probabilidade de voto em Dilma em relação a Serra. A má avaliação do governo Lula, por sua vez, aumentou a chance de votos a José Serra e ao Não Voto. Desde 2002, essa variável se comporta de forma contrária ao governo que está disputando a reeleição. Em 2010, cumpre mencionar a importância da variável ideologia na composição do voto do eleitor. Quanto mais à direita, maior a chance do voto não ser para a candidata Dilma, em relação à Serra, com significância estatística. Este dado não surpreende, dado o teor das eleições presidenciais de 2010, quando temas de cunho moral, típicos do discurso de direita, como o combate ao aborto, foram trazidos à discussão. A significância estatística aponta que, no segundo turno, esse foi um preditor importante, ou até mesmo que, para o debate engendrado, o espectro ideológico fez diferença na escolha do eleitor.

No modelo sem interação, observa-se que o nível de informação política tendeu a favorecer levemente a candidata Dilma, em detrimento do candidato Serra. Fato interessante é que o nível de informação política encontrou significância na relação Dilma-Não Voto (-0,27), apontando que quanto mais informado o eleitor maiores as chances de votar em Dilma do que não votar (branco ou nulo). Eleitores bem informados, portanto, preferiram votar na candidata Dilma a não votar. A percepção da corrupção, entretanto, não foi relevante em nenhuma relação analisada.

Tabela 33 - Regressão Logística Multinomial para escolha eleitoral no segundo turno das eleições de 2010 (sem interação).

Variáveis	Dilma-Serra	Dilma-Não Voto
Intercepto	1,09 (0,46)*	-1,11 (0,88)
Nível de Informação Política	-0,07 (0,08)	-0,27 (0,15)†
Escolaridade	0,11 (0,07)	0,44 (0,14)**
Avaliação Retrospectiva Governo Lula	1,27 (0,36)***	0,36 (0,63)
Corrupção	0,06 (0,07)	-0,05 (0,13)
Economia	-0,07 (0,1)	-0,38 (0,24)
Identificação Partidária (PT)	-0,38 (0,02)***	-0,32 (0,04)***
Idade	0 (0)	0 (0,01)
Ideologia	0,79 (0,17)***	0,27 (0,32)
Ideologia (Não Respondente)	0,34 (0,17)*	0,35 (0,3)
Raça (Amarelo)	0,17 (0,63)	-1,12 (1,2)
Raça (Indígena)	-0,13 (1,07)	0,78 (1,32)
Raça (Pardo/Moreno)	-0,43 (0,13)**	-0,2 (0,26)
Raça (Preto)	-0,62 (0,21)**	-0,07 (0,37)
Sexo (Feminino)	0,1 (0,13)	-0,26 (0,24)

n= 1779, R<sup>2</sup>=0,223

Erro Padrão em parênteses

† significativo a 10%; \* significativo a 5%; \*\* significativo a 1% \*\*\* significativo a 0,1%

Fonte: ESEB 2010, elaboração própria.

Para o segundo turno de 2010, no modelo com interação, a avaliação retrospectiva do governo Lula, a identificação partidária e a escolaridade novamente se apresentaram como preditores consistentes do voto.

Tabela 34 - Regressão Logística Multinomial para escolha eleitoral no segundo turno das eleições de 2010 (com interação).

Variáveis	Dilma-Serra	Dilma-Não Voto
Intercepto	1,54 (0,5)**	-1,3 (0,94)
Nível de Informação Política	-0,13 (0,09)	-0,11 (0,18)
Corrupção: Nível de Informação Política	0,1 (0,09)	-0,31 (0,18)†
Escolaridade	0,1 (0,07)	0,43 (0,14)**
Avaliação Retrospectiva Governo Lula	1,26 (0,36)***	0,35 (0,63)
Corrupção	-0,51 (0,28)†	0,56 (0,5)
Economia	-0,05 (0,1)	-0,37 (0,24)
Identificação Partidária (PT)	-0,38 (0,02)***	-0,32 (0,04)***
Idade	0 (0)	-0,01 (0,01)
Ideologia	0,5 (0,22)*	0,2 (0,41)
Corrupção:Ideologia	0,36 (0,18)*	0,09 (0,35)
Ideologia (Não Respondente)	0,01 (0,21)	0,18 (0,38)
Ideologia (Não Respondente):Corrupção	0,44 (0,17)*	0,23 (0,31)
Raça (Amarelo)	0,12 (0,62)	-1,18 (2,4)
Raça (Indígena)	-0,24 (1,09)	0,85 (1,32)
Raça (Pardo/Moreno)	-0,44 (0,13)***	-0,21 (0,26)
Raça (Preto)	-0,65 (0,21)**	-0,12 (0,38)
Sexo (Feminino)	0,1 (0,13)	-0,28 (0,24)

n= 1779, R<sup>2</sup>=0,227

Erro Padrão em parênteses

† significativo a 10%; \* significativo a 5%; \*\* significativo a 1% \*\*\* significativo a 0,1%

Fonte: ESEB 2010, elaboração própria.

O valor -0,31 indica que o impacto da corrupção no voto em Dilma, comparado ao Não Voto, muda em eleitores mais bem informados. O coeficiente condicional da variável corrupção é +0,25  $(-0,31+0,56)$ , informando que a variável nível de informação política reduz a probabilidade de voto em Dilma, em relação ao Não Voto, não sendo capaz de alterar a direção do voto. Os eleitores, portanto, continuam tendendo a votar em Dilma, em linhas gerais. Como a variável nível de informação política possui quatro valores, pode-se pensar que os mais informados teriam um coeficiente de  $(0,56-(4*0,31))=-0,68$ . Nesse sentido, os eleitores mais informados reverteriam a probabilidade de voto, significando que prefeririam o Não Voto. Uma forma de averiguar se isso ocorreria é calcular os erros padrão condicionais, de forma a analisar se o coeficiente é estatisticamente significativo, mas isso não será feito nesse trabalho. O efeito da corrupção pareceu aumentado pela informação política.

No que diz respeito à interação entre “corrupção” e “ideologia”, houve significância estatística na relação Dilma-Serra (+0,36). Este valor indica que o impacto da corrupção no voto em Dilma, comparado a Serra, é maior nos eleitores orientados à direita do espectro ideológico. Assim, o coeficiente condicional de “corrupção” seria -0,15  $(+0,36-0,51)$ , significando que os eleitores à direita diminuiriam a probabilidade de voto em Dilma, não sendo capazes, entretanto, de alterar a direção do voto no cômputo geral. Importante observar que a ideologia, no modelo com interação, aparece estatisticamente significativa ao aumentar a probabilidade de voto em Serra (+0,5). No que tange à percepção de corrupção, contudo, o sentido é inverso, favorecendo a candidata Dilma (-0,51). Esses dados apontam para o fato de que o eleitor, diante dos escândalos de corrupção propagados pela mídia ainda assim mantiveram suas preferências na candidata do PT.

De forma geral, a análise dos três períodos eleitorais, apontam que as análises interativas permitiram verificar a influência isolada de certas interações sobre a importância dada à corrupção nas últimas três eleições. A identificação partidária com o PT foi uma variável de fundamental importância na preferência por voto em Lula e Dilma, respectivamente, sobre seus concorrentes para as eleições de 2006 e 2010, em ambos os turnos e considerando-se os dois modelos utilizados. Em 2010, quando é avaliada a ideologia do entrevistado em conjunto com a percepção de corrupção, não se encontrou significância. Aliás, a ideologia só foi significativa, em 2010, para a probabilidade de voto em Marina.

Quanto à avaliação do governo, foi possível observar uma diferença em sua influência ao compararmos as eleições de 2002 com as de 2006 e 2010. Na primeira, há uma probabilidade maior de recebimento de votos do candidato Lula, independente de qual tenha sido a avaliação do governo FHC feita pelo eleitor. Para os anos de 2006 e 2010, entretanto,

observam-se coeficientes positivos e de valores altos, o que indica o favorecimento dos concorrentes do candidato tido como referência, Lula e Dilma respectivamente. Ou seja, a má avaliação dos governos de Lula entre 2002 e 2006, e entre 2006 e 2010, foi um fator significativo na probabilidade do voto ser em um candidato da oposição.

Ao se comparar os modelos com e sem interação, verifica-se que o acréscimo das interações, em geral, não foi significativo para o modelo, porém foi de fundamental importância para compreender quais grupos de eleitores optaram por determinados candidatos. Em alguns casos, o modelo alterou a percepção sobre a variável corrupção.

#### 4.5 OS DADOS APRESENTADOS E AS HIPÓTESES

Nesta seção serão apresentadas as hipóteses ( $H_n$ ) constituintes desse trabalho, seguidas dos dados que as apoiam ou as refutam.

**H1: *A percepção sobre a corrupção, como determinante do voto, tem efeito residual na escolha do eleitor (voto) nas eleições presidenciais de 2002, embora ganhe peso maior nas eleições de 2006 e de 2010.***

A corrupção, como dito, não foi tema marcante das eleições de 2002, momento em que o retorno de outros problemas internos, como inflação, desemprego e segurança energética ganharam maior peso relativo nos debates. Em 2006 e 2010, entretanto, os escândalos de corrupção ganham relevo como definidor de voto, em virtude dos sucessivos casos evidenciados pela imprensa. Das informações extraídas da amostra de 2002, observamos que apenas 2,3% dos entrevistados apontaram a corrupção como o maior problema do Brasil naquele momento. Há, claramente, uma ampliação da percepção de corrupção como maior problema nacional em 2006, quando 39,4% dos entrevistados assim se expressaram. Em 2010, apesar de um arrefecimento nas percepções sobre a corrupção, 32% dos eleitores da amostra manifestaram que a corrupção era o maior problema nacional naquele período.

Pode-se, ainda, segmentar por escolaridade, gênero e ideologia os grupos que consideravam a corrupção como o maior problema nacional. Em 2002, no que se refere à ideologia, a maioria das pessoas que expressaram esse julgamento estavam ideologicamente localizadas no centro do *continuum* ideológico, mostrando certo equilíbrio de forças ideológicas. Em 2006, entretanto, há uma expressiva mudança no perfil daqueles que consideravam a corrupção como maior problema nacional. Além dos eleitores de centro, há um forte deslocamento para a direita nos eleitores que assim se manifestavam. Em 2010, de forma ainda mais acentuada, os eleitores à direita se manifestaram que a corrupção realmente era o grande problema nacional. A distribuição das frequências, que até 2006 era uma curva normal, passa a não mais ser representada por uma curva normal. A quantidade de eleitores à direita cresceu sensivelmente.

Embora a questão da corrupção tenha realmente ganho maior peso no ideário da população como um problema a ser enfrentado, não se pode afirmar, a partir desses dados que, enquanto determinante do voto, a corrupção ganhou mais peso nas eleições de 2006 e 2010. As análises das regressões logísticas de 2002, realmente apontam para um efeito muito



diminuto da corrupção como preditor de voto, sem relevância estatística. Com a interação, percebemos que as questões ideológicas pouco ou nada influenciaram a decisão do voto, quando o eleitor se posicionava indicando a corrupção como maior problema nacional.

Em 2006, esperava-se uma maior participação da corrupção como preditor dos votos, dada a sequência de escândalos noticiados no país e que afetavam diretamente o governo Lula. Tanto no primeiro quanto no segundo turno, há um incremento de fato, verificado pelo aumento dos coeficientes das variáveis, da importância da corrupção como determinante do voto no modelo, mas ainda assim sem significância. Fatores de mais longo prazo, como a identificação partidária, bem como questões pragmáticas, como a avaliação retrospectiva do governo, apresentaram-se como determinantes mais confiáveis no modelo. Importante observar, apenas, que no primeiro turno de 2006, no que tange a corrupção, Cristovam (+1,04) apresenta clara vantagem sobre Lula, sendo significativos os achados. No modelo com interação, Cristovam (+4,13) tem ampla vantagem sobre Lula. No modelo com interação, para o segundo turno de 2006, não há significância estatística quanto à percepção de corrupção, o que parece contrafactual, tendo em vista que o governo estava debaixo de diversos escândalos de corrupção. Essa relação pode corroborar a tese de que ideologia e lealdades partidárias servem como escudo (*shield*) contra as acusações de corrupção (POWER; TAYLOR, 2011), no caso de Cristovam e Lula. O eleitor preferiria votar em um candidato do mesmo espectro ideológico, punindo o candidato principal, no primeiro turno, mas concedendo um “perdão” no segundo turno (RENNÓ; HOEPERS, 2010).

Em 2010, também notamos um incremento, em relação a 2002, dos coeficientes da variável corrupção, o que pode indicar uma maior importância explicativa no modelo. Importante notar que, no primeiro turno (com e sem interação), nenhuma relação foi significativa. A inclusão, entretanto, da interação, no segundo turno, aponta que a corrupção, obteve relevância na relação Dilma-Serra, sendo favorável à candidata do PT. No segundo turno, a presença de interação com ideologia, apresentou significância, podendo alterar o sentido do voto.

Observou-se, portanto, que a distribuição de frequências apontava para uma maior importância do tema corrupção nas eleições, como foi mostrado. Após as análises de regressão para os três períodos eleitorais, percebeu-se uma crescente importância da variável corrupção, que começou a ter significância estatística para algumas relações a partir de 2006, fazendo crer que a hipótese é verdadeira. É preciso, entretanto, apontar que há necessidade de

mais estudos, já que em poucos casos havia significância estatística para afirmar peremptoriamente a importância da variável no modelo.

**H2: *Quanto maior a identificação ideológica do eleitor com o candidato acusado, maior a probabilidade de que o eleitor mantenha seu voto, ou o conceda a outro candidato mais próximo do seu espectro ideológico.***

Dado o multipartidarismo, o eleitor sofrerá ambivalência, por um lado reprovando o comportamento corrupto do candidato ou do partido, e por outro pretendendo manter suas posições ideológicas. Nessa hipótese, espera-se confirmar as observações de Rennó (2007), que apontou que as lealdades de longo prazo, como preferência partidária e ideológica, funcionam como escudo (“*shield*”) na escolha eleitoral. Pode-se dizer que os eleitores punem o candidato acusado no primeiro turno, exercendo um voto estratégico punitivo (Hoepers e Rennó, 2000) e aproveitando-se da institucionalidade para manter suas preferências de mais longo prazo.

Essa hipótese aponta para a confirmação da tese de que há uma espécie de deficiência na contabilidade democrática (PRZEWORSKI; STOKES; MANIN, 1999), a qual só é exercida no momento das eleições, faltando instrumentos institucionais que vinculem a representação democrática e a *accountability*. Os dados apontam, em primeiro lugar, uma restrição metodológica, já que se refere a uma variável de autolocalização do eleitor. Rennó (2007) relembra que, nos dados do ESEB 2006, 41% da amostra não soube se posicionar no *continuum* esquerda-direita. Apesar desse fato, não podemos excluir essa variável, sob pena de cometer erro na especificação do modelo. Para minorar esse problema, tratou-se a variável “ideologia” como uma sequência de *dummy*, em que valores de 0 a 5 foram recodificados 0 (esquerda), e valores superiores foram recodificados 1 (direita), tendo como referência os eleitores de direita. O valor 2 foi imputado àqueles que não souberam se posicionar na escala. Diversos estudos apontam para a importância da identificação ideológica na conformação do voto do eleitor brasileiro (Singer, 1999; CARREIRÃO, Y.S. 2007), razão pela qual se entendeu importante manter a variável no modelo.

Nesse sentido, observamos que, em 2002, nos modelos com e sem interação, houve grande importância estatística para essa variável. Com os dados de 2002, não fica claro se o eleitor manteria voto no candidato acusado ou o transferiria para outro candidato do mesmo espectro ideológico. Relembre-se, afinal, que nas eleições de 2002, não houve nenhum grande escândalo que influenciasse as eleições. A interação entre corrupção e ideologia não

obteve significância estatística, nem no primeiro nem no segundo turno das eleições. Esse dado poderia apontar se a aproximação do eleitor à direita tenderia a aumentar ou diminuir a probabilidade de voto em Lula, considerando a variável independente focal “corrupção”. Dentre os eleitores que destacaram a corrupção como grande problema nacional, não houve uma significância daqueles de direita na probabilidade de voto em Lula.

Em 2006, tanto no modelo sem interação quanto no modelo com interação, a ideologia foi significativa. No primeiro turno, os eleitores mais ideologicamente à direita aumentaram a probabilidade de voto em Alckmin, se comparado a Lula. Ainda no primeiro turno, considerando-se a interação, foi significativa a probabilidade de que os eleitores de direita votassem em Alckmin, e não em Lula. Esses resultados são os esperados, já que os eleitores ideologicamente à direita mantiveram voto no candidato contra o qual as acusações de corrupção importavam naquele momento. Ainda que sem significância estatística, observa-se no primeiro turno uma tendência de voto favorável a Lula, quando se relacionam outros candidatos mais à esquerda (Heloísa Helena, por exemplo). Não houve relevância estatística na interação entre corrupção e ideologia.

No segundo turno de 2006, nos dois modelos houve significância estatística. Os dados, portanto, apontam uma maior probabilidade de voto em Alckmin para os eleitores mais à direita do espectro ideológico, quando comparado à decisão de voto em Lula. Nesse caso, observa-se que o eleitor à direita, provavelmente em virtude dos escândalos de corrupção, optou pelo voto em Alckmin. Este dado é claramente factual, já que se observou uma maior distribuição de frequência de eleitores à direita entre aqueles que consideravam a corrupção como um dos maiores problemas nacionais. Nesse ano, cumpre observar a pletera de escândalos de corrupção, como o Mensalão, o caso Waldomiro Diniz e o das Sanguessugas. Ainda que não seja estatisticamente significativa, observou-se uma propensão do eleitor em votar em Cristovam, e não em Lula, o que pode indicar a tese de que o eleitor poderia votar em candidatos do seu espectro ideológico. A interação não produziu, ademais, efeitos estatisticamente significantes para a relação corrupção-ideologia no segundo turno, destacando que o posicionamento ideológico não atenuou a probabilidade de votar em Lula, não sendo suficiente para reverter a tendência de voto.

Em 2010, a ideologia aparece, no primeiro turno, como estatisticamente significativa para a relação Dilma-Serra e Dilma-Plínio. Os dados parecem, assim, apontar para uma clivagem ideológica dentro da esquerda, tendo os eleitores mais à direita preferido o voto em Plínio, o que parece inusitado. No modelo com interação, houve uma preferência dos

eleitores de direita por Marina, em detrimento de Lula. A terceira via proposta pela candidata do PV fez migrar os votos que, em tese, seriam destinados à candidata do PT, estabelecendo que, diante da miríade de escândalos e dos problemas do governo, houve migração de votos do eleitor de esquerda. Interessante observar que a significância estatística só ocorreu para Marina, que se encontra no mesmo lado do espectro ideológico da candidata do governo, e não para Plínio, no modelo com interação. No primeiro turno, esse resultado parece apontar para o voto estratégico punitivo.

Em consonância com a maior distribuição de eleitores à direita, entre os que consideraram a corrupção como grandes problemas nacionais, houve significância estatística para essa interação. Em 2010, escândalos – como o de Erenice Guerra e a compra de dossiês contra candidatos da oposição – envolvendo colaboradores próximos à candidata, solapariam, em tese, a candidatura petista. Esse fato, entretanto, não aconteceu. No primeiro turno, não houve significância estatística na interação entre corrupção e ideologia, o que significa que a interação não potencializou o efeito das variáveis na escolha eleitoral por Dilma. No segundo turno, entretanto, a interação produziu resultado claramente favorável a Serra. Quanto mais à direita no espectro ideológico, a probabilidade de considerar a corrupção como grande problema político nacional e, ao mesmo tempo, votar em Dilma diminuía. Assim, a ideologia atuou como variável moderadora, proporcionando impacto na decisão de voto, quando vinculada às pessoas que consideraram a corrupção como grande problema nacional.

Esses dados apontam, em primeiro lugar, para a confirmação das teses que conferem peso à ideologia na formação das preferências dos eleitores brasileiros (Singer, 1999; Carreirão, Y.S, 2007). Em 2002, praticamente não houve importância. Nas demais eleições, entretanto, ocorreram mais presença de significância estatística para as relações envolvendo ideologia. Em segundo lugar, os dados sugerem que o eleitor manteve seu voto ideológico, preferindo, em casos de escândalos de corrupção, candidatos mais próximos ao seu espectro ideológico, como no caso de Marina em 2010. Em 2006, diante da possibilidade de voto em Alckmin, os eleitores à direita preferiram significativamente manter seu voto em Alckmin. As categorias de referência, Lula e Dilma, em 2006 e em 2010 respectivamente, sempre foram ligeiramente suplantados por seus opositores.

**H3: O desempenho da economia impacta as decisões de voto nos candidatos do governo, em situações de campanha eleitoral com escândalos de corrupção.**

Em caso de o desempenho da economia ser satisfatório diante do eleitor, o candidato ou partido à reeleição (*incumbent*) será positivamente influenciado. Em 2002, 53,2% dos eleitores identificaram a economia como o maior problema do país. Dos que citaram a economia como maior problema, 54,4% escolheram votar em Lula, que então era candidato da oposição. Em 2006, esses valores diminuem, já que apenas 14,5% dos entrevistados apontaram a economia como maior problema nacional. Dentre esses eleitores, 57,7% e 66,4% votaram em Lula respectivamente no primeiro e no segundo turno de 2006. Em 2010, apenas 10% dos entrevistados acreditavam que a economia era o maior problema do país. Apenas 7% dos entrevistados consideravam, em 2010, a economia como o segundo maior problema do país. Esses dados, *per se*, apontam que os problemas da economia impediram a vitória do PSDB nas eleições de 2002, e proporcionaram a reeleição de Lula em 2006, bem como a vitória de Dilma em 2010.

Essa hipótese visa a testar se o eleitor brasileiro confere importância para um dos mais estudados condicionantes do voto, a economia. Em geral, parte-se do pressuposto de que os eleitores foram suas preferências retrospectivamente (RENNÓ; SPANAKOS, 2006), podendo punir ou recompensar candidatos nas urnas, com base no que fizeram ou deixaram de fazer. Essa abordagem pressupõe um eleitor atento à política e ciente de que a representação exige certo nível de *accountability* (FIORINA, 1978; PRZEWORSKI; STOKES; MANIN, 1999).

Nesse sentido, cumpre observar que, para efeitos de teste, apenas os anos de 2006 e 2010 serão analisados, já que, em 2002, não houve qualquer escândalo de corrupção que influenciasse decisivamente as eleições. Apesar de não haver escândalos nas eleições, o candidato Lula obteve maior probabilidade de voto, quando comparado ao Não Voto, o que pode ser caracterizado como a presença de um político que mudaria os rumos da economia do país. Ao observar as regressões logísticas multinomiais de 2006, no primeiro e no segundo turno, percebe-se que a variável economia não obteve significância estatística. Sempre houve uma tendência, entretanto, de voto contrário ao candidato referência, Lula. A fim de que fosse possível provar esta hipótese, seria necessário que a percepção da economia se apresentasse de forma contundente no modelo. Não foi, entretanto, o que ocorreu. Em 2006, como os fatos indicam, a economia não era um grande problema nacional, possivelmente não afetando decisivamente a decisão do voto.

Em 2010, da mesma forma que em 2006, a variável não se apresentou com significância estatística na maioria dos casos. Em todas as regressões, os valores favoreciam os candidatos de referência (Lula e Dilma), mas não possuíam significância, o que torna difícil qualquer conclusão. A única relação significativa foi no primeiro turno, no modelo com interação, no qual a candidata Dilma teve maior probabilidade de voto em relação a Marina Silva. Sabe-se que 2006 e 2010 foram anos em que os escândalos de corrupção guiaram grande parte do debate eleitoral. Nesse caso, a fim de que a hipótese pudesse ser confirmada, seria necessária a preponderância dessa variável no modelo. Observou-se que, em quase nenhum caso, houve significância.

Em verdade, notou-se que, à exceção de 2002, o tema economia não foi concebido como se fosse grande problema nacional, tendo as questões de fundo moral, como a corrupção tomado mais espaço nas discussões. Esse fato aponta para duas explicações, pelo menos: (i) a hipótese nula seria correta, ou seja, em situação de campanhas eleitorais com escândalos de corrupção, a economia não tem influência na decisão do voto; ou (ii) há um problema metodológico para averiguar o real impacto da economia sobre a formação das preferências do eleitor, a partir das questões do ESEB. Como se trata de uma questão na qual o entrevistado aponta abertamente o que considera como problema, não se saberá exatamente o que o entrevistado entende por questões econômicas. Além disso, no próprio questionário há questões sobre avaliação retrospectiva dos governos Lula, e sempre os dados apontam, com significância estatística, para a maior probabilidade de voto no PT em comparação aos seus opositores. Parte dessa “satisfação” retrospectiva com o governo deve-se às políticas de distribuição de renda, à diminuição das desigualdades sociais, ao alto preço das *commodities* e da baixa taxa de juros internacionais (CAMPELLO; ZUCCO, 2013; SINGER, 2012), que são, em suma, questões econômicas. Há, portanto, certa sobreposição nas interpretações das variáveis por parte dos eleitores. Não foi possível, assim, apoiar essa hipótese, a partir dos dados.

**H4: *Quanto melhor a avaliação do governo no momento das eleições, ainda que sob escândalos de corrupção, maiores as chances de o resultado eleitoral ser favorável ao governo.***

Essa hipótese também avalia o caráter retrospectivo na formação das preferências do eleitor. Em síntese, trata-se de saber se o eleitor pune ou recompensa governos segundo suas obras enquanto no poder. No primeiro turno de 2002, por exemplo, apenas 40% dos entrevistados avaliaram o governo como bom. Desses entrevistados apenas 33,3% votaram

no candidato do governo (Serra), enquanto 42,9% preferiram votar no candidato opositor (Lula). A avaliação de desempenho do governo, portanto, teve influência na decisão do voto.

Em 2006, 76% dos entrevistados consideravam o governo bom, sendo que desse 82,9% preferiram votar em Lula. À diferença de 2002, quando não houve escândalos de corrupção, nota-se que a avaliação positiva do governo, mesmo sob ataque midiático dos escândalos, foi definidora para a escolha do voto. Em 2010, 93,7% dos entrevistados consideravam o governo bom. Desse total, 52,2% resolveu votar na candidata do governo, Dilma Rousseff. Ainda considerando o governo bom, 26,8% dos eleitores votaram em Serra, candidato da oposição. A estatística descritiva dos dados aponta, preliminarmente, que a hipótese será confirmada.

Analisando as regressões logísticas para todos os períodos eleitorais em discussão, observa-se que, em 2002, dada a má avaliação do governo FHC, a maioria dos coeficientes das regressões apontavam maiores probabilidades de voto em Lula do que em todos os demais candidatos. Em 2006, entretanto, o modelo apresenta sempre coeficientes estatisticamente significantes. Contudo, para todas as simulações, o candidato referência, Lula, tem diminuída a probabilidade de voto quando comparado aos seus opositores. Diante da boa avaliação dos governos do PT, desde 2003, conforme os dados descritivos acima demonstram, o resultado das regressões parece um paradoxo, já que os respondentes consideravam o governo bom, mas os resultados das regressões favorecem sempre os candidatos opositores.

Em 2010, da mesma forma que em 2006, a maioria dos dados se apresenta como estatisticamente significantes. Ocorre, entretanto, que a candidata referência, Dilma, sempre tem menor probabilidade de voto que seus opositores. A má avaliação do governo Lula (2006-2010) foi o grande “tirador” de votos da candidata Dilma. O fator retrospectivo pareceu funcionar bem, quando o modelo fez alusão à péssima avaliação do governo FHC. Naquela ocasião, os eleitores tenderam a votar em Lula. Nas duas eleições subsequentes, entretanto, há indícios descritivos de que os entrevistados avaliaram positivamente o governo Lula. O resultado das regressões, contudo, apontam maior probabilidade voto nos opositores, em detrimento das categorias de referência. Dessa forma, não se conseguiu confirmar a hipótese acima, embora acredite-se que um refinamento metodológico maior poderá solucionar esse paradoxo.

**H5: *Quanto maior o nível de informação política, menor a probabilidade de que o eleitor vote no candidato acusado.***

Esta hipótese deriva do fato de que a corrupção só será um fator que gerará punição do eleitor caso o eleitor tenha informação política ampla. O conhecimento político, sem dúvida, é um instrumento importante para a consolidação do regime democrático (CARPINI; KEETER, 1997; TURGEON; RENNÓ, 2010) e, em decorrência desse fato, acredita-se que a democracia funciona melhor quando seus cidadãos são politicamente informados (CARPINI; KEETER, 1997). Utilizando do método criado por Delli Carpini e Keeter (1997), que consideram o conhecimento político a gama de informações factuais armazenadas pelo eleitor no longo prazo, utilizou-se questionamento do ESEB, disponível apenas nos anos 2006 e 2010, que, a partir de questões factuais sobre política, conferia maior ou menor nível de informação política ao eleitor. Essa variável escalar conferia, a partir de quatro perguntas, um ponto para cada resposta correta do entrevistado. Os entrevistados mais bem informados, portanto, foram aqueles que acertaram mais questões.

A derivação mais ampla reside na aceitação de que o eleitor mais bem informado puniria candidatos acusados de corrupção ou que estivessem envolvidos com os escândalos. A informação política com um recurso escasso na sociedade, repleta de eleitores medianos, teria, portanto, uma importância singular, já que produziria cidadãos mais atentos e capazes de cobrar dos seus representantes, retrospectivamente, comportamentos mais condizentes com a função pública. Se os eleitores com mais informações as utilizam para recompensar ou punir os candidatos, então a informação política é um instrumento poderoso para a “contabilidade democrática” (PRZEWORSKI; STOKES; MANIN, 1999).

Como as informações disponíveis aos entrevistados não dizem respeito a políticas públicas específicas, não foi possível avaliar a possibilidade de que eleitores com mais informações fazem uso do conhecimento político geral para avaliar informações sobre políticas específicas (BARTELS, [s.d.]; GILENS, 2001). No Brasil, já há indícios de que os eleitores utilizam informações adicionais para formarem suas preferências em relação a alguns *issues* (TURGEON; RENNÓ, 2010). Para essa avaliação, o que se esperava era apontar apenas se eleitores mais bem informados tenderiam a não votar em candidatos que sofrem, à época das eleições, acusações de corrupção.

A análise dos dados de 2006 e 2010 do ESEB traz informações valiosas sobre o conhecimento político e sua distribuição no eleitorado. Em 2006, por exemplo, momento em



que escândalos de corrupção pautavam as discussões eleitorais, o maior conhecimento político estava concentrado em dois candidatos no primeiro turno Lula e Alckmin. Importante destacar que os eleitores de Lula e Alckmin, em 2006, eram compostos tanto daqueles com muita informação, como daqueles com poucas informações políticas (cf. Figuras 14 e 15). Nessas eleições, cumpre notar que os eleitores mais bem informados foram disputados por Lula e Alckmin. Em princípio, segundo a hipótese, os votos deveriam ser direcionados, com o maior nível de informação política, para os candidatos Alckmin, Heloísa Helena ou Cristovam. A distribuição de frequências, entretanto, não aponta para essa informação, que poderá ser mais bem avaliada quando se observar as regressões logísticas.

Em 2010, a distribuição do conhecimento político do eleitor – conforme a intenção de votos no primeiro e no segundo turno do pleito – indica uma distribuição muito simétrica entre os três principais candidatos (Dilma, Serra e Marina). As tabelas 22 e 23 apontam uma concentração de eleitores com conhecimento moderado e alto para todos os três candidatos. Não se pode, portanto, afirmar que o maior ou menor nível de conhecimento político do eleitor o tenha impulsionado a votar contra a candidata que, naquele pleito, sofria mais com os escândalos de corrupção, já que todos os principais candidatos obtiveram distribuições muito simétricas.

Os dados da regressão logística multinomial, que contém a variável “nível de informação política”, apontam que não houve significância estatística nos modelos. Quanto maior o conhecimento político do eleitor, maiores as chances de voto em Dilma (-0,27), sendo estatisticamente significativo, se comparado ao Não-Voto no segundo turno das eleições de 2010. Esse resultado não vai ao encontro da hipótese de que o eleitor mais informado preferiria não votar no candidato acusado. Ao contrário, o eleitor preferiu votar no acusado a não votar. Quando, entretanto, interagiu-se corrupção e nível de informação política, em 2006, não se encontrou resultados relevantes.

Em 2006, no primeiro turno, só houve relevância estatística quando se comparou Lula a Cristovam (-1,09), tendo os eleitores mais bem informados preferido votar no candidato do PT. A interação produziu resultados significativos. No segundo turno, nos modelos sem e com interação, não encontramos significância estatística. Há, entretanto, a tendência de que o eleitor mais bem informado alterasse a direção do voto, demonstrando a importância do nível de informação política, se os coeficientes condicionais forem significativos.

Observa-se que o nível de informação política não se apresentou, de forma robusta, como uma variável definidora no modelo. Mais precisamente, o maior conhecimento político dos eleitores, a partir dos dados amostrais, não foi variável robusta para a formação das preferências eleitorais. Não foi possível atestar que o nível de informação política do eleitor é um preditor forte para a formação das preferências na época eleitoral. Os resultados, entretanto, apontam que a hipótese pode estar correta, necessitando de mais estudos.

## Capítulo 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate eleitoral, por ocasião das eleições presidenciais de 2006 e de 2010, acirrou discussões sobre a corrupção. Balcões de negócios em instituições públicas, tráfico de influência em órgãos do Executivo federal, venda de sentenças judiciais, nepotismo, dentre inúmeras outras práticas, são corriqueiramente noticiadas na época das eleições presidenciais no Brasil. As estratégias eleitorais dos partidos políticos, acusados ou não de corrupção, utilizam-se dos escândalos de corrupção para angariar votos. Em 2006, Lula reelegeu-se presidente da República, ainda que recaíssem sobre seu partido graves acusações de corrupção. Em 2010, a candidata Dilma Rousseff também enfrentou uma disputa eleitoral repleta de escândalos de corrupção.

Essa dissertação teve como objetivo, em linhas gerais, entender a relação entre a decisão do voto e os escândalos de corrupção. A primeira observação factual é a de que a deflagração dos escândalos de corrupção não foi capaz de alterar o resultado eleitoral previsto pelas pesquisas de opinião, ainda que estes recaíssem sobre os candidatos a reeleição ou apoiados pelo partido que tentava manter-se no poder. Diante disso, questionou-se o efeito da corrupção nas intenções de voto. Aparentemente, os eleitores brasileiros não se importam com a corrupção, já que Lula e Dilma foram eleitos, poder-se-ia afirmar. A corrupção pode ser aceita como comportamento esperado dos políticos, sendo traço distintivo de nossa democracia. Para além dessas inquietações, procurou-se ponderar o caráter mediador da ideologia do eleitor condicionando o impacto da corrupção no voto. Da mesma forma, ponderou-se o efeito moderador do nível de informação política influenciando interativamente outras variáveis explicativas do voto, como a percepção de corrupção.

De qualquer forma, sabe-se que a corrupção é uma marca de nossa vida pública (AVRITZER; FILGUEIRAS, 2011). A despeito de ser uma característica de nossa vida pública, encontrou-se na literatura que a corrupção gera desincentivos para a economia e para os investimentos (KAUFMANN; CHERYL, 1998), sem contar que produz resultados devastadores para a democracia representativa, uma vez que afeta a relação entre representantes e representados, gerando uma deficiência na “contabilidade democrática” (PRZEWORSKI; STOKES; MANIN, 1999). A possibilidade de sanções dos eleitores é fundamental para o controle do comportamento oportunista dos representantes, o que pode minorar alguns efeitos perversos da governabilidade. Esse elemento de julgamento e sanção *a posteriori* caracteriza a *accountability* (PRZEWORSKI; STOKES; MANIN, 1999), mais

precisamente a *accountability* vertical manifestada na relação entre o eleitor e o representante eleito (Power & Taylor, 2011; L. Rennó & Spanakos, 2006). O momento das eleições funcionaria como o recurso institucional para permitir que o eleitor responsabilize e, conseqüentemente, puna os políticos envolvidos com escândalos de corrupção.

Os eleitores brasileiros, nas duas últimas eleições presidenciais, apoiaram candidatos cujos partidos estavam envolvidos com escândalos de corrupção. Em última análise, pode-se dizer que os eleitores apoiaram partidos permeados por evidências de corrupção. Algumas explicações foram testadas nesse trabalho, como a existência de determinantes de mais longo prazo para determinar o voto, bem como fatores mais circunstanciais, como os próprios escândalos. O fato é que o fenômeno da corrupção, em suas mais variadas facetas (ADES; DI TELLA, 1999; AVRITZER; FILGUEIRAS, 2011; KAUFMANN; CHERYL, 1998; MENEGUELLO, 2011; SHEN; WILLIAMSON, 2005), não é popular. Ao contrário, trata-se de um fenômeno constrangedor para o aprimoramento democrático, tornando-se essencial analisá-lo. Corriqueiramente, as pessoas manifestam-se contrariamente ao fenômeno, o que é salutar, mas o instrumento de sanção do comportamento corrupto (as eleições) não consegue expressar essa percepção pública. Ou as instituições não conseguem refletir essa insatisfação, ou os eleitores não a consideram um fenômeno capaz de alterar suas preferências. Essa dissertação lidou com o aspecto das preferências do eleitor.

Uma das inferências gerais desse estudo é de que, de tão comum na vida política brasileira, os eleitores não conseguem mensurar o nível de corrupção, possuindo preferências inconsistentes (KURER, 2001). Já que se trata de um fenômeno tão alastrado na política nacional, tanto faz o voto em um ou em outro candidato. Por essa razão, acredita-se que os eleitores e a mídia manifestam um sentimento de repulsa midiática ao fenômeno, mas o fenômeno não determina, de forma robusta, a escolha do eleitor. Este trabalho aproxima-se das conclusões de Seligson (2002), que argumenta que há perda de legitimidade e, conseqüentemente, de confiança dos cidadãos em relação ao governo quando a corrupção acontece. O efeito nas decisões de voto mostrou-se pequeno, porém não desprezível, crescendo a cada eleição.

Para além das questões teóricas já levantadas brevemente nos parágrafos anteriores, cumpre observar que a decisão de voto dos eleitores é composta por determinantes de longo prazo – como escolaridade, identificação partidária e identificação ideológica (CAMPBELL, 1980; CARREIRÃO, 2007; SINGER, 1999) – e também por elementos de mais curto prazo, possivelmente conjunturais, como o desempenho econômico (RENNÓ; SPANAKOS, 2006),

a agenda de valores de cada eleição (BOHN, 2004), as características individuais dos candidatos e também a corrupção (RENNÓ, 2007). A dificuldade premente, diante disso, é de que há um grande número de fatores que se interrelacionam a todo instante. Esse estudo, nesse sentido, visou a determinar o peso relativo de cada determinante, de curto ou longo prazo, no resultado final das eleições presidenciais de 2002, 2006 e 2010.

As descrições estatísticas de todas as eleições, bem como as regressões logísticas multinomiais, ajudaram a compor esse quadro analítico de cada uma das eleições presidenciais estudadas. As hipóteses levantadas foram testadas a partir das amostras coletadas pelo CESOP/Unicamp, utilizando-se um modelo estatístico, especificado com variáveis de curto e de longo prazo, selecionados de acordo com a literatura especializada.

Verificou-se que fatores de longo prazo, como a identificação ideológica e partidária, foram preditores fortes para a formação das preferências dos eleitores brasileiros, corroborando vários estudos (CARREIRÃO; KINZO, 2004; CARREIRÃO, 2007; DE SOUZA CARREIRÃO, 2002; SINGER, 1999). A distribuição de frequências de todas as eleições apontou para uma maior importância do tema corrupção, como foi mostrado. Após análises de regressão para os três períodos eleitorais, percebeu-se uma crescente importância da variável corrupção, fazendo crer que a hipótese de que a corrupção foi residual nas eleições de 2002, porém mais importante como preditor dos votos nas eleições subsequentes, é verdadeira.

Percebeu-se, ademais, que o eleitor brasileiro pode apresentar ambivalência. Por um lado, reprovam o comportamento corrupto do candidato ou do partido, mas, por outro lado, mantêm suas posições ideológicas. Os dados apontaram indícios de que as observações de Rennó (2007), demonstrando que as lealdades de longo prazo – como preferência partidária e ideológica – funcionam como escudo (*shield*) na escolha eleitoral. Os eleitores punem o candidato acusado no primeiro turno, exercendo um voto estratégico punitivo (Hoepers e Rennó, 2010), porém mantêm seus votos em candidatos do mesmo espectro ideológico, corroborando suas preferências de mais longo prazo. O voto em Marina, em 2006, pode ser interpretado dessa forma.

Testamos, além disso, se o eleitor brasileiro confere importância para um dos mais estudados condicionantes do voto, a economia. Em geral, partiu-se do pressuposto de que os eleitores foram suas preferências retrospectivamente (RENNÓ; SPANAKOS, 2006), podendo punir ou recompensar candidatos nas urnas, com base no que fizeram ou deixaram

de fazer. Essa abordagem pressupõe um eleitor atento à política e ciente de que a representação exige certo nível de *accountability* (FIORINA, 1978; PRZEWORSKI; STOKES; MANIN, 1999). A economia, entretanto, possivelmente em razão da maneira como a questão é tratada no ESEB, não foi condicionante robusto na determinação do voto nas eleições analisadas. Estudos recentes, entretanto, manifestam o peso de fatores econômicos externos para a reeleição de presidentes em toda a América Latina (CAMPELLO; ZUCCO, 2013).

Uma das mais importantes discussões desse estudo reside na compreensão do conhecimento político nas decisões dos eleitores. O conhecimento político, sem dúvida, é um instrumento importante para a consolidação do regime democrático (CARPINI; KEETER, 1997; TURGEON; RENNO, 2010) e, em decorrência desse fato, acredita-se que a democracia funciona melhor quando seus cidadãos são politicamente informados (CARPINI; KEETER, 1997).

A habilidade de formar preferências consistentes com as predisposições políticas dos cidadãos, durante as eleições, é frequentemente mediada pela quantidade e qualidade da informação política disponível em dada questão (ALTHAUS, 1998). Em verdade, trata-se de indicar como os valores são conectados com as atitudes políticas dos eleitores. Para esse estudo, as preferências políticas dos eleitores, quando bem informados, seriam consistentes com suas predisposições políticas, razão pela qual se introduziu a interação entre “ideologia” – que manifesta a predisposição política do indivíduo – e a percepção sobre corrupção na definição do seu voto (ZALLER, 1992). Interagiu-se também a percepção de corrupção com o nível de informação política. Os modelos testados não apresentaram significância estatística para a maioria das interações. A ideologia foi fator importante, mas o nível de conhecimento político não se apresentou como preditor robusto, a não ser em alguns casos. Nos casos em que se manifestou de forma significativa, o nível de informação política constatou que os eleitores mais bem informados tendem a não votar no candidato cujo partido esteja envolvido em escândalos, como em 2006.

## BIBLIOGRAFIA

ADES, A.; DI TELLA, R. Rents, competition, and corruption. **The American Economic Review**, v. 89, n. 4, p. 982–993, 1999.

ALMEIDA, J. Evolução de imagem do governo Lula e comportamento eleitoral em 2006. **Política & Sociedade**, v. 6, n. 10, p. 117–152, 2008.

ALTHAUS, S. L. Information effects in collective preferences. **American Political Science Review**, p. 545–558, 1998.

ANTUNES, R. J. . Identificação partidária e comportamento eleitoral: factores estruturais, atitudes e mudanças no sentido de voto. 2008.

AVRITZER, L.; FILGUEIRAS, F. **Corrupção e Sistema Político no Brasil**. 1<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BARTELS, L. M. 2008. **Unequal Democracy: The Political Economy of the New Gilded Age**. [s.l.] Princeton, NJ: Princeton University Press, [s.d.].

BARTELS, L. M. Uninformed votes: Information effects in presidential elections. **American Journal of Political Science**, p. 194–230, 1996.

BARTELS, L. M. The study of electoral behavior. **The Oxford Handbook of American Elections and Political Behavior**. **Forthcoming**, 2008.

BIGNOTTO, N. Corrupção e Opinião Pública. In: **Corrupção e Sistema Político no Brasil**. 1<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BOBBIO, N. **Liberalismo e democrazia**. [s.l.] Simonelli Editore, 2007.

BOHN, S. R. Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. **Opinião Pública**, v. 10, n. 2, p. 288–338, 2004.

BORBA, J. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Opinião Pública**, v. 11, n. 1, p. 147–168, 2005.

BUSSAB, W. DE O.; MORETTIN, P. A. Estatística básica. **Sao Paulo: Saraiva**, v. 5, 2002.

CAMPBELL, A. **The american voter**. [s.l.] University of Chicago Press, 1980.

CAMPELLO, D.; ZUCCO, C. Merit or Luck? International Determinants of Presidential Performance in Latin America. **Manuscrito não publicado**, 2013.

CAPLAN, B. **The Myth of the Rational Voter: Why Democracies Choose Bad Policies (New Edition)**. [s.l.] Princeton University Press, 2008.

CARPINI, P. M. X. D.; KEETER, S. **What Americans Know about Politics and Why It Matters**. [s.l.] Yale University Press, 1997.

CARREIRÃO, Y. A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2002: UMA ANÁLISE PRELIMINAR DO PROCESSO. **Revista de Sociologia e Política**, v. 22, n. 22, p. 179–194, 2004.

CARREIRÃO, Y. S. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. **Opinião Pública**, v. 13, n. 2, p. 307–339, 2007.

CARREIRÃO, Y. S.; KINZO, M. D. A. G. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002); Political parties, party preference, and voters' decisions in Brazil (1989/2002). **Dados rev. ciênc. sociais**, v. 47, n. 1, p. 131–167, 2004.

CHANG, E. C. . Electoral Incentives for Political Corruption under Open-List Proportional Representation. **Journal of Politics**, v. 67, n. 3, p. 716–730, 2005.

CHANG, E. C. C.; GOLDEN, M. A.; HILL, S. J. Legislative malfeasance and political accountability. **World Politics**, v. 62, n. 02, p. 177–220, 2010.

COSTAS-PÉREZ, E.; SOLÉ-OLLÉ, A.; SORRIBAS-NAVARRO, P. Corruption scandals, voter information, and accountability. **European Journal of Political Economy**, v. 28, n. 4, p. 469–484, dez. 2012.

CROISSANT, Y. Estimation of multinomial logit models in R: The mlogit Packages. **R package version 0.2-2**. URL: <http://cran.r-project.org/web/packages/mlogit/vignettes/mlogit.pdf>, 2012.

DAHL, R. A. Sobre a democracia; tradução de Beatriz Sidou. **Brasília: Editora da Universidade de Brasília**, 2001.

DAHL, R. A.; LIMONGI, F.; PACIORNIK, C. **Poliarquia: participação e oposição**. [s.l.] Edusp, 1997.

DE CASTRO, M. M. M. et al. SUJEITO E ESTRUTURA NO COMPORTAMENTO ELEITORAL (\*). 1992.

DE SOUZA CARREIRÃO, Y. Identificação ideológica e voto para presidente. **Opinião Pública**, n. 001, p. 54–79, 2002.

EASTERLY, W. R. **The Elusive Quest for Growth: Economists' Adventures and Misadventures in the Tropics**. [s.l.] The MIT Press, 2002.

FIGUEIREDO, M. A decisão do voto. **A decisão do voto**, 1991.

FIORINA, M. P. Economic retrospective voting in American national elections: A micro-analysis. **American Journal of Political Science**, p. 426–443, 1978.

FIORINA, M. P. **Retrospective Voting in American National Elections**. [s.l.] Yale Univ Pr, 1981.

GELMAN, A.; SILVER, N.; EDLIN, A. S. What is the probability your vote will make a difference? **Economic Inquiry**, 2009.



- GILENS, M. Political ignorance and collective policy preferences. **American Political Science Review**, v. 95, n. 2, p. 379–396, 2001.
- JACCARD, J. J.; TURRISI, R. **Interaction Effects in Multiple Regression**. 2nd. ed. [s.l.] Sage Publications, Inc, 2003.
- JONES, B. D. Bounded rationality and political science: Lessons from public administration and public policy. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 13, n. 4, p. 395–412, 2003.
- KAUFMANN, D.; CHERYL, G. Corruption and Development. **WebPage: <http://www.worldbank.org/fandd/englis/0398/articles/020398.htm>**, 1998.
- KUNICOVA, J.; ROSE-ACKERMAN, S. Electoral rules and constitutional structures as constraints on corruption. **British Journal of Political Science**, v. 35, n. 04, p. 573–606, 2005.
- KURER, O. 4 Why do voters support corrupt politicians? **The political economy of corruption**, v. 2, p. 63, 2001.
- LAU, R. R.; REDLAWSK, D. P. **How Voters Decide: Information Processing in Election Campaigns** (Cambridge Studies in Public Opinion and Political Psychology). 2006.
- LIPHART, A. **Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países**. [s.l.] Civilização brasileira, 2008.
- LIPSET, S. M. **O homem político**. [s.l.] Zahar, 1967.
- LUPIA, A. Shortcuts versus encyclopedias: Information and voting behavior in California insurance reform elections. **American Political Science Review**, p. 63–76, 1994.
- MARCH, J. G. **Primer on Decision Making: How Decisions Happen**. [s.l.] Free Press, 2009.
- MENEGUELLO, R. O lugar da corrupção no mapa de referência dos brasileiros: aspectos da relação entre corrupção e democracia. In: **Corrupção e Sistema Político no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- NICOLAU, J. An analysis of the 2002 presidential elections using logistic regression. **Brazilian Political Science Review**, v. 1, n. 1, p. 125–135, 2011.
- NIEMI, R. G.; WIESBERG, H. F.; KIMBALL, D. **Controversies in Voting Behavior**. 5th. ed. [s.l.] CQ Press, 2010.
- PEIXOTO, V.; RENNÓ, L. Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. **Opinião Pública**, v. 17, n. 2, p. 304–332, nov. 2011.
- PERSSON, T.; TABELLINI, G.; TREBBI, F. Electoral rules and corruption. **journal of the European Economic Association**, v. 1, n. 4, p. 958–989, 2003.
- POWER, T. J.; TAYLOR, M. M. (EDS.). **Corruption and Democracy in Brazil: The Struggle for Accountability**. 1st Edition ed. [s.l.] University of Notre Dame Press, 2011.

PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C.; MANIN, B. (EDS.). **Democracy, Accountability, and Representation**. [s.l.] Cambridge University Press, 1999.

RENNÓ, L. Desigualdade e informação política: as eleições brasileiras de 2002. **Dados**, v. 50, n. 4, p. 721–755, 2007.

RENNÓ, L. R. Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006. **Opinião Pública**, v. 13, n. 2, p. 260–282, nov. 2007.

RENNÓ, L. R.; HOEPERS, B. VOTO ESTRATÉGICO PUNITIVO. [s.d.].

RENNÓ, L.; SPANAKOS, A. P. Fundamentos da economia, mercado financeiro e intenção de voto: As eleições presidenciais brasileiras de 1994, 1998 e 2002. **Dados**, v. 49, n. 1, p. 11–40, 2006.

SARTORI, G. A teoria da democracia revisitada. **São Paulo: Ática**, v. 1, 1994.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalism, socialism, and democracy**. [s.l.] Harper Perennial Modern Classics, 2008.

SHEN, C.; WILLIAMSON, J. B. Corruption, Democracy, Economic Freedom, and State Strength. **International Journal of Comparative Sociology**, v. 46, n. 4, p. 327–345, 2005.

SINGER, A. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994**. [s.l.] Edusp, 1999.

SINGER, A. **Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador**. 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SPECK, B. W. Mensurando a corrupção: uma revisão de dados provenientes de pesquisas empíricas. **Cadernos Adenauer**, v. 10, p. 9–45, 2000.

SUROWIECKI, J. **The wisdom of crowds**. [s.l.] Anchor, 2005.

TABER, C. S.; LODGE, M. Motivated skepticism in the evaluation of political beliefs. **American Journal of Political Science**, v. 50, n. 3, p. 755–769, 2006.

TURGEON, M.; RENNO, L. Informação política e atitudes sobre gastos governamentais e impostos no Brasil: evidências a partir de um experimento de opinião pública. **Opinião Pública**, v. 16, n. 1, p. 143–159, 2010.

ZALLER, J. Floating voters in US presidential elections, 1948–2000. **Studies in public opinion: Attitudes, nonattitudes, measurement error, and change**, p. 166–212, 2004.

ZALLER, J. R. **The nature and origins of mass opinion**. [s.l.] Cambridge university press, 1992.

## ANEXO A

**QUESTÕES DO ESEB 2002**

**ESEB7) Em quem o(a) Sr(a) votou para presidente no primeiro turno, em Lula, Ciro Gomes, José Serra, ou Garotinho?**

(ESTIMULADA E ÚNICA) (INSTRUÇÃO: Alternar a ordem de leitura dos nomes dos candidatos a cada questionário aplicado)

1 Lula	66 Outro:	55 Não lembra
2 Ciro Gomes	_____	77 NS
3 José Serra	7 Justificou o voto	88 NA
4 Garotinho	8 Voto nulo	99 NR
	9 Voto em branco	

**ESEB8) E no segundo turno, em quem o(a) Sr(a) votou: Lula ou José Serra?**

(ESTIMULADA E ÚNICA)

(INSTRUÇÃO: Alternar a ordem de leitura dos nomes dos candidatos a cada questionário aplicado)

1 Lula	8 Voto nulo	77 NS
2 José Serra	9 Voto em branco	88 NA
7 Justificou o voto	55 Não lembra	99 NR

**ESEB18) Na sua opinião, de uma maneira geral o Governo Fernando Henrique nos últimos 4 anos foi...**

(ESTIMULADA E ÚNICA)

(INSTRUÇÃO: O regular deve ser aceito como resposta espontânea. Perguntar se regular para bom ou regular para ruim)

6 Ótimo 5 Bom 2 Ruim OU 1 Péssimo  
4 Regular para bom 3 Regular para ruim 77 NS 99 NR

**ESEB36) Qual partido o(a) Sr(a) gosta? O(a) Sr(a) pode responder mais de um.**

(ESPONTÂNEA E MÚLTIPLA)

**ESEB36.a) Primeiro partido mencionado: \_\_\_\_\_**

(Se responder apenas um, pule p/ 40)

55 Não lembra (pule p/ 41)	66 Não sabe o nome do partido (pule p/ 41)	88 NA 99 NR
----------------------------	--	----------------

**ESEB36.b) Segundo partido mencionado: \_\_\_\_\_**

88 NA  
55 Não lembra

66 Não sabe o nome do partido

**ESEB36.c) Terceiro partido mencionado:** \_\_\_\_\_

88 NA 66 Não sabe o nome do partido  
55 Não lembra

(SE O ENTREVISTADO MENCIONAR MAIS DE UM PARTIDO NA PERGUNTA ACIMA)

**ESEB37) Qual desses partidos o(a) Sr(a) gosta mais?**

(ESPONTÂNEA E ÚNICA)

\_\_\_\_\_ 77 NS (pule p/ 41) 99 NR (pule p/ 41)  
(pule p/40) 88 NA

**ESEB38) Há algum partido que o(a) Sr(a) goste mesmo que seja um pouquinho?**

(ESPONTÂNEA E ÚNICA)

1 Sim 77 NS (pule p/ 41) 99 NR (pule p/ 41)  
0 Não (pule p/ 41) 88 NA

**ESEB39) Qual?**

(ESPONTÂNEA E ÚNICA)

\_\_\_\_\_ 55 Não lembra (pule p/41) 66 Não sabe o nome do partido (pule p/ 41)  
88 NA  
99 NR (pule p/41)

**ESEB40) O(A) Sr(a) gosta muito, gosta, ou gosta um pouco desse partido?**

(ESTIMULADA E ÚNICA)

3 Gosta muito 1 Gosta um pouco 88 NA  
2 Gosta 77 NS 99 NR

**ESEB50) Novamente pensando em direita e esquerda na política. O que o(a) Sr(a) se considera? Zero significa que o(a) Sr(a) é de direita e 10 que o(a) Sr(a) é de esquerda.**

(ESTIMULADA E ÚNICA)

(Dar cartão 4 na mão do entrevistado)

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10  
66 Não sabe o que é ser de esquerda e direita 77 NS 99 NR

**ESEB73) Qual é o maior problema do Brasil hoje?**

(ESPONTÂNEA E ÚNICA)

1 Desemprego	11 Política	19 Esgoto
2 Saúde	12 Fome	20 Urbanismo
3 Educação	13 Desigualdade	21 Estacionamento
4 Pobreza	14 Trânsito	22 Transporte público
5 Salário	15 Enchentes	66 Outro _____
6 Violência	17 Favelas	77 NS (pule p/ 75)
7 Corrupção	18 Água	99 NR (pule p/ 75)

**ESEB74) E o segundo maior problema?**

(ESPONTÂNEA E ÚNICA)

1 Desemprego	12 Fome	21 Estacionamento
2 Saúde	13 Desigualdade	22 Transporte público
3 Educação	14 Trânsito	66 Outro _____
4 Pobreza	15 Enchentes	77 NS
5 Salário	17 Favelas	88 NA
6 Violência	18 Água	99 NR
7 Corrupção	19 Esgoto	
11 Política	20 Urbanismo	

**ESEB80) O(A) Sr(a) se considera uma pessoa muito interessada da por política, um pouco interessada, ou o(a) Sr(a) não tem interesse por política?**

(ESTIMULADA E ÚNICA)

3 Muito interessada	1 Não tem interesse	99 NR
2 Um pouco interessada	77 NS	
	9 NR	

## QUESTÕES DO ESEB 2006

**ESEB1)** Qual assunto o(a) sr.(a) considera que foi o mais importante nesta eleição?

**Anote o assunto:** \_\_\_\_\_ |\_\_|\_\_|

**ESEB1a)** E em segundo lugar?

**Anote o segundo assunto:** \_\_\_\_\_ |\_\_|\_\_|

**ESEB2)** Qual é o principal problema político do Brasil hoje?

**ANOTE:** \_\_\_\_\_  
|\_\_|\_\_|

**ESEB2a)** Em em segundo lugar?

**ANOTE:** \_\_\_\_\_  
|\_\_|\_\_|

**ESEB6)** Na sua opinião, de uma maneira geral o Governo Lula nos últimos 4 anos foi...

(ESTIMULADA E ÚNICA)

**1 – MUITO BOM**

**4 – PÉSSIMO**

**2 – BOM**

**77-NS**

**3– RUIM**

**99 - NR**

**ESEB12)** Qual partido o(a) Sr(a) gosta? .

(ESPONTÂNEA E MÚLTIPLA)

**ESEB12a)** : \_\_\_\_\_ |\_\_|\_\_| / \_\_\_\_\_ |\_\_|\_\_| /  
\_\_\_\_\_ |\_\_|\_\_|

**55 - NÃO LEMBRA (PULE P/ ESEB14)**

**88 – NA**

**66 - NÃO SABE O NOME DO PARTIDO**

**99 – NR**

**(PULE P/ ESEB14)**

**ESEB13)** Com relação a esse partido, o(A) Sr(a) gosta muito, gosta, ou gosta um pouco desse partido?

(ESTIMULADA E ÚNICA)

**3 – GOSTA MUITO**

**77 – NS**

**2 – GOSTA**

**99 – NR**

**1 – GOSTA POUCO**

**88. NA**

**ESEB15) (MOSTRAR CARTÃO ESEB15)** Agora gostaria de saber com mais detalhes o que o(a) Sr(a) pensa de alguns partidos políticos. Por favor, use uma **nota de 0 a 10** para indicar o quanto o(a) Sr(a) gosta do partido que eu vou mencionar. Zero significa que o(a) Sr(a) NÃO gosta do partido e dez que o(a) Sr(a) gosta muito. Quando eu falar o nome de um partido que o(a) Sr(a) não conhece, apenas diga que não o conhece.

(ESTIMULADA E ÚNICA PARA CADA ITEM DA BATERIA) (LER PARTIDOS – RODIZIAR)

		Não Gosta										Gosta muito	Não Conhece	NS	NR
a)	PT	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	77	99
b)	PDT	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	77	99
c)	PSDB	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	77	99
d)	PFL	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	77	99
e)	PMDB	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	77	99
f)	PTB	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	77	99

**ESEB19) (MOSTRAR CARTÃO ESEB18)** Novamente pensando em esquerda e direita na política. Como o(a) Sr(a) se considera? Zero significa que o(a) Sr(a) é de esquerda e 10 que o(a) Sr(a) é de direita.

(ESTIMULADA E ÚNICA)

1	Lula
2	Geraldo Alckmin
3	Heloísa Helena
4	Cristóvam Buarque
5	Luciano Bivar
66	Outro: _____

7	Justificou o voto
8	Voto nulo
9	Voto em branco
55	Não lembra
77	NS
88	NA
99	NR

											Não sabe o que é ser de esquerda e direita	NS	NR
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	66	77	99

**ESEB42):** Se o(a) sr (a) tivesse votado, qual candidato a presidente teria o seu voto?

1	Lula
2	Geraldo Alckmin
3	Heloísa Helena
4	Cristóvam Buarque
5	Luciano Bivar

66	Outro: _____
55	Nenhum deles
77	NS
88	NA
99	NR

**ESEB26)** O(a) sr(a) chegou a pensar em votar em outro candidato a presidente?

1 – SIM

2 - NÃO (PULE P/ ESEB27)

77 – NS

88 – NA

99 – NR

**ESEB26a ) (MOSTRAR CARTÃO ESEB25) Se sim: Qual?**

**1a** \_\_\_\_\_ / **2a** \_\_\_\_\_ /  
**3a** \_\_\_\_\_ **(ESTIMULADA E MÚLTIPLA)**

**ESEB27) E no segundo turno, o(a) sr(a) votou em Lula ou Alckmin?**

1	Lula	55	Não lembra
2	Alckmin	77	NS
7	Justificou o voto	88	NA
8	Voto nulo	99	NR
9	Voto em branco		

**ESEB28) (MOSTRAR CARTÃO ESEB28) No primeiro e segundo turno da eleição havia algum candidato a presidente em quem o(a) sr(a) não votaria de jeito nenhum?**

**1 – SIM**

**2 – NÃO (PULE PARA ESEB29)**

**77 – NS**

**99 – NR**

**ESEB58) Agora para finalizar, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se as seguintes frases estão certas ou erradas:**

	CERTO	ERRADO	NS	NR
1) Geraldo Alckmin pertence ao PTB	1	2	77	99
2) O presidente da república tem um mandato de 4 anos	1	2	77	99
3) Os deputados da Câmara Federal são eleitos pelo voto majoritário	1	2	77	99
4) O presidente Lula foi eleito pelo PT	1	2	77	99



### QUESTÕES DO ESEB 2010

**ESEB16. A) QUAL ASSUNTO O(A) SR.(A) CONSIDERA QUE FOI O MAIS IMPORTANTE NESTA ELEIÇÃO?**

(RESPOSTA ESPONTÂNEA)

\_\_\_\_\_  
(anotar) V22

**ESEB16.B) E EM SEGUNDO LUGAR?**

(RESPOSTA ESPONTÂNEA)

\_\_\_\_\_  
(anotar)   V23

**ESEB17. A) QUAL É O PRINCIPAL PROBLEMA POLÍTICO DO BRASIL HOJE?**

(RESPOSTA ESPONTÂNEA)

\_\_\_\_\_  
(anotar)   V24

**ESEB17.B) E EM SEGUNDO LUGAR?**

(RESPOSTA ESPONTÂNEA)

\_\_\_\_\_  
(anotar)   V25

**ESEB18. A) PENSANDO NO PRINCIPAL PROBLEMA POLÍTICO DO PAÍS, QUAL DOS CANDIDATOS A PRESIDENTE O(A) SR(A) ACHA QUE SERIA O MELHOR PARA TRATAR \_\_\_\_\_:**

**ESEB21. NA SUA OPINIÃO, DE UMA MANEIRA GERAL O GOVERNO LULA NOS ÚLTIMOS 4 ANOS FOI:**

(LER ATÉ OPÇÃO 4) (ESTIMULADA E ÚNICA)

1 - Muito bom  
2 - Bom  
3 - Ruim

4 - Péssimo  
5 - NS  
6 - NR

V30

**ESEB26. DE UM MODO GERAL, EXISTE ALGUM PARTIDO POLÍTICO QUE O(A) SR(A) GOSTE?**

**ESEB27. QUAL PARTIDO O(A) SR(A) GOSTA? MAIS ALGUM? MAIS ALGUM?**

01 - PMDB	22 - PCO	
02 - PTB	23 - PTN	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
03 - PDT	24 - PSL	V36
04 - PT	25 - PRB	
05 - DEM (ex-PFL)	26 - PSOL	
06 - PC do B	27 - PR (ex-PL e ex-PRONA)	
07 - PSB	- Outro: _____	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
08 - PSDB	(anotar)	V37
09 - PTC	- Outro: _____	
10 - PSC	(anotar)	
11 - PMN	- Outro: _____	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
12 - PRP	(anotar)	V38
13 - PPS		
14 - PV		
15 - PT do B		
16 - PP		
17 - PSTU	70 - Não lembra-----\	
18 - PCB	80 - Não sabe o nome do partido   Registre 6 na questão 28	
19 - PRTB	90 - NR   e aplique a questão 29	
20 - PHS	99 - NA -----/	
21 - PSDC		

**ESEB28. COM RELAÇÃO A ESSE PARTIDO, O(A) SR(A) DIRIA QUE GOSTA MUITO, GOSTA, OU GOSTA UM POUCO DESSE PARTIDO?**

(ESTIMULADA E ÚNICA)

**ESEB31. (MOSTRAR ANEXO 5) AGORA GOSTARIA DE SABER COM MAIS DETALHES O QUE O(A) SR(A) PENSA SOBRE ALGUNS PARTIDOS POLÍTICOS. POR FAVOR, USE UMA NOTA DE 0 A 10 PARA INDICAR O QUANTO O(A) SR(A) GOSTA DO PARTIDO QUE EU VOU MENCIONAR. ZERO SIGNIFICA QUE O(A) SR(A) NÃO GOSTA DO PARTIDO E DEZ QUE O(A) SR(A) GOSTA MUITO. QUANDO EU FALAR O NOME DE UM PARTIDO QUE O(A) SR(A) NÃO CONHECE, APENAS DIGA QUE NÃO O CONHECE.**

(ESTIMULADA E ÚNICA PARA CADA ITEM DA BATERIA) (LER PARTIDOS - RODIZIAR)

1 - Gosta muito	4 - NS	<input type="checkbox"/> V39
2 - Gosta	5 - NR	
3 - Gosta pouco	6 - NA	

00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	
Não gosta									Gosta muito		
11 - Não conhece o partido			12 - NS			13 - NR					
PT									V44	<input type="text"/>	<input type="text"/>
PMDB									V45	<input type="text"/>	<input type="text"/>
PDT									V46	<input type="text"/>	<input type="text"/>
PTB									V47	<input type="text"/>	<input type="text"/>
PSDB									V48	<input type="text"/>	<input type="text"/>
PV									V49	<input type="text"/>	<input type="text"/>
DEM									V50	<input type="text"/>	<input type="text"/>
PSOL									V51	<input type="text"/>	<input type="text"/>

**ESEB35. NOVAMENTE PENSANDO EM ESQUERDA E DIREITA NA POLÍTICA. COMO O(A) SR(A) SE CONSIDERA? ZERO SIGNIFICA QUE O(A) SR(A) É DE ESQUERDA E 10 QUE O(A) SR(A) É DE DIREITA.**

(ESTIMULADA E ÚNICA)

00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
Esquerda									Direita	
11 - Não sabe <u>o que é</u> direita ou esquerda									<input type="text"/>	
12 - NS									<input type="text"/>	
13 - NR									V70	

**ESEB42. EM QUEM O(A) SR(A) VOTOU PARA PRESIDENTE NO PRIMEIRO TURNO?**

(ESTIMULADA E ÚNICA)

- 01 - Dilma (PT)
- 02 - Eymael (PSDC)
- 03 - Ivan Pinheiro (PCB)
- 04 - José Serra (PSDB)
- 05 - Levy Fidelix (PRTB)
- 06 - Marina Silva (PV)
- 07 - Plínio (PSOL)
- 08 - Rui Costa Pimenta (PCO)
- 09 - Zé Maria (PSTU)
  
- 50 - Anulou o voto
- 60 - Votou em branco
- 80 - NS/Não lembra
- 90 - NR
- 99 - NA

--	--

V77

**Registre 99 na questão 43 e aplique a questão 44**

**ESEB47B. EM QUEM O(A) SR(A) VOTOU PARA PRESIDENTE NO SEGUNDO TURNO?**

(LER OPÇÕES 1 E 2 - ALTERANDO A ORDEM DE LEITURA) (ESTIMULADA E ÚNICA)

- 01 - Dilma (PT)
- 02 - José Serra (PSDB)

--	--

V87

- 50 - Anulou o voto
- 60 - Votou em branco
- 80 - NS/Não lembra
- 90 - NR
- 99 - NA

**ESEB87. GOSTARIA QUE O(A) SR(A) DISSESSE SE AS SEGUINTE FRASES ESTÃO CERTAS OU ERRADAS.**

(LER FRASES E PERGUNTAR AO ENTREVISTADO SE ELE ACHA QUE ESTÃO CERTAS OU ERRADAS)

- 1 - Certo
- 2 - Errado
- 3 - NS
- 4 - NR

GERALDO ALCKMIN É FILIADO AO PTB	<input type="checkbox"/> <b>V162</b>
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA TEM UM MANDATO DE 4 ANOS	<input type="checkbox"/> <b>V163</b>
OS DEPUTADOS DA CÂMARA FEDERAL SÃO ELEITOS PELO VOTO MAJORITÁRIO	<input type="checkbox"/> <b>V164</b>
O PRESIDENTE LULA QUANDO FOI ELEITO ERA FILIADO AO PT	<input type="checkbox"/> <b>V165</b>

**ESEB107. PARA O(A) SR(A), QUAL FOI O PRINCIPAL ASSUNTO DESSA ELEIÇÃO PARA PRESIDENTE?**

(LER ATÉ OPÇÃO 7 - RANDOMIZANDO)

- 1 - A continuidade do governo Lula
- 2 - Os programas sociais
- 3 - A corrupção
- 4 - A volta do PSDB ao poder
- 5 - A situação da saúde no país
- 6 - Questões sobre o meio ambiente
- 7 - A situação da educação pública
- 8 - NS



V224

**ESEB110. COMO O(A) SR(A) AVALIA, EM GERAL, SUA SITUAÇÃO ECONÔMICA? O(A) SR(A) ACHA QUE ESTÁ ÓTIMA, BOA, RUIM OU PÉSSIMA?**